

Ponderação do parecer da CCDRC
(matéria de PDM)

QUADRO 1

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDRC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva¹

Proposta de Plano

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REGULAMENTO				
REG.01	8	<p><i>Sobre o conteúdo material, devemos reforçar que um PDM – como qualquer outro PMOT – atento o seu conteúdo material, não trata de matérias procedimentais respeitantes a pareceres e aprovações de projetos por órgãos municipais ou entidades externas, nem sequer lhe competindo reproduzir o que se estabelece a propósito dessas matérias na legislação própria.</i></p> <p><i>Sobre o conteúdo material, devemos reforçar que um PDM – como qualquer outro PMOT – atento o seu conteúdo material, não trata de matérias procedimentais respeitantes a pareceres e aprovações de projetos por órgãos municipais ou entidades externas, nem sequer lhe competindo reproduzir o que se estabelece a propósito dessas matérias na legislação própria.</i></p> <p><i>É este o caso do “parecer vinculativo da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Diversidade”, exigência que se repete, em vários artigos na secção respeitante às “Áreas Sujeitas ao Regime de Proteção do Parque Natural da Serra da Estrela” – presentemente no artigo 24º e seguintes – Secção I do Capítulo II - Áreas de Salvaguarda, da nova versão do regulamento e do “parecer e aprovação das entidades competentes...”, no artigo 112º – “Características e parâmetros técnicos das vias rodoviárias”.</i></p> <p><i>O mesmo vale para algumas disposições, ainda apenas a título de exemplo do que se repete ao longo do Regulamento, que regulam o Património Arqueológico, no artigo 39º, particularmente nos seus nº2, nº3 e nº8, onde se preveem pareceres das entidades com “tutela” ou “autoridades competentes”.</i></p> <p><i>Como já anteriormente dizíamos, esta matéria referente ao património classificado e em vias de classificação, é já objeto de legislação própria, nomeadamente na Lei nº 107/2001, de 8.9 - Lei do Património Cultural Português – na atual redação, e legislação complementar, não sendo necessário fazer-lhe referência no PDM ou reproduzir o que aí é estabelecido, nem sendo essa matéria do seu conteúdo material.</i></p>	A inclusão de referências à necessidade de pareceres ou aprovações por parte das entidades competentes no regulamento atende a exigências expressas por algumas dessas entidades nos respetivos pareceres.	Recomendação não acolhida
REG.02	8	<p><i>Sobre a menção a obras de “reconstrução” e “alteração”, ao longo do regulamento – admitindo-as ou condicionando-as – veja-se, apenas a título de exemplo, o artigo 25, nº2, alínea a) - reiteramos que as operações urbanísticas de reconstrução (sem ampliação), tal como as de alteração, estão incluídas no direito ao existente – legalmente existente, entenda-se – consagrado no artigo 60º do RJUE, que prevê que:</i></p> <p><i>«1- As edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as utilizações respetivas não são afetadas por normas legais e regulamentares supervenientes.</i></p> <p><i>2- A concessão de licença ou autorização para a realização de obras de reconstrução ou de alteração das edificações não pode ser recusada com fundamento em normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, desde que tais obras não originem ou agravem desconformidade com as normas em vigor, ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação».</i></p>	Sem prejuízo das obras de “reconstrução” e “alteração” estarem já consagradas no RJUE, entende-se que a manutenção da referência a este tipo de operações urbanísticas, em regulamente, facilita a gestão urbanística.	Recomendação não acolhida
REG.03	9	<p>TÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 4.º Instrumentos de gestão territorial a observar</p> <p>1, al. I) – No PP Penhas da Saúde – Zona Sul, falta a identificação da 1.ª Correção Material, pelo Aviso 25435/2024/2 (DR 221, II-S, 2024.11.14).</p>	<p>Alterar redação.</p> <p>Artigo 4.º, n.º 1, al. I): <i>Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS) – Aviso n.º 6992/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª Série – N.º 64 de 1 de abril de 2024 (Revisão), corrigido pelo Aviso n.º 25435/2024/2, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 221 de 14 de novembro de 2024 (1.ª Correção Material).</i></p>	Recomendação acolhida

¹ Destacam-se, com um fundo cinzento, as questões de legalidade mencionadas pela Entidade.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.04	9	<p>TÍTULO III – USO DO SOLO</p> <p>CAPÍTULO I – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO RÚSTICO E AO SOLO URBANO</p> <p>SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 15.º - Condições gerais de edificação</p> <p>1, al. b) e al. c) – Por uma questão de coerência com o termo “terreno” corrigido no número 1, considera-se que o termo nas alíneas também deve ser substituído para “prédio”.</p>	<p>Alterar redação.</p> <p>Artigo 15.º, n.º 1, al. b): Quando o prédio se situe em solo urbano, deve ser servido por via pública pavimentada e, no mínimo, com infraestruturas públicas de energia elétrica, abastecimento de água e drenagem de águas residuais, exceto quando haja lugar a celebração de contrato entre o requerente e a Câmara Municipal relativo à execução das infraestruturas ou à assunção dos encargos inerentes à execução e ao funcionamento por um período não inferior a 10 anos, nos termos do disposto no RJUE;</p> <p>Artigo 15.º, n.º 1, al. c): Quando o prédio se situe em solo rústico, deve ser servido por via pública e, quando não existam, no todo ou em parte, redes públicas de infraestruturas ou outros sistemas públicos que assegurem função equivalente, são exigidas, para as infraestruturas em falta, soluções técnicas individuais comprovadamente eficazes e ambientalmente sustentáveis, ficando a sua construção e manutenção a cargo dos interessados.</p>	Recomendação acolhida
REG.05	9	<p>TÍTULO III – USO DO SOLO</p> <p>CAPÍTULO I – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO RÚSTICO E AO SOLO URBANO</p> <p>SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 15.º - Condições gerais de edificação</p> <p>3 – Esclarece-se que as OGR (operações de gestão de resíduos), que engloba todas as matérias referidas, têm que ser localizadas em solo urbano, em categoria adequada (nomeadamente Espaços de Atividades Económicas). No solo rústico apenas devem admitir-se operações de gestão de resíduos e depósitos de materiais ligados às atividades admitidas no solo rústico.</p>	<p>As OGR estão previstas na redação proposta para o artigo 92.º - Identificação e usos da Secção IV - Espaço de Atividades Económicas.</p> <p>Rever o regulamento de forma que nas restantes categorias de solo urbano não sejam admitidas OGRs.</p> <p>Relativamente ao solo rústico, eliminar a referência às OGR dos Espaços Agrícolas de Produção (alínea c) do n.º 6 do artigo 53.º) e acrescentar a seguinte redação às disposições gerais de Solo Rústico (artigo 47.º), conforme indicado pela entidade:</p> <p>2 - No solo rústico apenas devem admitir-se operações de gestão de resíduos e depósitos de materiais ligados às atividades admitidas no solo rústico.</p> <p>Renumerar os pontos seguintes do artigo 47.º.</p>	Recomendação acolhida
REG.06	9	<p>TÍTULO III – USO DO SOLO</p> <p>CAPÍTULO I – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO RÚSTICO E AO SOLO URBANO</p> <p>SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 20.º (antigo art.º19) - Preexistências</p> <p>4 e 5 (novos) – Apenas se aceita a redação proposta no caso de preexistências coincidentes com Servidão Administrativa ou Restrição de Utilidade Pública, ou outras situações de risco, e sempre devidamente fundamentadas.</p>	<p>A redação proposta do n.º 4 do artigo 20.º do regulamento, submetida à apreciação da 2.ª CC, visa salvaguardar os direitos adquiridos dos proprietários, designadamente em áreas classificadas como SRUP, bem como em contextos de reestruturação urbana, nomeadamente nos casos de redefinição de alinhamentos, evitando situações que possam implicar expropriações.</p>	Recomendação não acolhida
REG.07	9	<p>TÍTULO III – USO DO SOLO</p> <p>CAPÍTULO I – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES COMUNS AO SOLO RÚSTICO E AO SOLO URBANO</p> <p>SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 21.º(antigo art.º20) - Legalização</p> <p>Eliminaram o n.º3 que estipulava o prazo máximo (2 anos) a que os pedidos de legalização previstos no n.º1 tinham enquadramento. Considera-se que esta norma é importante, nem que alargassem o prazo, pois baliza a aplicação deste tipo de processos que deve ter um carácter excecional.</p>	<p>O n.º 3 do artigo 21.º (anterior artigo 20.º) foi eliminado com o objetivo de assegurar a todos os municípios a oportunidade de regularizar as suas propriedades, independentemente do momento em que o solicitem, desde que sejam cumulativamente cumpridos os requisitos previstos no n.º 1 do mesmo artigo. Esta opção está alinhada com os PDM’s dos concelhos limítrofes, os quais não estabeleceram prazos específicos para a legalização.</p>	Recomendação não acolhida
REG.08	9	<p>Subsecção II – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS</p> <p>Artigo 22.º(antigo art.º21) - Empreendimentos de carácter estratégico</p> <p>3, 4 e 5 – A validar pelo ICNF.</p> <p>6, 7 e 8 – A validar pelo TdP.</p>	<p>O artigo 22.º compreende os números 1 a 3. Como tal, admite-se que tenha ocorrido um lapso por parte da entidade ao referir-se a este artigo, pretendendo, na verdade, fazer referência ao artigo 23.º.</p> <p>Consultados os pareceres emitidos pelo ICNF e pelo TdP, informa-se o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O ICNF não apresenta observações relativas ao artigo 23.º; - O TdP, solicita a alteração da epígrafe do artigo 23.º, tendo em conta os temas abordados nos pontos 6, 7 e 8 deste artigo. Esta recomendação foi acolhida, conforme indicado no comentário REG.04 do Quadro de Ponderação ao parecer do TdP. 	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.09	9	<p>SUBSECÇÃO II – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS</p> <p>Artigo 23.º (antigo art.º23; antigo art.º24; antigo art.º25) - Empreendimentos turísticos</p> <p>Deverá ficar acautelado que para os novos empreendimentos turísticos em solo rústico, exceto se inseridos em aglomerados rurais, as tipologias admitidas devem atender ao estipulado na norma NE.IGT.22 do PROT-C, cuja proposta já foi aprovada em Conselho Regional, conforme referido no ponto A da Nota Prévia.</p>	<p>Alterar redação.</p> <p>Artigo 23.º, 6: <i>Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3, 4 e 5 do presente artigo, os novos empreendimentos turísticos em solo rústico, exceto se inseridos em aglomerados rurais, apenas são admitidos nas seguintes modalidades:</i></p> <p>a) <i>Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) – correspondem a Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais), Turismo de Habitação, Hotéis, Pousadas e Parques de Campismo e Caravanismo, os quais devem cumprir os seguintes critérios:</i></p> <p>i. <i>Adotar soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;</i></p> <p>ii. <i>Adotar soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente, que promovam e garantam a preservação das vistas;</i></p> <p>iii. <i>Os hotéis e hotéis rurais devem estar associados a temáticas específicas, tais como enoturismo, turismo de saúde, de desporto, cinegético, industrial, da natureza, turismo social, educativo e cultural, entre outras.</i></p> <p>b) <i>Núcleos de desenvolvimento turístico (NDT) – sem localização predefinida, integram conjuntos de empreendimentos de diversas tipologias (estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo em espaço rural, parques de campismo e caravanismo, conjunto turístico englobando as tipologias anteriores) e equipamentos de animação turística, assim como outros equipamentos, infraestruturas e atividades de turismo e lazer, devendo estes observar os seguintes critérios:</i></p> <p>i. <i>A solução de ocupação do solo deve promover a concentração da edificação, incluindo as áreas impermeabilizadas;</i></p> <p>ii. <i>A área impermeabilizada não deverá ser superior a 35% da área total;</i></p> <p>iii. <i>A estrutura ecológica deve ser contínua e em articulação com a estrutura ecológica municipal;</i></p> <p>iv. <i>As soluções arquitetónicas e construtivas devem assegurar a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;</i></p> <p>v. <i>As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente, garantindo a preservação das bacias visuais;</i></p> <p>vi. <i>Os NDT devem ser precedidos de plano de pormenor ou unidade de execução.</i></p> <p>Renumerar n.º 6 a n.º 8.</p>	Recomendação acolhida
REG.10	9	<p>CAPÍTULO II – ÁREAS DE SALVAGUARDA</p> <p>Secção I – ÁREAS SUJEITAS AO REGIME DE PROTEÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA</p> <p>Subsecção I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 24.º ao Artigo 29.º – A validar pelo ICNF</p>	Consultado o parecer do ICNF, informa-se que esta entidade se pronunciou sobre os artigos 24.º a 28.º. As observações apresentadas pela entidade foram acolhidas, conforme indicado nos comentários REG.04, REG.05, REG.06 e REG.12 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo conduzido à alteração da redação dos respetivos artigos.	Recomendação acolhida
REG.11	9 e 10	<p>Secção II – ZONA TERRESTRE DE PROTEÇÃO DA ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO</p> <p>Subsecção I – DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Artigo 30.º ao Artigo 34.º – A validar pela APA.</p>	Consultado o parecer da APA, informa-se que esta entidade se pronunciou apenas sobre o artigo 30.º. A observação apresentada pela entidade foi acolhida, conforme indicado no comentário REG.01 do quadro de ponderação ao parecer da APA, tendo conduzido à alteração da redação do referido artigo.	Recomendação acolhida
REG.12	10	<p>Secção III – PATRIMÓNIO CULTURAL</p> <p>Artigo 35.º ao Artigo 39.º – A validar pelo PC</p>	Consultado o parecer do PC, informa-se que esta entidade se pronunciou apenas sobre o artigo 39.º. A observação apresentada pela entidade foi acolhida, conforme indicado no comentário REG.09 do quadro de ponderação do PC, tendo conduzido à alteração da redação do referido artigo.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.13	10	CAPÍTULO II – ÁREAS DE SALVAGUARDA SECÇÃO V – RUÍDO <i>Artigo 41.º - Zonamento acústico</i> <i>3 – Retificar, uma vez que está em falta mencionar as Áreas de Edificação Dispersa (AED) como integradas na classificação como zonas mistas, para coerência com o Relatório e com a respetiva Planta de Ordenamento.</i>	Alterar redação. Artigo 41.º, n.º 3: <i>As zonas mistas incidem sobre todas as restantes áreas do solo urbano, com exceção dos espaços de atividades económicas, e sobre os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa.</i>	Recomendação acolhida
REG.14	10	Secção VI – RISCO DE INUNDAÇÃO Artigo 43.º (antigo art. 176º) - Zonas inundáveis <i>A validar pela APA</i>	Consultado o parecer da APA, informa-se que esta entidade se pronunciou sobre o artigo 43.º. As observações apresentadas pela entidade foram acolhidas conforme indicado nos comentários REG.02 e REG.05 do quadro de ponderação ao parecer da APA, tendo conduzido à alteração da redação do respetivo artigo.	Recomendação acolhida
REG.15	10	Secção VII – EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE PREVENÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO Artigo 44.º (novo)- Heliporto de Cortes do Meio e Heliporto do Centro Hospitalar Cova da Beira e zonas de proteção <i>A validar pela ANAC.</i>	Consultado o parecer da ANAC, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativas ao artigo 44.º, pelo que se mantém a redação originalmente proposta para o referido artigo.	Recomendação acolhida
REG.16	10	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO Secção I – DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 46.º - Usos, atos e atividades interditas <i>3 – A validar pelo ICNF.</i> <i>4, 5 e 6 – A validar pela APA.</i>	Consultados os pareceres emitidos pelo ICNF e pela APA, informa-se o seguinte: - O ICNF pronunciou-se sobre o n.º 3 do artigo 46.º. As observações apresentadas pela entidade foram acolhidas, conforme indicado nos comentários REG.07 e REG.08 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo conduzido à alteração do referido artigo; - A APA não apresentou observações relativas ao artigo 46.º.	Recomendação acolhida
REG.17	10	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS <i>Artigo 47.º - Usos, atos e atividades compatíveis ou condicionadas</i> <i>3 – Eliminar “... e dos espaços florestais”, uma vez que o uso para fins habitacionais nesta categoria tem caráter excecional e segue as regras dos “outros espaços agrícolas”, nomeadamente as estipuladas no artigo art. 57º do presente regulamento (com as devidas correções emanadas pela CCDRC).</i> <i>Conforme referido no ponto A da Nota Prévia, a construção para habitação isolada em espaço agrícola é admissível desde que enquadre os critérios de excecionalidade, nomeadamente os identificados na NE.IGT.21 do PROT-C, devendo a redação ser completada em conformidade.</i>	Alterar redação (retirar indicação aos espaços florestais, adicionar requisitos definidos no PROT-C). Artigo 47.º, n.º 3: <i>Fora dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, o uso para fins habitacionais apenas é admitido nos casos em que se destine a residência própria e permanente de quem exerça atividade agrícola, pecuária ou florestal, mediante prova do exercício dessas atividades através de certidão emitida pela entidade setorial competente e autoridade tributária, e desde que verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:</i> <i>a) Serem comprovadamente necessárias às atividades desenvolvidas no solo rústico;</i> <i>b) ser imprescindível a sua localização na exploração;</i> <i>c) não se localizarem em áreas de risco salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes;</i> <i>d) Inexistência de qualquer outro edifício habitacional na parcela;</i> <i>e) A habitação seja unifamiliar.</i>	Recomendação acolhida
REG.18	10	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 47.º - Usos, atos e atividades compatíveis ou condicionadas <i>4 e 5 – A validar pelo ICNF.</i> <i>6 – A validar pela APA.</i>	Consultados os pareceres emitidos pelo ICNF e pela APA, informa-se o seguinte: - O ICNF pronunciou-se sobre os números 4 e 5 do artigo 47.º. As observações apresentadas pela entidade foram acolhidas, conforme indicado nos comentários REG.09, REG.10, REG.11 e REG.12 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo conduzido à alteração do referido artigo; - A APA não apresentou observações relativas ao artigo 47.º.	Recomendação acolhida
REG.19	10	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS <i>Artigo 48.º (antigo art.º 32 com alterações) - Condições gerais de edificabilidade</i> <i>1, al. f) – A validar pelo ICNF. De forma a facilitar a leitura do normativo, considera-se que as regras a aplicar na área de intervenção do PNSE devem estar todas agrupadas na divisão relativa ao Parque Natural da Serra da Estrela, nomeadamente na Secção I do Capítulo II.</i>	Consultado o parecer do ICNF, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativamente ao artigo 48.º, nem teceu considerações quanto à estrutura do regulamento. Assim, entende-se que não se justifica proceder a alterações à estrutura do regulamento.	Recomendação não acolhida
REG.20	11	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO SECÇÃO III – ESPAÇOS AGRÍCOLAS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO <i>Artigo 54.º (antigo art.º45 com alterações) - Regime de edificabilidade</i> <i>al. b, subal. iii.) e al. e, subal. v.) – o índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.</i>	Alterar redação. Artigo 54.º, al. b), iii.: <i>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 3%;</i> al. e), v.: <i>Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 3%;</i>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.21	11	CAPÍTULO III – SOLO RÚSTICO SECÇÃO III – ESPAÇOS AGRÍCOLAS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO Artigo 54.º (antigo art.º 45 com alterações) - Regime de edificabilidade al. e) – Conforme referido no ponto A da Nota Prévia, a construção para habitação isolada em espaço agrícola é admissível desde que enquadre os critérios de excecionalidade, nomeadamente os identificados na Ne.IGT.21 do PROT-C, devendo a redação ser completada em conformidade.	Esta regra está assegurada no artigo 53.º, do n.º 5, alínea g), por remissão para o artigo 47.º onde foi assegurada a transcrição dos requisitos da NE.IGT.21.	Recomendação acolhida
REG.22	11	SUBSECÇÃO II – ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO Artigo 56.º (antigo art.º 48 com alterações) - Regime de edificabilidade al. a, subal. iii.) e al. c, subal. v.) – o índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33 . Corrigir.	Alterar redação. Artigo 56.º, al. a), iii.: Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 10% ; al. c), v.: Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 3% ;	Recomendação acolhida
REG.23	11	SUBSECÇÃO II – ESPAÇOS AGRÍCOLAS DE CONSERVAÇÃO Artigo 56.º (antigo art.º 48 com alterações) - Regime de edificabilidade al. c) – Conforme referido no ponto A da Nota Prévia, a construção para habitação isolada em espaço agrícola é admissível desde que enquadre os critérios de excecionalidade, nomeadamente os identificados na Ne.IGT.21 do PROT-C, devendo a redação ser completada em conformidade.	Em harmonia com a categoria de solo anterior, alterar o artigo 55.º, n.º 3 alínea f) para: Artigo 55, n.º 3, al. f): Edifícios para fins habitacionais de quem exerça atividade agrícola ou complementar à atividade agrícola, em parcelas associadas a explorações agrícolas, nos termos dispostos no n.º 3 do artigo 47.º.	Recomendação acolhida
REG.24	11	SUBSECÇÃO III – OUTROS ESPAÇOS AGRÍCOLAS Artigo 57.º (antigo art.º 50) - Identificação, usos e atividades 4, al. g) – Conforme referido no ponto A da Nota Prévia, a construção para habitação isolada em espaço agrícola é admissível desde que enquadre os critérios de excecionalidade, nomeadamente os identificados na Ne.IGT.21 do PROT-C, devendo a redação ser completada em conformidade.	Alterar redação. Artigo 57.º, n.º 4, al. g): Edifícios para fins habitacionais de quem exerça atividade agrícola ou complementar à atividade agrícola, em parcelas associadas a explorações agrícola ou agropecuária, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º.	Recomendação acolhida
REG.25	11	SUBSECÇÃO III – OUTROS ESPAÇOS AGRÍCOLAS Artigo 58.º (antigo art.º 51 com alterações) - Regime de edificabilidade al. a, subal. iii.) e al. d, subal. v.) – o índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 58.º, al. a), iii.: Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 15% ; al. d), v. – Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 4% ;	Recomendação acolhida
REG.26	11	SUBSECÇÃO III – OUTROS ESPAÇOS AGRÍCOLAS Artigo 58.º (antigo art.º 51 com alterações) - Regime de edificabilidade al. d) – Conforme referido no ponto A da Nota Prévia, a construção para habitação isolada em espaço agrícola é admissível desde que enquadre os critérios de excecionalidade, nomeadamente os identificados na NE.IGT.21 do PROT-C, devendo a redação ser completada em conformidade.	Esta regra está assegurada no artigo 57.º, do n.º 4, alínea g)	Recomendação acolhida
REG.27	11	SECÇÃO IV – ESPAÇOS FLORESTAIS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS FLORESTAIS DE PRODUÇÃO Artigo 59.º (antigo art.º 53; antigo art.º 54) - Identificação, usos e atividades 6, al. f) – A redação deve ser completada de forma a salvaguardar que os empreendimentos turísticos em solo rústico enquadram os critérios de inserção territorial previstos na NE.IGT.22 do PROT-C, conforme referido no ponto A da Nota Prévia.	Alterar a redação. Artigo 59.º, n.º 6, al. f): Empreendimentos turísticos compatíveis com o solo rústico, nos termos do n.º 3 do artigo 23.º e do n.º 4 do artigo 47.º. . Matéria articulada com o parecer do TdP (ver comentário REG.01 do quadro de ponderação ao parecer do TdP).	Recomendação acolhida
REG.28	11	SECÇÃO IV – ESPAÇOS FLORESTAIS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS FLORESTAIS DE PRODUÇÃO Artigo 60.º (antigo art.º 55) - Regime de edificabilidade Corrigir a sequência das alíneas. Nas diversas alíneas) – O índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 60.º, al. a), iii.: Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 1,5% ; (...); b) No caso de atividades de pesquisa, prospeção e exploração de recursos geológicos e respetivas instalações e edificações de apoio: (...) iv. – Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 1,5% ; (...); c) No caso de comércio e serviços diretamente ligados às atividades florestais, agrícolas, pecuárias, aquícolas e piscícolas ou de exploração de recursos geológicos: (...); iii. – Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 1% ; (...); d) No caso de empreendimentos turísticos, para além das regras estabelecidas no artigo 23.º deste Regulamento, aplica-se ainda as seguintes: (...); e) No caso de instalações e equipamentos de suporte a atividades de recreio e lazer, atividades culturais e atividades de animação turística.	Recomendação acolhida
REG.29	11	SECÇÃO IV – ESPAÇOS FLORESTAIS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS FLORESTAIS DE PROTEÇÃO Artigo 61.º (antigo art.º 56; antigo art.º 57) - Identificação, usos e atividades 4, al. c) – A redação deve ser completada de forma a salvaguardar que os empreendimentos turísticos em solo rústico enquadram os critérios de inserção territorial previstos na NE.IGT.22 do PROT-C, conforme referido no ponto A da Nota Prévia.	Alterar redação. Artigo 61.º, n.º 4, al. c): Empreendimentos turísticos compatíveis com o solo rústico, nos termos do n.º 3 do artigo 23.º e do n.º 4 do artigo 47.º , à exceção de estabelecimentos hoteleiros.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.30	12	SECÇÃO IV – ESPAÇOS FLORESTAIS SUBSECÇÃO II – ESPAÇOS FLORESTAIS DE PROTEÇÃO Artigo 62.º (antigo art.º 58) - Regime de edificabilidade al. a, subal. iii.) e al. b, subal. iii.) – o índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 62.º, al. a), iii.: <i>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 10%; (...); b) (...)</i> iii. – <i>Índice de impermeabilização do Solo (IIS) máximo – 5%; (...):</i>	Recomendação acolhida
REG.31	12	SECÇÃO VI – ESPAÇOS DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS Artigo 67.º(antigo art.º69; antigo art.º70) - Identificação e usos 4, al. a) – A redação apresentada no Regulamento da 1ª Reunião da CC estava correta nomeadamente: “a) Comércio e serviços diretamente ligados às atividades desenvolvidas no local”. A mesma deve ser reposta de forma a dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do art. 16 do DR 15/2015.	Alterar a redação. Artigo 67.º, n.º 4 al. a): Comércio e serviços diretamente ligados às atividades desenvolvidas no local.	Recomendação acolhida
REG.32	12	SECÇÃO VI – ESPAÇOS DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS Artigo 67.º(antigo art.º69; antigo art.º70) - Identificação e usos 4, al. c) – Relembra-se que no solo rústico apenas devem admitir-se operações de gestão de resíduos e depósitos de materiais ligados às atividades admitidas no solo rústico.	Eliminar alínea c) do n.º 4 do artigo 67.º (ver REG.03).	Recomendação acolhida
REG.33	12	SECÇÃO VII – ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS Artigo 69.º (antigo art.º72; antigo art.º73) - Identificação, usos e atividades 4, al. g) – A redação deve ser completada de forma a salvaguardar que os empreendimentos turísticos em solo rústico enquadram os critérios de inserção territorial previstos na NE.IGT.22 do PROT-C, conforme referido no ponto A da Nota Prévia.	Alterar redação. Artigo 69.º, n.º 4, al. g): <i>Empreendimentos turísticos compatíveis com o solo rústico, nos termos do n.º 3 do artigo 23.º e do n.º 4 do artigo 47.º, à exceção de estabelecimentos hoteleiros.</i>	Recomendação acolhida
REG.34	12	SECÇÃO VII – ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS Artigo 70.º (antigo art.º74) - Regime de edificabilidade A validar pelo ICNF e pela APA.	Consultados os pareceres do ICNF e da APA, verifica-se que estas entidades não apresentaram observações relativas ao artigo 70.º. Assim, mantém-se a redação do referido artigo.	Recomendação acolhida
REG.35	12	SECÇÃO VII – ESPAÇOS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS Artigo 70.º (antigo art.º74) - Regime de edificabilidadeal.a subal. iii.) e al.c subal. iii.) – O índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 70.º, al. a), iii.: <i>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 2%;</i> al. c), iii. – <i>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 5%;</i>	Recomendação acolhida
REG.36	12	SECÇÃO IX - ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA Artigo 73.º (antigo art.º77; antigo art.º78) - Identificação, usos e atividades A validar pelo TdP e pelo ICNF, e atender à NE.IGT.22 do PROT-C, conforme referido no ponto A da Nota Prévia.	Após consulta aos pareceres emitidos pelo TdP e pelo ICNF, informa-se o seguinte: - O ICNF não apresenta observações relativas ao artigo 73.º; - O TdP pronunciou-se sobre as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 73.º. A resposta a essas observações encontra-se refletida no Quadro de Ponderação ao Parecer do TdP, nos comentários identificados como REG.29 e REG.30. Alterar redação. Artigo 73.º, n.º 1: <i>Os espaços de ocupação turística correspondem a áreas afetas a empreendimentos turísticos existentes ou a áreas com vocação para a instalação de novos empreendimentos turísticos compatíveis com o solo rústico, de acordo com as disposições estabelecidas nos artigos 23.º e 47.º.</i>	Recomendação acolhida
REG.37	12	Artigo 74.º Regime de edificabilidade A validar pelo TdP.	Consultado o parecer do TdP, informa-se que esta entidade se pronunciou sobre o artigo 74.º. As observações apresentadas pela entidade foram fundamentadas nos comentários REG.31 e REG.32 do quadro de ponderação ao parecer do TdP, tendo apenas sido corrigida a redação do n.º 1, alínea b), subalínea i.	Recomendação acolhida
REG.38	12	SECÇÃO X - ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES Artigo 75.º (Antigo ART.º82) - Identificação, usos e atividades 2 – A redação proposta sofreu algumas alterações face à proposta apresentada na 1ª Reunião da CC. Chama-se a atenção para o necessário cumprimento do artigo 16.º do DR 15/20215, de 19/08, quanto aos usos admitidos (nomeadamente a nível do comércio, serviços e empreendimentos turísticos).	Alterar redação. Artigo 75.º n.º 2: <i>Nestes espaços são admitidos equipamentos de utilização coletiva destinados à prática ou promoção de atividades nas áreas da saúde, ação social, ensino, cultura, religião, desporto, recreio e lazer, podendo ainda contemplar outras funções ou usos de apoio complementar que contribuam para o seu adequado funcionamento, designadamente:</i> a) Comércio e serviços, diretamente relacionados com as utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos; b) Empreendimentos turísticos nos termos do artigo 47.º.	Recomendação acolhida
REG.39	12	SECÇÃO X - ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS OU OCUPAÇÕES Artigo 76.º (antigo art.º 83) - Regime de edificabilidade 1, al. c) – O índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 76.º, n.º 1, al. c) – <i>Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 50%;</i>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.40	12/13	SECÇÃO XI - AGLOMERADOS RURAIS Artigo 78.º (antigo art.º 88) - Regime de edificabilidade 3 – A redação estipula como parâmetro urbanístico “a área de implantação máxima é de 350m ² ”. Uma vez que nos AR são permitidos vários usos e atividades questiona-se se este valor é comum para todos, ou trata-se de um lapso? Por ex: habitação - 350m ² ; estabelecimento industrial - 350m ² .	Confirma-se a opção de definir uma área máxima da implantação de 350 m ² para esta categoria de solo, independentemente do uso.	Recomendação registada
REG.41	13	SECÇÃO XII - ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA Artigo 79.º (antigo art.º 89; antigo art.º 90) - Identificação, usos e atividades 5, al. a) – Completar de forma a dar cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 3 do art. 16 do DR 15/2015.	Alterar redação. Artigo 75.º n.º 5, al. a): Estabelecimentos comerciais e de serviços, diretamente relacionados com as utilizações agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos;	Recomendação acolhida
REG.42	13	SECÇÃO XII - ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA Artigo 80.º(antigo art.º 91) - Regime de edificabilidade Corrigir sequencia das alíneas. al.a, subal. i.) – O índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 80.º - a) (...): i. Índice de impermeabilização do solo (IIS) – 25% ; b) No caso de obras de construção para habitação, comércio e serviços: (...)	Recomendação acolhida
REG.43	13	CAPÍTULO IV - SOLO URBANO SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS Artigo 83.º (novo) - Condições gerais de edificabilidade 5 – Sugerimos que se substitua “... o índice de impermeabilização do solo resultante das operações urbanísticas em solo urbano não deve ser superior a 70%” por “... o índice de impermeabilização do solo resultante das operações urbanísticas em solo urbano não ultrapassa 70%”.	Entende-se que as duas redações limitam o índice máximo de impermeabilização, pelo que se mantém a redação proposta na 2.ª Reunião Plenária.	Recomendação não acolhida
REG.44	13	SECÇÃO III – ESPAÇOS HABITACIONAIS SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS HABITACIONAIS TIPO I Artigo 89.º Regime de edificabilidade 1, al. a) – O índice de ocupação do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-34. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 89.º, n.º 1, al. a): Índice de ocupação do Solo (IOS) máximo – 50% .	Recomendação acolhida
REG.45	13	SUBSECÇÃO I – ESPAÇOS HABITACIONAIS TIPO II Artigo 91.º Regime de edificabilidade 1, al. a) – O índice de ocupação do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-34. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 91.º, al. a): Índice de ocupação do Solo (IOS) máximo – 50% .	Recomendação acolhida
REG.46	13	SECÇÃO IV – ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS Artigo 93.º (antigo art.º117) - Regime de edificabilidade 5 – O índice de ocupação do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-34. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 93.º, n.º 5: Nas operações urbanísticas de construção, reconstrução, alteração ou ampliação de equipamentos de utilização coletiva ou de empreendimentos turísticos, deve ser assegurada a adequada integração urbana dos novos edifícios ou ampliações, através da aplicação do conceito de morfotipologia dominante previsto no artigo 83.º do presente Regulamento, sendo apenas estabelecido um Índice máximo de Ocupação do Solo (IOS) de 50% .	Recomendação acolhida
REG.47	13 e 14	SECÇÃO V – ESPAÇOS VERDES SUBSECÇÃO II - ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA Deverá ser atendido o Art.º154.º “Reserva de solo” do RJIGT, alertando-se em especial para o n.º 2 – segundo o qual, as que incidam sobre prédios de particulares determina a obrigatoriedade da sua aquisição pelas autarquias locais –, o que não é apresentado. «1 – Os planos territoriais podem estabelecer reservas de solo para a execução de infraestruturas urbanísticas, de equipamentos e de espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva (...); 2 – A reserva de solo que incida sobre prédios de particulares determina a obrigatoriedade da sua aquisição, no prazo estabelecido no plano territorial ou no respetivo instrumento de programação. 3 – Na falta de fixação do prazo a que se refere o número anterior, a reserva de solo caduca no prazo de cinco anos, contados da data de entrada em vigor do respetivo plano territorial. (...)»	O n.º 13 do artigo 126.º do regulamento, relativo às Áreas de Execução Programada (AEP) do Plano, salvaguardam a obrigatoriedade da aquisição dos terreno, como indicado pela Entidade. Ver Notas e Comentários de REG.60.	Recomendação acolhida
REG.48	14	SECÇÃO V – ESPAÇOS VERDES SUBSECÇÃO II - ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA Artigo 97.º(antigo art.º 124) - Regime de edificabilidade 1, al. b) – o índice de impermeabilização do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-33. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 97.º, n.º 1, al. a): Índice de impermeabilização do solo (IIS) máximo – 15% .	Recomendação acolhida
REG.49	14	SECÇÃO V – ESPAÇOS VERDES SUBSECÇÃO II - ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA Artigo 97.º(antigo art.º 124) - Regime de edificabilidade 1, al. c) – o índice de ocupação do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-34. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 97.º, n.º 1, al. c): Índice de ocupação do solo (IOS) máximo – 10% .	Recomendação acolhida
REG.50	14	SECÇÃO VI - ESPAÇOS DE USO ESPECIAL SUBSECÇÃO I - ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS Ver o referido sobre a Subsecção II da Secção V “Espaços verdes”, a propósito da Reserva de Solos.	Ver Notas e Comentários de REG.47.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.51	14	SECÇÃO VI - ESPAÇOS DE USO ESPECIAL SUBSECÇÃO I - ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS Artigo 99.º (antigo art. 99) - - Regime de edificabilidade O índice de ocupação do solo é expresso em percentagem, conforme Ficha I-34. Corrigir.	Alterar redação. Artigo 97.º - <i>Nos espaços de uso especial – equipamentos, na construção de novos edifícios ou na reconstrução, alteração ou ampliação de edifícios existentes deve ser salvaguardada a adequada integração urbana dos novos volumes edificados, mediante a aplicação do conceito de morfotipologia dominante previsto no artigo 83.º do presente Regulamento, devendo ainda ser respeitado um índice máximo de ocupação do solo (IOS) de 50%.</i>	Recomendação acolhida
REG.52	14	CAPÍTULO V – SISTEMAS TERRITORIAIS Secção II – SISTEMA DE ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES Artigo 107.º (novo) - Princípios gerais 1 – A validar pelo ICNF.	Consultado o parecer do ICNF, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativas ao artigo 107.º Como tal, mantém-se a redação do referido artigo.	Recomendação acolhida
REG.53	14	CAPÍTULO V – SISTEMAS TERRITORIAIS SECÇÃO II - SISTEMAS DE ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE E TRANSPORTES SUBSECÇÃO I - REDE RODOVIÁRIA – HIERARQUIA ADMINISTRATIVA Artigo 109.º (novo) - Regime de proteção à rede viária classificada e Artigo 110.º (novo) - Regime de proteção à rede viária não classificada Tratam-se de artigos novos relativamente à versão presente na 1.ª reunião plenária da CC. Uma vez que tratam de matérias relativas a condicionantes já estabelecidas por diplomas legais, considera-se que os mesmos deviam antes constar do “Título II “Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública”. No nosso entender, nestes artigos inerentes aos “Sistemas de Acessibilidades, Mobilidade e Transportes”, em termos de “condicionantes” só devem constar as proteções às vias propostas/previstas na Planta de Ordenamento e como tal sem servidão constituída e representada na P. Condicionantes. Matéria a aferir com as Infraestruturas de Portugal, Entidade representada na CC.	Considera-se relevante que, após a identificação da hierarquia administrativa da rede rodoviária, constem as disposições que permitam uma identificação mais rápida das condicionantes associadas quer à rede viária classificada, quer à não classificada. Por este motivo, opta-se por manter a sua inclusão neste capítulo. Importa, ainda, referir que o IMT e a IP não colocaram quaisquer objeções à estrutura adotada para a apresentação do normativo relativo à rede rodoviária.	Recomendação não acolhida
REG.54	14	SUBSECÇÃO II - REDE RODOVIÁRIA – HIERARQUIA FUNCIONAL Artigo 112.º (antigo art.º 140 mas com nova redação) - Características e parâmetros técnicos da rede rodoviária 1 – O plano tem que fixar os parâmetros técnicos das vias rodoviárias de acordo com a hierarquia funcional e não remeter para a legislação e regulamento externo ao normativo.	Opta-se por não acolher a presente recomendação, pelos seguintes motivos: – A IP não emitiu parecer ou pronúncia sobre esta matéria; – O artigo 96.º do RJIGT, que estabelece o conteúdo material dos Planos Diretores Municipais, não impõe a obrigatoriedade de fixação, em regulamento do Plano, de parâmetros de dimensionamento para as vias rodoviárias; – A introdução dessa informação contraria a recomendação anteriormente emitida pela CCDRC, aquando da análise da versão inicial do regulamento submetida à 1.ª CC, no sentido de se promover a simplificação e concisão do regulamenta.	Recomendação não acolhida
REG.55	14	SUBSECÇÃO II - REDE RODOVIÁRIA – HIERARQUIA FUNCIONAL Artigo 112.º (antigo art.º 140 mas com nova redação) - Características e parâmetros técnicos da rede rodoviária 2 – De forma a facilitar a leitura do normativo, considera-se que as regras a aplicar na área de intervenção do PNSE devem estar todas agrupadas na divisão relativa ao Parque Natural da Serra da Estrela, nomeadamente na Secção I, Capítulo II.	Consultado o parecer do ICNF, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativamente ao artigo 112.º, nem teceu considerações quanto à estrutura do regulamento. Assim, entende-se que não se justifica proceder a alterações à estrutura do regulamento.	Recomendação não acolhida
REG.56	14	SUBSECÇÃO II - REDE RODOVIÁRIA – HIERARQUIA FUNCIONAL Artigo 112.º (antigo art.º 140 mas com nova redação) - Características e parâmetros técnicos da rede rodoviária 3 – Ver o referido ponto B das Notas Prévias da apreciação sobre o não competir ao PDM reproduzir o que se estabelece em legislação própria sobre “parecer e aprovação das entidades competentes...”	Embora se reconheça a pertinência da observação da Entidade, a apresentação da informação em causa visa esclarecer os particulares quanto a “condições a cumprir” que, não estando expressamente previstas no normativo do Plano, decorrem de legislação setorial aplicável. Acresce que tais condições são, em diversos casos, exigidas pelas entidades competentes nas respetivas áreas de intervenção, razão pela qual se optou pela sua reprodução no presente documento.	Recomendação não acolhida
REG.57	15	SUBSECÇÃO II - REDE RODOVIÁRIA – HIERARQUIA FUNCIONAL Artigo 119.º (antigo 146º, mas com nova redação) - Princípios gerais 1 – O plano tem que fixar os parâmetros de estacionamento e não remeter para a respetiva Portaria.	Opta-se por não acolher a presente recomendação, pelos seguintes motivos: – A IP e o IMT não emitiram parecer ou pronúncia sobre esta matéria; – O artigo 96.º do RJIGT, que estabelece o conteúdo material dos Planos Diretores Municipais, não impõe a obrigatoriedade de fixação, em regulamento do Plano, de parâmetros de dimensionamento para as vias rodoviárias; – A introdução dessa informação contraria a recomendação anteriormente emitida pela CCDRC, aquando da análise da versão inicial do regulamento submetida à 1.ª CC, no sentido de se promover a simplificação e concisão do regulamenta.	Recomendação não acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.58	15	<i>SUBSECÇÃO IV - ESTACIONAMENTO</i> <i>Artigo 119.º (antigo 146º, mas com nova redação) - Princípios gerais</i> <i>2 – A validar pelo TdP. Caso a câmara opte por estipular no plano valores menos exigentes do que a Lei, considera-se que a opção deve ser devidamente justificada.</i>	O TdP, não apresentou observações relativamente aos parâmetros definidos no n.º 2, respeitante aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento para os empreendimentos turísticos.	Recomendação acolhida
REG.59	15	<i>SUBSECÇÃO IV - ESTACIONAMENTO</i> <i>Artigo 120.º (novo) - Dispensas e Isenções</i> <i>Conforme referido no ponto B das Notas Prévias o Plano deve cingir-se ao seu conteúdo material, de acordo com o estipulado no artigo 96.º do RJGT, sendo esta matéria de regulamento municipal.</i>	Procedeu-se à supressão do artigo 120.º, e consequente renumeração dos artigos subsequentes. Sem prejuízo, foi aditado um novo número ao artigo 119.º, com a seguinte redação: Artigo 119.º, n.º 11 - Sem prejuízo da legislação aplicável, a Câmara Municipal pode deliberar a dispensa total ou parcial do cumprimento da dotação de estacionamento, assim como a correspondente compensação pecuniária, a definir em Regulamento Municipal.	Recomendação acolhida
REG.60	15	<i>TÍTULO IV – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO</i> <i>CAPÍTULO II - EXECUÇÃO</i> <i>Artigo 126.º (antigo 182º) - Áreas de execução programada do Plano</i> <i>12, 13 e 14 – Reformular e completar a redação no que se refere às “Áreas de reserva de solo”. Definir no Regulamento o prazo dos 10 anos mencionado no Programa de Execução. Poderá ser feita menção às “áreas de reserva de solo” e respetiva categoria de reversão (prevista no n.º7 do Art.º154.º do RJGT). Reformular o artigo em consideração ao Programa de Execução (Tabela Reserva de Solo).</i>	Alterar redação. Artigo 126.º, n.º 12: <i>As áreas de reserva de solo destinadas à execução de equipamentos ou espaços verdes de utilização coletiva, resultantes das opções de ordenamento definidas no Plano, bem como as respetivas categorias ou subcategorias de reversão, são identificadas na planta anexa ao Programa de Execução.</i> 13 – <i>Nas áreas de reserva de solo correspondentes a prédios particulares, recai sobre a Administração Central ou Local, consoante a entidade beneficiária da reserva, a obrigatoriedade de aquisição dos respetivos terrenos no prazo de 10 anos a contar da entrada em vigor do Plano.</i>	Recomendação acolhida
REG.61	15	<i>TÍTULO IV – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANO</i> <i>CAPÍTULO II - EXECUÇÃO</i> <i>Artigo 126.º (antigo 182º) - Áreas de execução programada do Plano</i> <i>13 – Falta referir as “Autarquias Locais” previstas no n.º4 do Art.º154.º do RJGT, uma vez que de acordo com o exposto no Programa de Execução (pág. 32), a intenção da CM é de atribuir a responsabilidade de aquisição das “áreas de reserva de solo” às respetivas Juntas de Freguesia.</i>	Ver Notas e Comentários de REG.60. A designação foi corrigida para “Administração Central e Local” uma vez que o Município e as Freguesias poderão não ser os únicos beneficiários da reserva de solo, podendo incluir-se, por exemplo, entidades como as Águas da Covilhã (empresa municipalizada).	Recomendação acolhida
REG.62	15	<i>CAPÍTULO III – REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO SECÇÃO I - REGIME PEREQUATIVO</i> <i>Artigo 131.º (antigo 188º e 189º com alterações) - Mecanismos de perequação</i> <i>1 – Conforme estipulado no nº 1 do art. 177 do RJGT “os municípios podem utilizar os seguintes mecanismos de perequação: a) estabelecimento da edificabilidade média do plano; b) estabelecimento de uma área de cedência média e c) repartição dos custos de urbanização.”. Fica ao critério de cada município optar, se pretendem utilizar os critérios referidos de uma forma cumulativa ou qual a opção que escolhem. Sendo assim, considera-se que a redação tem que tipificar os mecanismos de perequação escolhidos.</i>	Ver Notas e Comentários do REG.63.	Recomendação não acolhida
REG.63	15	<i>CAPÍTULO III – REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO SECÇÃO I - REGIME PEREQUATIVO</i> <i>Artigo 131.º (antigo 188º e 189º com alterações) - Mecanismos de perequação</i> <i>4 – Refere, e bem, a necessidade do plano definir uma edificabilidade e cedência média, mas o mesmo não o fez (não dando cumprimento ao n.º1 do artigo 182.º do RJGT, porquanto não é fixado no PDM “uma área de cedência média para a instalação de infraestruturas, de equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva, bem como para habitação pública, a custos controlados ou para arrendamento acessível, aplicável à perequação intraplano a realizar a nível municipal”</i>	De facto, o Plano não define uma área de cedência média. No entanto, essa possibilidade tem acolhimento no n.º 2 do artigo 182.º do RJGT – neste sentido, Fernanda Paula Oliveira no RJGT comentado. Em complemento, a cedência média pode ser definida, por aplicação desta norma, pelo Regulamento Perequativo de Edificabilidade e de Encargos Urbanísticos (RPEEU).	Recomendação não acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
2.1 CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO				
ORD.CQS.01	17	UOPG (...) Em solo urbano a estruturar: - UOPG 2 – Poldras; - UOPG 4 – Pedregal; - UOPG 5 – Grande Covilhã (ou Grila – clarificar e conformar entre documentos); - UOPG 7 – Parque. As “UOPG em solo urbano” e as “UOPG em solo urbano a estruturar”, poderão ter que ser ponderadas pela Câmara Municipal e reestruturadas/redefinidas, em acordo com os pareceres emitidos na presente reunião plenária, nomeadamente o desta CCDRC, conforme apreciação mais detalhada efetuada sobre as propostas de Perímetros Urbanos e exclusão de áreas de RAN.	Clarifica-se que o nome da UOPG 5 é “Grande Covilhã”. Rever todos os documentos para que a designação da UOPG5 seja uniformizada. Rever os limites das UOPG, em conformidade com as alterações decorrentes da ponderação dos pareceres emitidos pelas Entidades no âmbito da 2.ª Reunião Plenária.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.02	17	<p>– Espaços Florestais</p> <p>– Espaços Naturais e Paisagísticos</p> <p>– Espaços Culturais</p> <p>– Espaços de Ocupação Turística</p> <p>– Espaços Destinados a Equipamentos, Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações</p> <p>– Espaços de Exploração de Recursos Energéticos e Geológicos</p> <p><i>Estas categorias de espaço e respetivas subcategorias, serão a validar pelas entidades com competências nas matérias, representadas na CC, nomeadamente, ICNF, Património Cultural, APA, Turismo de Portugal e DGEG.</i></p>	Após consulta aos pareceres das entidades indicadas pela CCDRC, verificou-se que todas apresentaram observações a considerar na Planta de Ordenamento. Todas essas observações foram devidamente analisadas, tendo o seu acolhimento ou rejeição sido fundamentado no quadro de ponderação dos pareceres das respetivas entidades.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.03	17	<p>Espaços de Atividades Industriais</p> <p><i>Encontram-se abordadas no Relatório da proposta (pág.325), com referência expressa ao devido enquadramento legislativo dado pela definição constante no artigo 22.º do D. Reg. 15/2015, de 19/08, com indicação de existência de 8 áreas, que na Tabela 53 contabilizam o total de 17,55ha.</i></p> <p><i>Nada a observar, para além dos pareceres emitidos sobre áreas em RAN ou REN, nomeadamente a área EAI (junto à EN18, no limite concelho), totalmente em RAN e com proposta de exclusão C1 da REN. Cabe à CM ponderar a solicitação e fundamentação da exclusão de área de RAN, para conformar.</i></p>	O caso apontado pela CCDRC refere-se a uma agropecuária cuja atividade é considerada compatível com a natureza do solo rústico e com os objetivos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), nos termos do artigo 16.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, bem como dos artigos 21.º e 22.º do Regime Jurídico da RAN (RJLAN), por omissão.	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.04	19	<p>AR 01_ Quinta do Tapado</p> <p>REN – C41 – atender ao parecer emitido sobre a área de exclusão.</p>	REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.05	19	<p>AR 02_ Lameiras</p> <p>RAN – atender ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão.</p> <p>REN – C49 ZAC – atender ao parecer emitido sobre a área de exclusão e acrescentar na PO-S-Riscos.</p>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN. REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Incluir exclusões da ZAC (Zonas Inundáveis) na PO-S-Riscos.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.06	19	<p>AR 04_ Cortes do Meio (sul)</p> <p>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE.</p> <p>PNSE – Totalmente em área do Parque – a validar pelo ICNF.</p>	REN e PNSE – Relativamente aos AR, o ICNF, no seu parecer, determina que, quanto às normas relativas aos usos e ao regime de edificabilidade aplicáveis a esta categoria de solo rústico no interior do PNSE, seja explicitada a prevalência das disposições constantes do regime de proteção previsto no POPNSE. Esta observação foi acolhida, conforme se encontra registado no comentário ORD.02 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo conduzido à correspondente alteração da redação do regulamento.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.07	19	<p>AR 05_ Ourondinho</p> <p>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE.</p> <p>PNSE – Parcialmente (NE) em área do Parque – a validar pelo ICNF.</p>	REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.08	19	<p>AR 06_ Sítio das Naves</p> <p>RAN – verifica-se existência de RAN na faixa a este (com alguns edifícios), sem solicitação de exclusão. Entende-se que a CM pode promover a solicitação de exclusão da RAN nessas áreas, e nesse caso manter a delimitação do AR.</p> <p>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. ZAC devidamente salvaguardada na PO-S-R.</p> <p>PNSE – Parcialmente (norte) em área do Parque – a validar pelo ICNF.</p>	RAN – Reduzir a área de AR e propor a exclusão da área RAN sobreposta com edificado. REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.09	19	<p>AR 07_ Trigais</p> <p>RAN – atender ao parecer emitido sobre a área de exclusão.</p>	RAN – Emitido parecer Favorável. às propostas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.10	20	<p>AR 11_ Cerdeira</p> <p>REN – exclusão C66 em AIV – atender ao parecer emitido.</p>	REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.11	20	<p>AR 12_ Vale da Cerdeira</p> <p><i>A este ajustar AR pelo CALM (REN).</i></p> <p>RAN/AH – atender ao parecer emitido sobre a área de exclusão da RAN. Contudo, deverá ser reformulado o perímetro do AR pelo exterior à área de RAN e AH.</p> <p>REN – exclusão C67 68 69 - atender ao parecer emitido.</p>	Dividir área em 2 AR e ajustar a delimitação do AR a este, pelo CALM (REN). RAN – Propor nova área a excluir da RAN (área sobreposta com edifício existente), no novo AR (oeste). REN – Emitidos pareceres favoráveis condicionados. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.12	20	<p>AR 13_ Pereiro</p> <p>RAN – atender ao parecer emitido sobre a área de exclusão da RAN. Aceita-se neste caso a integração da faixa de RAN que atravessa o lugar, como fazendo parte da conformação do mesmo.</p> <p>REN – C63, C64, 65 - atender ao parecer emitido. ZAC (no exterior à exclusão) – na PO-S-R.</p>	Dividir a área em 3 AR. RAN – Emitido parecer Favorável., REN – Emitidos pareceres favoráveis condicionados. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.13	20	AR 16_ Berrincha <i>Verifica-se que foi retraído o perímetro, relativamente à proposta de AED46 apresentada na 1.ªCC, em resposta à apreciação desta CCDRC. Contudo, não se entende, não foi explanado/fundamentado o enquadramento em Aglomerado Rural. No nosso entender tem enquadramento mais adequado na definição de AED, quer do D.Reg. 15/2015, quer das normas Ne.igt.23 e Ne.igt.24 do PROT-C. Carece de melhor fundamentação para poder ser aceite como AR.</i> REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. PNSE – em área do Parque – <u>a validar pelo ICNF</u> . (Nota: era proposta de AED46 na 1ªCC).	Alterar AR para AED. REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.14	20	AR 17_ Rosa Negra REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. PNSE – Parcialmente (norte) em área do Parque – <u>a validar pelo ICNF</u> . (Nota: era proposta de AED51 na 1ªCC).	REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.15	20	AR 20_ Amieiral REN – verifica-se uma área em REN, para a qual não foi solicitada exclusão, pelo que deverá a CM ponderar a sua proposta/fundamentação.	Ajustar limites do AR, de modo a minimizar a sobreposição com áreas de REN. REN – Propor nova exclusão da REN (tipologia AIV).	Recomendação acolhida
ORD.CQS.16	20	AR 22_ Pioso REN – verifica-se uma área em REN, para a qual não foi solicitada exclusão, pelo que deverá a CM ponderar a sua proposta/fundamentação.	Ajustar limites do AR, de modo a minimizar a sobreposição com áreas de REN. REN – Propor nova exclusão da REN (tipologia AIV).	Recomendação acolhida
ORD.CQS.17	20	AR 23_ Quintas das Atalaia REN – exclusão C6 – atender ao parecer. <i>Verifica-se uma área em REN, para a qual não foi solicitada exclusão, pelo que deverá a CM ponderar a sua proposta/fundamentação.</i>	Dividir área em 2 AR. REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Propor nova exclusão da REN (tipologia AIV), no AR norte..	Recomendação acolhida
ORD.CQS.18	20	AR 24_ Ribeira dos Poulos RAN – pequena área em RAN sem solicitação de exclusão. Ajustar o perímetro pela RAN.	RAN – Manter a delimitação do AR e solicitar a exclusão da RAN da área a este.	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.19	20	AR 25_ Sarzedo (poente) REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. PNSE – em área do Parque – <u>a validar pelo ICNF</u> .	REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.20	20	AR 26_ Bairro da Arxada (nascente) REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. A mancha AIV, para a qual não foi solicitada exclusão, pode ser eliminada, conforme parecer sobre a REN.	REN – Em matéria de PNSE, ver comentário ORD.CQS.06. Propor exclusão da REN (tipologia AIV), de acordo com a ponderação efetuada no quadro de ponderação ao parecer da REN (REN.05).	Recomendação acolhida
ORD.CQS.21	21	AR 27_ Covão da Mulher REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE.	REN e PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.22	21	AR 28_ Sernadas REN – E1 – área de REN, a conformar com o POPNSE e parecer REN. PNSE – em área do Parque – <u>a validar pelo ICNF</u> .	REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. PNSE – Ver comentário ORD.CQS.06.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.23	22	AED 03_ Monturos e Roncão RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.	RAN – Emitido parecer Desfavorável. Rever o limite da AED. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.24	22	AED 04_ Quinta da Gafeira <i>Verificando-se a existência de área considerável em RAN e um número reduzido de edificações, de caráter isolado, que não sustentam a delimitação como AED, não se encontra fundamentação para delimitação como AED.</i>	Manter delimitação da AED, uma vez que, no parecer da CCDRC em matéria de RAN, a entidade assume que não existe incompatibilidade da RAN com todas as categorias de solo rústico – fundamento que motivou a não aceitação, pela CCDRC, de propostas de exclusão de RAN em solo rústico.	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.25	22	AED 38_ Quinta de Vale das Donas RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.	RAN – Emitido parecer Desfavorável. Rever o limite da AED. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.26	22	AED 07_ Sítio dos Alverções RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.27	22	AED 08_ Sítio dos Lisboas RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.28	22 / 23	AED 09_ Quinta do Castanheiro das Merendas <i>A NE, reduzir o limite pela área de RAN.</i> <i>A sul, a área maioritariamente desprovida de edificações, não suscita reunir os requisitos/fundamentação para integração em AED, pelo que deverá ser reduzida a área, para minimização de impacto na REN. A conformar com os pareceres ordenamento/REN. REN – exclusão E08 – conformar com parecer sobre a REN e RAN.</i>	Reduzir a delimitação da AED a sul (área maioritariamente sem edificações). REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Não propor exclusão de áreas de RAN (ver comentário ORD.CQS.24).	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.29	23	AED 10_ Aradinhas <i>RAN – verifica-se existência de faixa tardoz, junto à Linha de Água, sem solicitação de exclusão. O limite da AED deve, assim, ser reformulado pelo exterior da RAN, de modo a minimizar os impactos nesta restrição de utilidade pública.</i> REN – C53 exclusão – atender ao parecer. ZAC na PO-S-R.	RAN – Manter a delimitação da AED, integrando a área de RAN (continuidade).(ver comentário ORD.CQS.24). REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Incluir exclusão da ZAC (Zona Inundável) na PO-S-Riscos.	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.30	23	AED 11_ Erada (poente) REN – C52 – atender ao parecer REN.	REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.31	23	AED 12_ Erada (nascente) <i>A sul e a este, reduzir o limite pelo edificado, para minimização de impacto na REN. RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão e reduzir o limite NO pelo exterior à RAN.</i>	REN – Reduzir área de AED, a sul e a este, em conformidade com o parecer da entidade. RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de inclusão e exclusão da RAN das áreas a oeste. Reduzir área da AED a NO, em conformidade com o parecer da entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.32	23	AED 13_ Lameiros <i>RAN/AH – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão e reformular o perímetro da AED pelo exterior da RAN/AH.</i>	RAN – Diminuir área de AED, a este, em conformidade com o parecer da entidade. Emitido parecer Favorável à proposta de inclusão na RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.33	23	AED 16_ Rasas <i>RAN/AH - atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Desfavorável à proposta de exclusão da RAN, por abranger AH. Reformular a delimitação da AED, retirando a área de RAN e do AHCB.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.34	23	AED 17_ Cabeço das Vinhas <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.35	23	AED 21_ Lombardo <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.36	23	AED 27_ Quinta dos Carros <i>Retrair o limite, pelo edificado, de modo a possibilitar apenas uma frente de construção, em diversas áreas: a NO, NE, este, SE e sul; com destaque para as situações que devem conduzir à minimização dos impactes sobre áreas de REN (AEREHS).</i>	REN – Reduzir a AED com referência ao edificado, em conformidade com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.37	23	AED 28_ Ameixieira <i>RAN/AH – verifica-se que se encontra maioritariamente RAN e parcialmente em AH. Aglomerado com pouca consistência em termos de ocupação, que carece de melhor ponderação e redução de área, no sentido de minimização dos impactos sobre a RAN e AH. Neste sentido, só pode ser aceite como AED a área a NO onde se identificam edifícios ao longo do caminho, ficando o restante como edifícios isolados.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN. Dividir área em 2 AED e reduzir áreas de modo a reduzir o impacto com o regadio tradicional.	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.38	23	AED 29_ Quinta das Boiças <i>RAN/AH – verifica-se que se encontra maioritariamente em RAN e pequena área em AH. No sentido de minimizar os impactos na RAN, não pode ser aceite como AED, assumindo-se o existente como edifícios isolados.</i>	RAN – Reduzir a delimitação da AED, cingindo-se à área onde se identificam o maior número de edifícios ao longo dos caminhos. Áreas com expressão semelhante a outras áreas aceites pela entidade (exemplo: área NO da AED 28, aceite pela CCDRC) e que acolhe perímetro urbano do PDM em vigor.	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.39	23 / 24	AED 30_ Setor das Oliveirinhas <i>RAN – atravessado por faixa RAN sem edificações, pelo que o limite da AED deve ser reformulado pelo exterior à RAN, ficando o edifício a nascente como isolado.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN, por sobreposição com o edificado – Área distinta da que atravessa a AED, referida pela CCDRC. Reduzir a delimitação da AED, de acordo com a recomendação da Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.40	24	AED 31_ Souto da Serra <i>A NE, reduzir a profundidade, de modo a minimizar impactos sobre a RAN e eliminar área sobreposta com ZAC. RAN – atravessado por faixa RAN, a norte, pelo que o limite da AED deve ser reformulado pelo exterior à RAN, ficando os edifícios a norte como isolados.</i>	RAN e REN – Reduzir a delimitação da AED, eliminando áreas desocupadas abrangidas por RAN (a norte e este) e áreas de REN, nomeadamente nas tipologias ZAC e CALM. .	Recomendação acolhida
ORD.CQS.41	24	AED 33_ Ponte Pedrinha (nascente) <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão e inclusão, da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.42	24	AED 36_ Quinta da Feiteira <i>Verifica-se que reduziram área/profundidade. REN – exclusões C51, E09, E10, E11 – atender ao parecer sobre a REN.</i>	REN – exclusão C51 – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. REN – exclusões E09, E10 e E11 – Emitido parecer Favorável.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.43	24	AED 45_ Rego de Água <i>Trata-se de proposta de AED em parte de área de retração da anterior proposta de perímetro urbano adjacente (Aldeia/Vila do Carvalho). Parcialmente, pequena área no PNSE (a norte) – a validar pelo ICNF.</i>	Sem alterações decorrentes do parecer da Entidade. PNSE – Relativamente às AED, o ICNF, no seu parecer, determina que, quanto às normas relativas aos usos e ao regime de edificabilidade aplicáveis a esta categoria de solo rústico no interior do PNSE, seja explicitada a prevalência das disposições constantes do regime de proteção previsto no POPNSE. Esta observação foi acolhida, conforme se encontra registado no comentário ORD.02 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo conduzido à correspondente alteração da redação do regulamento.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.44	24	AED 46_ Macaia <i>Não se entende a razão de uma faixa a SO em sobreposição com área de ZAC (em REN). Carece de melhor ponderação e fundamentação a proposta de delimitação da AED nessa zona.</i>	Reduzir a delimitação da AED a noroeste, eliminando sobreposição com ZAC.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.45	24	AED 47_ Quinta da Fábula <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.46	24	AED 48_ Ribeira de Água de Alta <i>Reduzir a profundidade nas situações que apenas necessitam de uma frente de edificação, nomeadamente na área norte do aglomerado (na faixa edificatória abaixo do caminho) – de modo a minimizar os impactos em área de REN.</i>	Reduzir a delimitação da AED, de acordo com a recomendação da Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.47	24	AED 49_ Vales do Rio <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão. Na área em RAN, reformular limite da AED pelo exterior.</i>	RAN – Manter a delimitação da AED, integrando a área de RAN como fazendo parte da conformação da mesma (ver comentário ORD.CQS.24).	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.48	24	AED 50_ Almoinha <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão. Verifica-se a existência de uma faixa de RAN a atravessar a AED, sem solicitação de exclusão, sendo neste caso aceite que a RAN integre a AED, uma vez que contribui para a coerência/identidade do lugar.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.49	24	AED 59_ Quinta do Carrapatelo <i>RAN – verifica-se a existência de área de RAN, a norte, sem solicitação de exclusão, pelo que o limite da AED deve ser reformulado pelo exterior à RAN, ficando os edifícios a norte como isolados.</i> <i>REN – E2 aceite. Ponderar a exclusão da área de RAN coincidente com a mancha de REN.</i> <i>E3 a E5 - atender ao parecer sobre a REN</i>	RAN – Manter a delimitação da AED(ver comentário ORD.CQS.24). REN – exclusão E2 – Emitido parecer Favorável, caso exista proposta de exclusão da RAN. No entanto, não sendo proposta a exclusão da RAN, reformular proposta de exclusão REN ao limite norte da AED, sem sobreposição com a RAN. REN – exclusões E3, E4 e E5 – Emitidos pareceres Favoráveis.	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.50	24	AED 62_ Ribeira dos Poucos <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão.</i>	RAN – Reformular delimitação em função do parecer sobre as áreas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.51	25	AED 63_ Serrado <i>Carece de ponderação a área oeste, na qual se identificam apenas duas edificações. Não se encontra fundamentação suficiente para essa área acima do caminho, a qual se encontra em REN – Conformar com parecer sobre a REN, no sentido de minimizar impactos sobre esta restrição de utilidade pública.</i>	Reduzir a delimitação da AED, de acordo com a recomendação da Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.52	25	AED 65_ Vale de Mouro <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão. Reformular o perímetro pelo exterior das restantes áreas de RAN, dividindo a área em 2 AED pelo exterior da RAN (área central).</i> <i>REN – conformar a REN com o parecer sobre a RAN, não se aceitando a retirada da REN como AUC na área comum à RAN.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às duas propostas de exclusão da RAN. Dividir em duas AED, deixando de haver sobreposição com áreas da RAN/REN – Rever pré-exclusão como AUC em função das alterações de ordenamento.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.53	25	AED 68_ Quintas do Corgo <i>RAN – atender ao parecer sobre as áreas de exclusão. Aceite a exclusão de área da RAN e delimitação da AED.</i> <i>REN – C2 exclusão em ZAC, condicionada a que fique acautelada em Regulamento e identificada na respetiva PO.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN. REN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.54	25	AED 71_ Bardinhas <i>RAN – verifica-se que se encontra maioritariamente em RAN. Neste sentido e porque se trata de situações pouco consistentes em termos de edificações existentes, não pode ser aceite como AED, considerando-se edificações isoladas.</i>	Eliminar AED, de acordo com a recomendação da Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.55	27	Perímetros Urbanos / Solo Urbano <i>a) A proposta de Solo Urbano apresentada deverá ainda ser reformulada em conformidade com o parecer sobre a proposta de delimitação da REN (apresentada no ponto III da apreciação/parecer desta CCDRC e também do parecer da APA/ARHTO), bem como com os pareceres sobre as propostas de áreas a excluir da REN pelas mesmas entidades, e ainda do parecer desta CCDRC sobre a RAN e respetiva exclusão de áreas.</i> <i>No que se refere à RAN, note-se que, de acordo com o Art.º10.º “Solos não integrados na RAN” do RJRAN:</i> <i>«1 — Não integram a RAN as terras ou solos que integrem o solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.</i> <i>2 — Quando exista reclassificação de áreas integradas na RAN como solo urbano, aplica -se o procedimento previsto no artigo 14.º».</i> <i>Neste contexto e verificando-se a existência de diversas propostas de áreas de RAN que mereceram parecer desfavorável ou favorável condicionado, as mesmas devem ser ponderadas pela CM, obrigando à reformulação dos Perímetros Urbanos em causa.</i>	Reformular a proposta de Solo Urbano, em conformidade com a ponderação dos pareceres emitidos na 2.ª Reunião Plenária.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.56	27	Perímetros Urbanos / Solo Urbano <i>b) Eventuais áreas de proposta de solo urbano no interior da área do Parque Natural da Serra de Estrela, deverão ser aferidas e validadas pelo ICNF e verificada a devida conformidade com o POPNSE</i>	Consultado o parecer do ICNF, informa-se que a entidade se pronunciou sobre a proposta de delimitação dos perímetros urbanos constantes na Planta de Ordenamento (2.1). As observações apresentadas foram devidamente ponderadas, conforme se encontra refletido nos comentários ORD.01 e ORD.03 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF.	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.57	28	Perímetros Urbanos / Solo Urbano <i>e) “Zonas Inundáveis” em Solo Urbano, nomeadamente as oriundas da tipologia ZAC da REN que tenham merecido parecer favorável, devem ficar delimitadas na Planta de Ordenamento, preferencialmente qualificadas como “Espaços Verdes”, e devidamente acautelados os usos e ocupações (no Regulamento). Verifica-se que a proposta de PDM da Covilhã integra uma PO específica a “Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Riscos” com as “Zonas Inundáveis” e “Zonas Ameaçadas pelas Cheias – REN”, que deverão conformar-se com a presente PO.</i>	Rever a delimitação dos perímetros urbanos, atendendo às Zonas Inundáveis e às ZAC, de forma a minimizar o risco e qualificar, sempre que possível, como “Espaço Verde de Enquadramento”. Reformular a PO-S-Riscos, em conformidade com as alterações efetuadas às Zonas Inundáveis e Zonas Ameaçadas pelas Cheias da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.58	28	33_Covilhã <i>i) Das questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada, no que se refere às seguintes:</i> <i>i.1) «A proposta de “Área Verde” em solo urbano, no interior da UOPG 7 “Parque” (108,3ha), não é clara. Com efeito, tratando-se de “Espaços Verdes de Utilização Coletiva” [EVUC], deverá ser atendido o Art.º154.º “Reserva de solo” do RJIGT, alertando-se em especial para o n.º2 – segundo o qual, as que incidam sobre prédios de particulares determina a obrigatoriedade da sua aquisição pelas autarquias locais –, o que não é apresentado. (...)</i> <i>Clarificar, assim, qual o enquadramento para considerar atualmente a área de EVUC como solo urbano, uma vez que a execução da UOPG dependerá da oportunidade de aquisição dos terrenos, para cumprimento do referido n.º2 do Art.º154.º do RJIGT.</i> <i>– Verifica-se que, não obstante o Relatório de Ponderação aos pareceres emitidos na 1.ªCC referir que “será estabelecida uma reserva de solo (...) e representada na Planta da Programação da Execução”, tal não se verifica. Com efeito, não se encontra essa área (de aproximadamente 73ha), quer na Tabela 8 “Reserva de solo” do Programa de Execução, quer na Planta – questão a clarificar/sanar. A referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que carece de ser complementado/clarificado, nomeadamente quanto ao enquadramento na UOPG 07 “Parque”.</i>	A área em causa, qualificada como EVUC, não constitui uma reserva de solo. Ver Notas e Comentários de PEPF.01.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.59	29	<i>i.2) «Para a sede de Concelho existe um Plano de Urbanização em vigor, que a CM pretende revogar com a presente Revisão do PDM, não sendo, contudo, apresentado qualquer enquadramento/explicação de que o mesmo se encontre traduzido na proposta de PDM.»</i> <i>– Verifica-se que no Relatório do Plano foi introduzido o ponto 4.4.6. “Plano de Urbanização da Grande Covilhã (PUGC)”, com menção à metodologia e à preocupação de “compatibilizar o modelo territorial do PDMC com o estabelecido pelo PUGC, assegurando coerência entre os objetivos programáticos de ambos os instrumentos”. (...)</i> <i>Neste sentido, nada a obstar à revogação do PUGC, verificando-se, nomeadamente, a existência de 7 UOPG propostas na sede de Concelho (UOPG1 a UOPG7), as quais pretendem sustentar e assegurar a programação e ordenamento daquelas áreas, nos diversos usos – como sejam os habitacionais, industriais, de equipamentos e verdes –, complementadas por áreas “AUC” também previstas no Programa de Execução. Contudo, a delimitação do perímetro urbano deve ser reformulada em função dos pareceres emitidos (ou a emitir) sobre as propostas de exclusão da RAN e da REN.</i> <i>ii) RAN - conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>iii) REN - C21, C23 a C37, C43 (AIV) – atender ao parecer sobre exclusão de áreas.</i>	RAN e REN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação dos pareceres emitidos sobre as propostas de exclusão da RAN e da REN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida nos respetivos quadros de ponderação aos pareceres.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.60	29	<i>iv) Deverá a CM ponderar a reformulação da UOPG05_Grila, nomeadamente na sua delimitação e/ou classe de solo</i>	Reformular a delimitação/classificação e qualificação do solo da UOPG 5 – Grande Covilhã, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.61	29	iv) Muito embora as UOPG01_Carpinteira e UOPG02_Poldras sejam a executar por PP e se encontrem devidamente traduzidas em Regulamento, carece de melhor fundamentação a proposta de qualificação como “Espaços Habitacionais” na área que se encontra na mancha de pedido de exclusão Ue05 da RAN , que no PUGC se encontrava delimitada como «Área de Intervenção do Programa Polis “1- PU do Vale da Ribeira da Carpinteira”». Neste contexto, a aceitação da exclusão desta mancha Ue05 da RAN , fica dependente da fundamentação da adequada categoria de solo, com ponderação de integração em “Espaços verdes”. Consequentemente, fica dependente a aceitação do limite do Perímetro Urbano, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN, o que implica nova análise e ponderação destas UOPG na sua delimitação e/ou classe de solo.	Manter qualificação como Espaços Habitacionais – Espaços Habitacionais Tipo II. RAN – Emitido parecer Favorável à exclusão em causa. Revista a qualificação do solo para “Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento”.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.62	30	Nota 1: constata-se que diversas manchas de solicitação de exclusão da RAN que se encontram identificadas na Tabela (de atributos das shapefiles) como sendo do Perímetro Urbano da Covilhã (PU_33), deveriam estar identificadas no Perímetro Urbano de Boidobra (PU_03), face aos limites do solo urbano presentes na Planta de Ordenamento. Pelo que a CM terá que ter em atenção que as apreciações/pareceres aos dois Perímetros Urbanos se complementam.	Rever e corrigir, na Tabela de atributos da shapefile relativa à proposta de exclusões da RAN, a identificação da localização das mesmas, em função do PU em que estão inseridas.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.63	30	03_Boidobra i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada, foram genericamente tratadas/sanadas – no seguinte: i.3) «Verifica-se a programação de algumas áreas (traduzidas no Programa de Execução), nada mais havendo a observar para além da existência de pequenas áreas em REN bruta e que relativamente aos “Espaços Verdes de Utilização Coletiva”, ver o referido na apreciação do perímetro urbano da Covilhã, quanto à aplicação do artigo 154.º “Reserva de solo” do RJIGT.» – Verifica-se que o Relatório enquadra/explica a proposta e no Programa de Execução foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” que integra nomeadamente na Tabela 8, estas, como “Áreas sujeitas a reserva de solo e regime de uso do solo supletivo”. Contudo, não é explícito se as áreas em apreço estejam de facto integradas, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que <u>carece de ser complementado/clarificado</u> .	Ver Notas e Comentários de PEPF.01.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.64	30 e 31	ii) RAN - Conformar com o parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN. iii) REN – Exclusão C45 ZAC, aceite, a acautelar/salvaguardar na PO-S-Riscos, como “Zonas Inundáveis” iv) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN, atendendo às manchas com parecer desfavorável, de onde se destaca a Ev02 (de maior dimensão) destinada a EVUC, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN. Neste contexto, deverá ser ponderada a UOPG07_Parque, nomeadamente na sua delimitação e/ou classe de solo, face ao parecer desfavorável sobre algumas das solicitações de área de exclusão da RAN.	RAN e REN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação dos pareceres emitidos sobre as propostas de exclusão da RAN e da REN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida nos respetivos quadros de ponderação aos pareceres. Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis. Rever fundamentação da UOPG07_Parque, acautelando menção às classes de solo abrangidas. Rever n.º 2 do artigo 127.º e Anexo III do Regulamento do PDM, passando para uma única lista de UOPG.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.65	31	Nota 2: ver Nota 1 na apreciação/parecer sobre o Perímetro Urbano da Covilhã.	Ver Notas e Comentários de ORD.CQS.62.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.66	31	25_Tortosendo i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada, foram genericamente tratadas/sanadas – no seguinte: i.2) «Relativamente ao “Espaço de Atividades Económicas” (EAE), verifica-se que o mesmo é maioritariamente abrangido por Plano de Pormenor em vigor, o PPZIT, e muito embora a área oeste da estrada principal se encontre desocupada, a infraestruturação está prevista no Programa de Execução (PE). Nada a obstar à proposta de aumento de área a sudoeste da abrangida pelo PPZIT, a qual tem enquadramento no previsto no n.º 7 do artigo 72.º do RJIGT e com programação prevista no PE. Para esta área, há, contudo, que ponderar a devida articulação com o PP existente.» – Verifica-se que no Relatório é acrescentado ponto 4.4.9 (pág.198) inerente ao PPZIT, com breve descrição do mesmo e comparação com a proposta de PDM, vincando/salvaguardando que “na área de intervenção do PPZIT-3F prevalecem as disposições daquele Plano, sobre as do PDMC”, não obstante não serem apresentados imagens e quadros (qualificação do solo, usos e parâmetros urbanísticos) comparativos entre os dois planos, o que no nosso entender seria mais elucidativo.	Sem prejuízo do desenho mais próximo do território, efetuado no âmbito do PP ZIT, foi assegurado a compatibilização da qualificação do solo no procedimento de revisão do PDM em curso. Alterar redação do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento do PDM, salvaguardando a prevalência dos IGT de ordem inferior. Artigo 4.º, 2 – Enquanto não forem suspensos ou revogados, os seguintes instrumentos de gestão territorial prevalecem sobre as disposições do PDM: a) Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul (PPPS-ZS); b) Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso (PP ZIC); c) Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3.ª fase (PP ZIT).	Recomendação parcialmente acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.67	31	<p>i.3) «Verifica-se a programação de diversas áreas (traduzidas no Programa de Execução), nada mais havendo a observar para além da existência de diversas áreas em REN bruta e que relativamente aos “Espaços Verdes de Utilização Coletiva”, ver o referido na apreciação do perímetro urbano da Covilhã, quanto à aplicação do artigo 154.º “Reserva de solo” do RJIGT.»</p> <p>– Verifica-se que o Relatório enquadra/explica a proposta e no Programa de Execução foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” que integra nomeadamente na Tabela 8, estas, como “Áreas sujeitas a reserva de solo e regime de uso do solo supletivo”. Contudo, não é explícito se as áreas em apreço estão de facto integradas, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que carece de ser complementado/clarificado.</p>	Ver Notas e Comentários de PEPF.01.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.68	31	<p>ii) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</p> <p>iv) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN, atendendo às manchas com parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</p>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao quadro de ponderação da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.69	31 e 32	<p>29_ Vila do Carvalho</p> <p>ii) REN – conformar com parecer sobre a exclusão C10.</p>	RREN – Emitido parecer Favorável Condicionado. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.70	32	<p>32_ Canhoso</p> <p>i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada, foram genericamente tratadas/sanadas – no seguinte:</p> <p>«É proposto um aumento de área da ordem dos 20%, que nos suscita resultar predominantemente da integração de áreas de “Espaços Verdes de Enquadramento” e “Espaços Verdes de Utilização Coletiva”, o que deveria ser explanado/clarificado na Ficha de fundamentação, acrescentando/evidenciando, ainda, o facto de se tratar de um dos 5 lugares de nível II na hierarquia urbana do Concelho.</p> <p>– Verifica-se que foi brevemente reformulado o perímetro urbano, com redução de área. Não obstante a Ficha de Fundamentação não ter sido melhorada/complementada, o Relatório de Ponderação dos Pareceres enquadra/explica a proposta – o que deverá ser transposto para a Ficha/Relatório do Plano, para que a proposta seja entendida com clareza.</p>	Transpor para o Relatório do Plano a fundamentação da proposta de Solo Urbano que consta do Relatório de Ponderação da Consulta Institucional.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.71	32	<p>«Verifica-se a programação de algumas áreas (traduzidas no Programa de Execução), nada mais havendo a observar para além da existência de diversas áreas em REN bruta e que relativamente aos “Espaços Verdes de Utilização Coletiva”, ver o referido na apreciação do perímetro urbano da Covilhã, quanto à aplicação do artigo 154.º “Reserva de solo” do RJIGT.»</p> <p>– Verifica-se que no Programa de Execução foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” que integra nomeadamente na Tabela 8, estas, como “Áreas sujeitas a reserva de solo e regime de uso do solo supletivo”. Contudo, não é explícito se as áreas em apreço estão de facto integradas, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que carece de ser complementado/clarificado.</p>	Ver Notas e Comentários de PEPF.01.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.72	32	<p>ii) A observar, ainda:</p> <p>- Existem áreas de ZAC (da REN), cujos usos e ocupações devem ser devidamente acautelados como Zonas Inundáveis (no Regulamento).</p>	O regime de edificabilidade em Zonas Inundáveis encontra-se salvaguardado no artigo 43.º do Regulamento.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.73	32 e 33	<p>38_ Teixoso</p> <p>i) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</p> <p>ii) REN - ZAC C8 C9, condicionado a constar na Planta de Ordenamento como “Zona Inundável”.</p> <p>iii) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN, atendendo às breves manchas com parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</p>	<p>RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação dos pareceres emitidos sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.</p> <p>REN – Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.74	33	<p>09_Fraga do Rodeio (Penhas da Saúde)</p> <p>i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada:</p> <p>«A totalidade da área é proposta com área a programar no Programa de Execução. <u>Não se entende, contudo</u>, o propósito de classificar esta pequena área como solo urbano, uma vez que, embora localizada na proximidade das Penhas da Saúde, trata-se de um pequeno aglomerado sem dimensão e funções urbanas, que não aparenta “inserção no modelo de organização do sistema urbano” nem características correspondentes a “aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação”, ou seja, o cumprimento dos critérios das alíneas a) e b) do n.º3 do Art.º7.º do DR 15/2015, pelo que carece de ponderação e melhor fundamentação. Encontra-se, ainda, totalmente em REN bruta.»</p> <p>– <u>Foram genericamente tratadas/sanadas</u> – no seguinte: Verifica-se que foi reformulada a proposta de perímetro urbano, com redução de área, apenas pela envolvente do edificado existente, de forma a minimizar eventuais impactos na área do POPNSE. No Relatório de Ponderação dos Pareceres é explanada a justificação da proposta de solo urbano no facto de se tratar de edificações anteriores ao POPNSE e ao PDM, o que deverá ser transposto para a Ficha/Relatório do Plano, para que a proposta seja entendida com clareza.</p>	<p>Transpor para o Relatório do Plano a fundamentação da proposta de Solo Urbano que consta do Relatório de Ponderação da Consulta Institucional.</p>	Recomendação acolhida
ORD.CQS.75	33	<p>ii) Em termos de REN, condicionado à compatibilização com o POPNSE.</p> <p>iii) Totalmente em área do PNSE – <u>a validar pelo ICNF</u>, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</p>	<p>REN – A sobreposição com a REN com o PU foi salvaguardada em fase de aferição das AUC.</p> <p>PNSE – Ver Notas e Comentários ORD.CQS.56.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.76	33	<p>10_ Penhas da Saúde</p> <p>iii) Em termos de REN, condicionado à compatibilização com o POPNSE.</p> <p>iv) Totalmente em área do PNSE – <u>a validar pelo ICNF</u>, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</p>	<p>Ver Notas e comentários de ORD.CQS.56.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.77	34	<p>04_ Quinta Branca</p> <p>ii) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</p> <p>iii) REN: C44 devendo constar na Planta de Ordenamento como “Zona Inundável”.</p> <p>iv) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN, atendendo às breves manchas com parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</p>	<p>RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação.</p> <p>REN – Rever a delimitação do perímetro urbano, atendendo às zonas inundáveis e à ZAC, de forma a minimizar o risco.</p> <p>Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.</p>	Recomendação acolhida
ORD.CQS.78	34	<p>17_Castanheira de Cima</p> <p>ii) RAN/AH – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</p> <p>iii) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre a área de exclusão da RAN/AH, atendendo ao parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</p>	<p>RAN/AH – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.</p>	Recomendação acolhida
ORD.CQS.79	34 e 35	<p>41_Unhais da Serra</p> <p>i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada:</p> <p>«Verifica-se a existência de áreas programadas (traduzidas no Programa de Execução), nada havendo a observar par além da questão de existência de diversas áreas em REN bruta. No que se refere ao “Espaço Verdes de Utilização Coletiva”, ver o referido na apreciação do perímetro urbano da Covilhã, quanto à aplicação do artigo 154.º “Reserva de solo” do RJGT.»</p> <p>– <u>Foram genericamente tratadas/sanadas</u>, no seguinte:</p> <p>Verifica-se que no Programa de Execução foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” que integra nomeadamente na Tabela 8, estas, como “Áreas sujeitas a reserva de solo e regime de uso do solo supletivo”. <u>Contudo</u>, não é explícito se as áreas em apreço estão de facto integradas, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que carece de ser complementado/clarificado.</p>	<p>Ver Notas e Comentários de PEPF.01.</p>	Recomendação acolhida
ORD.CQS.80	35	<p>iii) Parcialmente em área do PNSE (na envolvente oeste-norte-este), verificando-se, contudo, a reformulação do perímetro, nomeadamente em duas áreas a sul – <u>a validar pelo ICNF</u>, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</p> <p>iv) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</p> <p>v) REN – área de REN (AIV), a norte, fica integrada no perímetro urbano, uma vez que não foi solicitada exclusão. Tem ZAC ao longo da linha de água q atravessa o lugar norte/sul, a acautelar/salvaguardar.</p>	<p>PNSE – Ver Notas e comentários de ORD.CQS.56, em matéria do PNSE</p> <p>RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN.</p> <p>REN – Propor exclusão de AIV, a norte.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.81	35	27_ Coutada <i>ii) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.82	35	16_Paul <i>i) As questões elencadas na 1.ª reunião plenária como carecendo de clarificação/fundamentação mais sustentada: «Verifica-se a existência de áreas programadas (traduzidas no Programa de Execução), nada havendo a observar, para além da questão da existência de algumas áreas em REN bruta, nomeadamente de CALM, com os quais a proposta de ordenamento deve ser compatibilizada. No que se refere ao “Espaço Verdes de Utilização Coletiva”, ver o referido na apreciação do perímetro urbano da Covilhã, quanto à aplicação do artigo 154.º “Reserva de solo” do RJGT.» – Foram genericamente tratadas/sanadas, no seguinte: Verifica-se que no Programa de Execução foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” que integra nomeadamente na Tabela 8, estas, como “Áreas sujeitas a reserva de solo e regime de uso do solo supletivo”. Contudo, não é explícito se as áreas em apreço estão de facto integradas, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que carece de ser complementado/clarificado.</i>	Ver Notas e Comentários de PEPF.01.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.83	36	<i>ii) RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. iii) REN – C59 a C62, em ZAC - acautelar/salvaguardar na PO-S-Riscos. iii) O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN, atendendo às manchas com parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN – Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.84	36	42_Verdelhos <i>RAN - conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. Área de ZAC, a acautelar/salvaguardar na PO-S-Riscos. POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE. O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN/AH, atendendo às manchas com parecer desfavorável, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN – Rever a delimitação dos perímetros urbanos, atendendo às zonas inundáveis e à ZAC, de forma a minimizar o risco. PNSE – Ver Notas e comentários de ORD.CQS.56, em matéria do PNSE.	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.85	36	37_Sarzedo <i>RAN - conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN. REN e PNSE – Consultado o parecer do ICNF, informa-se que a entidade não se pronunciou sobre a proposta de delimitação deste perímetro.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.86	36	08_Fraga da Estrecada (Penhas da Saúde) <i>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</i>	REN e PNSE – Ver Notas e comentários de ORD.CQS.56, em matéria do PNSE	Recomendação parcialmente acolhida
ORD.CQS.87	36	05_Bouça <i>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE. POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</i>	REN e PNSE – Consultado o parecer do ICNF, informa-se que a entidade se pronunciou sobre a proposta de delimitação dos perímetros urbanos constantes na Planta de Ordenamento (2.1). As observações apresentadas foram devidamente acolhidas, conforme se encontra refletido no comentário ORD.03 do quadro de ponderação ao parecer do ICNF, tendo-se procedido à alteração do Regime Florestal em conformidade.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.88	36	28_Cantar-Galo <i>REN – C16 a C18 – atender ao parecer sobre exclusão áreas.</i>	REN – Emitidos pareceres Favoráveis Condicionados. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.89	36 e 37	36_Borracheira <i>RAN - conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.90	37	21_Sobral de São Miguel <i>RAN/AH – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. REN – C54 a C58 – atender ao parecer sobre exclusão áreas. ZAC – acautelar/salvaguardar na PO-S-Riscos. O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN/AH (todos de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN – Emitidos pareceres Favoráveis condicionados. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN. Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
OORD.CQS.91	37	12_ Erada <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN/AH, na macha com parecer desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.92	37	06_ Cortes de Baixo <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE.</i> <i>POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser conformado com o parecer sobre a RAN, uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.REN e PNSE – Consultado o parecer do ICNF, informa-se que a entidade não se pronunciou sobre a proposta de delimitação deste perímetro.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.93	37	07_ Cortes do Meio <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>REN – áreas de REN, a conformar com o POPNSE.</i> <i>POPNSE – Totalmente em área do PNSE – a validar pelo ICNE, nomeadamente quanto à conformação com o POPNSE.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (na mancha de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN e PNSE – Ver Notas e comentários de ORD.CQS.87..	Recomendação acolhida
ORD.CQS.94	37	34_ Peso <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN no interior do PU.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.95	37	35_ Vales do Rio <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.96	37	11_ Dominguiço <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.97	37	14_ Quinta da Raposa <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável à proposta de inclusão na RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.98	38	23_ Espertim _ Belo Zêzere <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.99	38	24_ São Miguel <i>REN – C47 e C48, E6 e E7 – atender ao parecer sobre exclusão áreas.</i> <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	REN – – Emitidos pareceres Favoráveis. RAN – Emitido parecer Favorável às propostas de exclusão da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.100	38	13_ Ferro <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (nas manchas de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.101	38	18_ Peraboa <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (na mancha de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre a proposta de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.102	38	20_ São Jorge da Beira <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i> <i>REN – C 71 a C79 – atender ao parecer sobre exclusão áreas.</i> <i>Verificam-se áreas em REN com edificações, para as quais não foi solicitada exclusão, pelo que deverá a CM ponderar a sua proposta/fundamentação.</i> <i>O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (nas manchas de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN – Emitidos pareceres Favoráveis condicionados. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no quadro de ponderação ao parecer da REN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.103	38	19_ Minas da Panasqueira <i>REN – Verifica-se uma área em REN, para a qual não foi solicitada exclusão, pelo que deverá a CM ponderar a sua proposta/fundamentação.</i>	REN – Face à existência de vertente, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a proposta de exclusão desta mancha REN.	Recomendação não acolhida
ORD.CQS.104	38	02_ Barroca Grande <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão.</i>	RAN – Não existe RAN nas proximidades do PU, pelo que não foram propostas áreas de exclusão.	N.A.

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.CQS.105	38 e 39	30_ Casegas <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (na mancha de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN.	Recomendação acolhida
ORD.CQS.106	39	26_ Barco <i>RAN – conformar com o parecer emitido sobre as propostas de áreas de exclusão. REN – ZAC C70 (a SE) deverá ficar acautelada/salvaguardada na respetiva PO. O Perímetro Urbano deverá ser reformulado em atenção ao parecer emitido sobre as áreas de exclusão da RAN (nas manchas de teor desfavorável), uma vez que pelo RJRAN não há perímetros urbanos em RAN.</i>	RAN – Reformular a delimitação do PU, em conformidade com a ponderação do parecer emitido sobre as propostas de exclusão da RAN. A ponderação das observações apresentadas encontra-se refletida no respetivo quadro de ponderação ao parecer da RAN. REN – Identificar, na PO-S-Riscos, as áreas excluídas das ZAC como Zonas Inundáveis.	Recomendação acolhida
2.2 ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL				
ORD.EEM.01	39	<i>Sem prejuízo da pronúncia das diversas Entidades em razão das matérias, apenas a alertar que esta planta deverá ser reformulada em função das alterações que se vierem a introduzir no Plano, em particular as decorrentes da versão final da delimitação da REN e eventuais exclusões desta servidão bem como da RAN.</i>	Reformular a Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal (2.2), em conformidade com as alterações decorrentes da ponderação dos pareceres emitidos pelas Entidades na 2.ª Reunião Plenária.	Recomendação acolhida
2.3 ESPAÇOS – CANAL, MOBILIDADE E TRANSPORTES				
ORD.ECMT.01	40	<i>Verifica-se que a Legenda foi completada com a Toponímia da rede viária e ferroviária – em atenção à observação efetuada no parecer anterior –, não se encontrando, contudo, essa informação na Planta. Sobre esta matéria cabe a pronúncia a Entidades representadas na Comissão Consultiva: a Infraestruturas de Portugal e o IMT.</i>	Após consulta aos pareceres da Infraestruturas de Portugal (IP) e do IMT, verifica-se que a IP se pronunciou sobre esta matéria, recomendando a inclusão da nomenclatura e da classificação dos traçados viários, de forma a facilitar a leitura e a interpretação da planta. Em conformidade com o parecer da CCDRC, essa observação foi acolhida, conforme indicado no comentário ORD.05 do quadro de ponderação ao parecer da IP.	Recomendação acolhida
2.4 ÁREAS DE SALVAGUARDA – RISCOS				
ORD.AS-R.01	40	<i>As “Captações de Águas Públicas” – que o Relatório da proposta identifica em número de 193. (cf. ponto 10.1 “Riscos”, pág.372) –, bem como as “Zonas de Proteção imediata”, são a validar pela APA, entidade integrada na Comissão Consultiva.</i>	Após consulta ao parecer da APA, constata-se que não foram apresentadas observações quanto a esta matéria, pelo que esta permanece inalterada na planta de ordenamento (2.4).	Recomendação acolhida
ORD.AS-R.02	40	<i>Sem prejuízo da pronúncia das Entidades em razão das matérias, nomeadamente a APA, observa-se o seguinte: - As “Zonas Inundáveis” deverão conformar-se com os pareceres emitidos sobre os perímetros urbanos;</i>	Reformular a delimitação das Zonas Inundáveis, correspondentes às áreas excluídas das ZAC (REN), em conformidade com as alterações efetuadas na proposta de Perímetros Urbanos.	Recomendação acolhida
ORD.AS-R.03	40	<i>- Na Planta, falta a representação gráfica da Albufeira da Cova do Viriato.</i>	Incluir a representação gráfica da Albufeira da Cova do Viriato.	Recomendação acolhida
2.5 ÁREAS DE SALVAGUARDA – ZONA TERRESTE DE PROTEÇÃO DA ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO E PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA				
ORD.AS-ACVPNSE.01	42	<u>Conclui-se, assim, que na proposta de PDM existem situações em que os limites de Perímetros urbanos e Aglomerados Rurais não estão conformes com os do POPNSE.</u> <i>Contudo, tratando-se a presente proposta de uma revisão de PDM, entendemos oportuno realçar, do Regulamento do POPNSE, o n.º 4 do artigo 25.º “Regime aplicável” às “Áreas não abrangidas por regimes de proteção”:</i> «4 — A ampliação dos perímetros urbanos existentes à data de entrada em vigor do POPNSE ou a criação de áreas industriais que incida sobre áreas sujeitas a regime de proteção está sujeita a parecer do ICNB, I.P., não podendo resultar em diminuição das áreas de proteção parcial.» <i>Assim, no contexto dado pelo referido n.º 4 do artigo 25.º do POPNSE, entendemos que as propostas de Perímetros Urbanos e Aglomerados Rurais que se localizem em solos da tipologia de “Áreas de Proteção Complementar” e que, por conseguinte, não afetam nem reduzem as “Áreas de Proteção Parcial” do POPNSE, se enquadram naquele normativo do POPNSE, sujeita a parecer do ICNF (ICNB, à data) a emitir sobre a presente proposta do PDM.</i> <i>Não obstante o exposto, cabe, contudo, a apreciação e pronúncia à entidade competente responsável pela elaboração do POPNSE e do PEPNSE, o ICNF – integrado na Comissão Consultiva da revisão do PDM.</i>	O Município assume a incompatibilidade com os regimes de proteção do POPNSE, nomeadamente no que se refere à delimitação de novas ANARP (perímetros urbanos ou aglomerados rurais) em áreas abrangidas por regime de proteção parcial do tipo III. Estas situações de desconformidade são identificadas e fundamentadas no Relatório do Plano, pressupondo-se, desde logo, a necessidade de o Município recorrer a um procedimento de ratificação do PDM, a tramitar nos termos do disposto no artigo 51.º da LBPPSOTU e do n.º 2 do artigo 90.º e do artigo 91.º do RJIGT. Esta matéria encontra-se igualmente justificada no quadro de ponderação ao parecer do ICNF.	N.A.
2.6 ÁREAS DE SALVAGUARDA – PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL				
ORD.AS-PAT.01	42	<u>Cabe às respetivas Entidades das tutelas pronunciar-se sobre as mesmas, nomeadamente o Património Cultural, IP, representado na Comissão Consultiva.</u>	Consultado o parecer do PC, informa-se que esta entidade se pronunciou sobre a PO-AS-PAAN. As observações apresentadas foram acolhidas, conforme indicado nos comentários ORD.AS-PAT.01 a ORD.AS-PAT.04 constantes do quadro de ponderação ao parecer do PC, tendo a planta de ordenamento (2.6) sido corrigida em conformidade com as orientações prestadas.	Recomendação acolhida
2.7 ZONAMENTO ACÚSTICO				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ORD.ZA.01	43	No n.º3 do artigo 41.º “Zonamento acústico” do Regulamento, encontra-se um lapso, por estar em falta a identificação das AED como integradas em “Zona mista”, para que se conforme com o Relatório e com a presente Planta de Ordenamento.	Ver Notas e Comentários de REG.07.	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
3.1. RECURSOS HÍDRICOS E GEOLÓGICOS				
COND.RHG.01	44	A Planta deverá ser validada pelas Entidades das tutelas, representadas na CC, nomeadamente APA e DGEG.	Sobre esta planta, a APA apresentou recomendações que foram acolhidas, conforme indicado nos comentários COND.02 e COND.03 do quadro de ponderação ao parecer da APA, tendo a planta de condicionantes (3.1) sido corrigida em conformidade com as orientações prestadas. Consultado o parecer da DGEG, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativas à carta de condicionantes.	Recomendação acolhida
3.2 RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS				
COND.RAF.01	44	Relatório No Relatório, efetua-se a seguinte observação: na pág.243 é presente informação relativa a “Perigosidade de incêndio rural alta e muito alta”, o que nos parece dever transitar para o ponto inerente à “Planta de Condicionantes – Gestão de Risco de Incêndio Rural”	A informação relativa à Perigosidade de Incêndio Rural Alta e Muito Alta está integrada no subcapítulo das SRUP referente aos Recursos Florestais, por se entender que as medidas e políticas de defesa da floresta contra incêndios devem ser enquadradas numa perspetiva integrada da gestão do território, especialmente no que respeita aos recursos florestais. No final do subcapítulo referido pela CCDRC, é referida a representação cartográfica das áreas de perigosidade na Planta de Condicionantes – Gestão de Risco de Incêndio Rural (3.7), indo ao encontro do referido pela entidade.	Recomendação acolhida
COND.RAF.02	44	Relativamente aos <u>Recursos Agrícolas</u> transmite-se o seguinte: - A presente Planta deve ser reformulada em conformidade com os pareceres emitidos sobre a proposta de áreas de exclusão e de áreas de inclusão da RAN – conforme apreciação da proposta de RAN no ponto 1.5.	Reformular a Planta de Condicionantes – Recursos Agrícolas e Florestais (3.2), em conformidade com o resultado da ponderação dos pareceres emitidos sobre as áreas de exclusão e de inclusão da RAN.	Recomendação acolhida
COND.RAF.03	44	Relativamente aos Recursos Florestais, cabe a pronúncia ao ICNF, representado na CC.	Consultado o parecer do ICNF, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativas à carta de condicionantes (3.2), pelo que esta matéria permanece inalterada.	Recomendação acolhida
3.3 RECURSOS ECOLÓGICOS				
COND.RE.01	44	Verifica-se que a <u>REN</u> é representada nesta carta como mancha única, sem distinção das tipologias que a constituem (o que é apresentado na Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional). Sobre esta opção da CM, reitera-se a observação já efetuada na 1.ª reunião plenária, de que não se encontra mais valia na duplicação de informação em duas plantas de condicionantes, para além do aumento de constrangimentos de obrigatoriedade de alteração desta carta sempre que se verificar alteração da Carta da REN e da PO-REN (N.º 3.4). Fica, contudo, para ponderação pela CM.	Retirar a representação da REN como mancha única da Planta de Condicionantes – Recursos Ecológicos, procedendo à eliminação dessa referência no Relatório do Plano (página 252), garantindo a coerência entre os diversos elementos do Plano.	Recomendação acolhida
3.4 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL				
COND.REN.01	45	Esta Planta deverá ser conformada com o que resultar da emissão de pareceres sobre a proposta de delimitação e das áreas de exclusão da REN, por esta CCDRC (ponto III) e pela APA . Lembramos que deve conter a delimitação das áreas de REN, por tipologias, expurgada das áreas de exclusão que tenham merecido parecer favorável.	Reformular a Planta, em conformidade com o resultado da ponderação dos pareceres emitidos sobre as áreas de exclusão da REN.	Recomendação acolhida
COND.REN.02	45	Na <u>legenda</u> , quanto aos grupos e tipologias de REN, deverá ser utilizada a mesma estrutura de informação, terminologia e <u>representação gráfica</u> que na Carta da delimitação da REN – por questões de ordem prática de leitura e interpretação, a qual deverá ser imediata, clara e intuitiva.	Alterar a legenda da Planta, utilizando a mesma estrutura de informação e simbologia da Carta da Delimitação da Reserva Ecológica Nacional, em conformidade com a sugestão da Entidade.	Recomendação acolhida
3.5. PLANTA DE CONDICIONANTES – PATRIMÓNIO CULTURAL				
COND.PC.01	45	Compete ao Património Cultural, I.P., entidade que tutela esta matéria e que integra a CC, pronunciar-se sobre esta planta.	Sobre esta planta, o PC apresentou recomendações que foram acolhidas, conforme indicado nos comentários COND.PAT.01 e COND.PAT.02 do quadro de ponderação ao parecer do PC, tendo a planta de condicionantes (3.5) sido corrigida em conformidade com as orientações prestadas.	Recomendação acolhida
3.6 EQUIPAMENTOS, INFRAESTRUTURAS E ATIVIDADES PERIGOSAS				

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
COND.EIAP.01	46	<i>Compete às entidades de tutela – nomeadamente a APA, DGEG, Infraestruturas de Portugal, I.P., Beiragás, REN, DGT –, e que integram a CC, a pronuncia sobre as mesmas.</i>	Consultados os pareceres das entidades referidas pela CCDRC, verifica-se o seguinte: - A APA e a DGEG não apresentaram qualquer observação à PC-EIAP; - A IP e a DGT apresentaram observações sobre a PC-EIAP. Todas as observações foram acolhidas, conforme indicado nos comentários COND.01 a COND.05 do quadro de ponderação ao parecer da IP e no comentário COND.01 do quadro de ponderação ao parecer da DGT; - Beiragás e REN não se fizeram representar na 2.ª reunião plenária da CC nem remeteram o respetivo parecer/contributos, pelo que, nos termos do n.º 3 do artigo 84.º do RJIGT, considera-se que nada têm a opor à proposta. Assim, a planta de condicionantes (3.6) foi corrigida em conformidade com as orientações prestadas.	Recomendação acolhida
COND.EIAP.02	46	<i>- Na Planta de Condicionantes apenas devem constar as condicionantes efetivamente já constituídas, pelo que deverá a Câmara Municipal aferir estas questões com as entidades respetivas. Nomeadamente o traçado e a área non aedificandi da proposta de IC6, terá que ser validado com as Infraestruturas de Portugal, IP.</i>	Tendo sido declarada a caducidade da zona de servidão <i>non aedificandi</i> do IC6 – Tábua/Oliveira do Hospital (IC7) / Covilhã (A23/IP2), que se verificou a 28 de abril de 2025, pela Declaração n.º 84/2025/2, de 2 de maio (DR n.º 84/2025, Série II de 2025-05-02), remover dos elementos constituintes da proposta de Plano qualquer referência a esta servidão.	Recomendação acolhida
COND.EIAP.03	46	<i>- Relativamente à rede de abastecimento de águas, nomeadamente quanto às captações, que no caso de não terem servidão constituída, se a CM assim o entender podem constar da Planta de Ordenamento com a respetiva tradução/salvaguarda em Regulamento.</i>	Representar, na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Riscos, as captações de água existentes no concelho da Covilhã, bem como as respetivas zonas de proteção imediata, todas elas sem SRUP legalmente constituída.	Recomendação acolhida
3.7. GESTÃO DE RISCOS DE INCÊNDIO RURAL				
COND.GRIR.01	46	<i>Cabe a pronúncia ao ICNF, entidade da tutela e representada na CC.</i>	Consultado o parecer do ICNF, verifica-se que esta entidade não apresentou observações relativas à carta de condicionantes (3.7), pelo que a mesma permanece inalterada.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO				
REL.01	19	Aglomerados rurais <i>Procedendo à apreciação de cada AR proposto, tece-se uma crítica inicial generalizada a todas as Fichas de Fundamentação, nas quais estão em falta as sobreposições e/ou propostas de áreas de exclusão à REN e/ou RAN, apesar de ter sido elencado no parecer emitido na 1.ªCC a necessidade de acautelar e minimizar os impactos nestas duas restrições de utilidade pública. Neste contexto, quer a ilustração/imagem, quer a fundamentação destas situações, deveria apresentar-se mais reforçada/sustentada.</i>	Incluir, nas Fichas de Fundamentação dos AR, as sobreposições e/ou propostas de áreas de exclusão à RAN e/ou REN (cartograma e fundamentação).	Recomendação acolhida
REL.02	22	Áreas de edificação dispersa <i>Procedendo à apreciação de cada AED proposta, tece-se, tal como para os AR, a mesma crítica inicial generalizada a todas as Fichas de Fundamentação, nas quais estão em falta as sobreposições e/ou propostas de áreas de exclusão à REN e/ou RAN, muito embora se tenha elencado no parecer emitido na 1.ªCC a necessidade de acautelar e minimizar os impactos nestas duas restrições de utilidade pública. Neste contexto, quer a ilustração/imagem, quer a fundamentação destas situações, deveria apresentar-se mais reforçada/sustentada.</i>	Incluir, nas Fichas de Fundamentação das AED, as sobreposições e/ou propostas de áreas de exclusão à RAN e/ou REN (cartograma e fundamentação).	Recomendação acolhida
REL.03	48	I.4.2. Indicadores de monitorização do plano <i>Observada a metodologia de abordagem e analisadas as listas de Indicadores, e, não obstante se reconhecer como um trabalho bem estruturado e Indicadores representativos das matérias a tratar num PDM, com “Indicadores de Contexto” e “Indicadores de Desempenho” diversificados e uma boa base para a aplicação dos “Indicadores de Execução”, <u>questionamos, contudo, o seguinte</u>, no sentido de complementar o capítulo da Monitorização do Plano:</i> <i>- Deverá constar deste capítulo uma Tabela com as matérias das propostas de Plano, inerentes ao Programa de Execução, ou seja, de acordo com a metodologia apresentada pela CM, serão os “Indicadores de Execução”, os quais se deverão apresentar devidamente estruturados (com métrica, valor de referência, metas e fontes de informação).</i>	Incluir, no subcapítulo relativo aos Indicadores de Execução, uma tabela que identifique as ações propostas, com referência ao Programa de Execução, e que especifique, à semelhança do estabelecido para os Indicadores de Contexto e de Desempenho, o respetivo domínio, unidade de referência e entidade fornecedora/fonte de informação.	Recomendação acolhida
REL.04	48	<i>- De modo a permitir que o REOT traduza o balanço da execução do Plano – conforme estabelece o n.º4 do Art.º189.º do RJIGT –, nos “Indicadores de Execução”, para além dos oriundos do Programa de Execução, seria importante integrar também Indicadores que monitorizem no computo global, o grau de infraestruturação e o grau de ocupação do solo urbano, por categorias, de onde destacamos os Espaços de Atividades Económicas, os Espaços Verdes e os Espaços de Equipamentos (nos EV e EE de utilização coletiva, também o aspeto inerente à “Reserva de Solo”), bem como a concretização das UOPG propostas.</i>	Incluir, no conjunto dos Indicadores de Execução, indicadores que permitam monitorizar o grau de infraestruturação e de ocupação do solo urbano, por categorias.	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PROGRAMA DE EXECUÇÃO, PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA				
PEPF.01	28	<i>d) Identificam-se diversas propostas de “Espaços Verdes de Utilização Coletiva” bem como de “Espaços de Equipamentos”, em solo urbano, para os quais se chama a atenção de que, tratando-se de espaços de utilização coletiva, deverá ser atendido o Art.º154.º “Reserva de solo” do RJIGT, alertando-se em especial para o n.º 2. Verifica-se que na presente proposta de Plano o Relatório de Ponderação aos pareceres emitidos na 1.ªCC refere que “será estabelecida uma reserva de solo (...) e representada na Planta da Programação da Execução”. Consultado o “Programa de Execução”, verifica-se que com efeito foi acrescentado o ponto 3.2.6. “Reserva de Solo” com breve exposição da questão e a Tabela 8 “Reserva de solo” com identificação de Áreas (de reserva de solo – RS), subcategorias de solo e subcategorias de reversão. <u>Contudo, a questão não se encontra completamente sanada</u>, uma vez que a referida Tabela identifica área/freguesia, desconhecendo-se as áreas parciais, ou seja, por lugar, o que <u>carece de ser complementado/clarificado</u> – conforme se vai reforçando ao longo da apreciação das propostas por perímetro urbano.</i>	Incluir, na Tabela 8 (página 31), uma referência ao lugar onde se localizam as áreas de reserva de solo identificadas na Planta da Programação da Execução, anexa ao documento.	Recomendação acolhida
PEPF.02	52	<i>O ponto 4.4 apresenta a “Execução do Plano”, verificando-se que se encontra bastante mais desenvolvido que na versão anterior. As Tabelas 14 a 21 apresentam os “Quadros de investimento”, por cada um dos 8 domínios (atrás já mencionados), para as diversas Ações/projetos/propostas do Plano. Cada Tabela explicita, adequadamente, a designação da Ação, a estimativa de investimento (global, valor acometido à CM ou a privados ou outras entidades – estando claramente integrado nestas, o IC6 Green Road, acometido às infraestruturas de Portugal I.P.), o promotor e fontes de financiamento. Constata-se, ainda, que cada Tabela integra colunas inerentes ao “Cronograma de Execução” de cada Ação, dividido em 10 anos. <u>Contudo, e como única observação/crítica a efetuar a esta programação</u>, reiteramos o já referido quanto à falta de identificação das prioridades no cronograma das Ações nos domínios dos IGT, UOPG, AUC e AUNI, constatando-se que para todas a previsão é de execução durante os 10 anos de implementação do PDM, enquanto que nos restantes domínios (infraestruturas viárias, equipamentos, proteção civil e património) são estabelecidos períodos de execução concretos. <u>Clarificar</u>.</i>	Rever o cronograma de execução das Ações nos domínios das AUC, AUNI e UOPG. Manter o cronograma de execução das Ações no domínio dos IGT, por se aplicar apenas ao PP em vigor, com prazo definido.	Recomendação parcialmente acolhida
PEPF.03	52	<i>Clarificar, ainda, as seguintes situações: - A aquisição dos EVUC e EEUC, para efeitos de “Reserva de Solos” encontra-se prevista no Programa de Execução? Muito embora neste Relatório seja mencionada a responsabilidade das Juntas de Freguesia na aquisição destes terrenos, não é claro se estão identificados no PE.</i>	As Juntas de Freguesia têm orçamento próprio, distinto do orçamento do Município.	Recomendação não acolhida
PEPF.04	52	<i>- Na Planta – acrescentar a toponímia dos lugares, para melhor explicitação da localização das situações.</i>	Acrescentar, na Planta da Programação da Execução, a toponímia dos lugares.	Recomendação acolhida
PEPF.05	52	<i>- Na Planta – legendar “RS...”, que nos suscita tratar das parcelas de “Reserva de Solo”.</i>	Acrescentar, na legenda da Planta da Programação da Execução, a referência “RS”, facilitando uma correspondência direta com a Tabela 8 do documento, onde surgem identificadas as áreas sujeitas a reserva de solo.	Recomendação acolhida
PEPF.06	52	<i>Retificar lapsos: na Tabela 16 (pág.48), a AUC18 é referente ao Teixoso e falta a AUC19 referente a Unhais da Serra.</i>	A AUC 17 corresponde a Teixoso e a AUC 18 a Unhais da Serra, não existindo a AUC 19. Presume-se, por conseguinte, que a referência feita pela Entidade decorre de um equívoco com os códigos das AUC constantes da proposta submetida à 1.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva.	Recomendação não acolhida
FICHA DOS DADOS ESTATÍSTICOS				
FDE.01	55 e 56	<i>Apenas temos a observar que deverá ser reformulada em função dos pareceres das entidades, nomeadamente no que se refere a áreas das classes e categorias de solo e áreas de REN e de RAN, até à estabilização da proposta final da CM. Neste contexto, deverá ser preenchido o Quadro 8-C, em falta, da “Área desafetada da Reserva Ecológica Nacional” e da “Área desafetada da Reserva Agrícola Nacional”.</i>	Reformular em conformidade com a proposta de Plano a submeter a Discussão Pública. Preencher o Quadro 8-C com a indicação das áreas desafetadas da RAN e REN.	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da CCDRC
(matéria de AAE)

QUADRO 2

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDRC) – PROPOSTA DE PLANO

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Avaliação Ambiental Estratégica

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RELATÓRIO AMBIENTAL				
RA.01	50	Relatório ambiental No QRE: Retificar a referência ao Plano Regional de Ordenamento do Território Do Centro (PROT-C [Proposta de Plano versão de maio 2011]), substituindo por Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) versão 2025;	Atualiza-se a referência, conforme sugestão, passando a mencionar o Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT Centro) versão 2025.	Recomendação acolhida
RA.02	50	Relatório ambiental No QRE: Retificar no Quadro 2 do RA – O “Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE)” e o “Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato POACV”, são IGT de âmbito nacional, pelo que devem enquadra-se aí, em vez de nos âmbitos “intermunicipal” e “municipal” (em conformidade com a estrutura do Anexo II do RA.	Retifica-se o quadro de acordo com a recomendação.	Recomendação acolhida
RA.03	50	Relatório ambiental O capítulo 9 apresenta as “Diretrizes para o seguimento” e os pontos 9.2 e 9.3 apresentam, respetivamente, por FCD, nos quadros 60 e 61 “Medidas de Planeamento e Gestão” e “Medidas de Controlo _indicadores de seguimento”. Relativamente a este capítulo entendemos que foram acolhidos os contributos ao nível do Indicadores de monitorização, verificando-se que os mesmos estão bem articulados com os objetivos dos FCD, assim como foram associadas situações de partida e metas a atingir. Porém, considera-se, ainda, que: - Os Indicadores de seguimento deveriam integrar, também, a “taxa de execução do solo programado”, “taxa de execução dos espaços de atividades económicas”, “taxa de ocupação dos loteamentos urbanos”, “taxa de ocupação/execução dos Espaços verdes”, bem como a execução das UOPG e das Unidades de Execução.	Os indicadores referidos consideram-se relevantes, optando-se por incluir os seguintes no FCD3, mediante a estrutura do PEPF de modo a facilitar a recolha de informação: <ul style="list-style-type: none">• Taxa de execução das áreas urbanas não infraestruturadas – AUNI (percentagem de área infraestruturada face ao total de área delimitada como AUNI) (%);• Taxa de execução das áreas urbanas a consolidar - AUC (percentagem de área consolidada face ao total de área delimitada como AUC) (%);• Taxa de execução das unidades operativas de planeamento e gestão – UOPG (percentagem de área executada face ao total de área delimitada como UOPG) (%);• Taxa de ocupação dos Espaços de Atividades Económicas – EAE (percentagem de EAE ocupado);• Taxa de ocupação dos loteamentos (percentagem de solo urbano efetivamente ocupado com loteamentos – considera-se como ocupação a receção provisória das obras de urbanização);• Taxa de ocupação dos espaços verdes (percentagem de solo urbano efetivamente ocupado com espaços verdes de utilização coletiva – EVUC);	Recomendação acolhida
RA.04	51	Relatório ambiental - Outro aspeto que também se considera importante, na monitorização, é a do acompanhamento da ocupação em áreas de restrições de utilidade pública (REN, RAN ou outras) em Estrutura Ecológica Municipal, tipo “percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas” e “percentagem de REN com ocupação compatível”.	Relativamente à EE Fundamental, refira-se que as Áreas relevantes para sustentabilidade do ciclo hidrológico já são avaliadas, indiretamente, por dois indicadores relacionados com as massas de água. Relativamente a outras áreas, como as integradas no PNSE ou na ZEC, importa mencionar que existem outros instrumentos, como o futuro Programa Especial e o Plano de Gestão da ZEC, onde pode ocorrer essa monitorização. Na Estrutura Ecológica Complementar, aceita-se a sugestão da entidade, integrando-se dois novos indicadores, relacionados com a REN e a RAN: - “Territórios artificializados em áreas de risco (hectares, por tipologia de risco)”, de modo a avaliar a tendência de exposição da população ao risco das tipologias mais sensíveis da REN (AIV, AEREHS e ZAC), em conformidade com a ponderação ao ponto RA.10 ao parecer da APA/ARH-C. - “Área de RAN utilizada para fins não agrícolas” No que diz respeito à Estrutura Ecológica Urbana, propõe-se, conforme referido no ponto RA.03, um indicador dedicado aos espaços verdes.	Recomendação parcialmente acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RA.05	51	Relatório ambiental - Por outro lado, o ano de referência (2011), desatualizado, utilizado em vários indicadores, deverá ser atualizado o mais possível.	Atualiza-se o indicador “Proporção de população residente em áreas predominantemente urbanas” com os dados de residentes nas freguesias de Tortosendo e União das freguesias de Covilhã e Canhoso para 2021.	Recomendação acolhida
RA.06	51	Retificar lapso detetado: No índice, a numeração dos Anexos encontra-se trocada.	Lapso retificado	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da CCDRC
(matéria de REN)

QUADRO 3




COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR) – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)



Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva


N. REF.º	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA REN				
REN. 01	61	2.1. Memória descritiva e justificativa <i>Na pág. 10 deve ser atualizada a informação relativa às alterações da REN, pois já foram promovidas mais três alterações, nomeadamente, Despacho 3170/2023, 09/03, Aviso 21662/2023, de 10/11 e Despacho 77/2024, de 05/01.</i>	Na MDJ (capítulo 2. Enquadramento legal) serão adicionadas as três alterações da REN indicadas pela Entidade.	Recomendação acolhida
REN. 02	63	A Tabela 21. Síntese de todas as áreas incluídas na REN Bruta da Covilhã, por tipologia <i>apresenta a quantificação das áreas de REN, contudo, verifica-se não ter sido contabilizada a sobreposição topológica, tratando cada sobreposição como uma nova tipologia, uma vez que a área total apresentada ultrapassa, até, a área do concelho, pelo que esta tabela carece de retificação’.</i>	Na MDJ (subcapítulo 3. Síntese e quantificação da proposta da REN bruta) a “Tabela 21.” será complementada com uma nova linha relativa à quantificação da REN desconsiderando as áreas em sobreposição das diversas tipologias da REN. Será ainda adicionada uma tabela complementar (informação idêntica à Tabela 24. Síntese e atualização de todas as áreas da REN bruta, após a retirada das AUC consolidadas), onde se mostram as tipologias em sobreposição e respetivas áreas. A informação adicionada será devidamente analisada no corpo de texto da MDJ.	Recomendação acolhida
REN. 03	64	3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) (...) <i>Contudo, não se aceitam como AUC as áreas cuja profundidade seja excessiva em diversas AED, nomeadamente, AED12 (conformar com o parecer dado ao ordenamento – redefinir pelas construções existentes a sul e a este), AED27 (conformar com o parecer do ordenamento), AED28 (conformar com o parecer do ordenamento), AED31 (conformar com o parecer do ordenamento), AED48 (conformar com o parecer do ordenamento), AED63 (conformar com o parecer do ordenamento), AED65 (conformar com o parecer do ordenamento).</i>	As AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs), que decorram do parecer ao Ordenamento. Após esta estabilização, será corrigida a delimitação da tipologia AEIPRA e AEREHS. Caso se verifique necessário, serão ainda ajustadas áreas de Exclusão. Salienta-se, ainda, que no processo de aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS às AUC, na delimitação das AUC, não foram consideradas (removidas das tipologias) as áreas coincidentes com RAN (proposta).	Recomendação acolhida
REN. 04	64	3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) <i>Com este contexto e após análise dos elementos disponibilizados, aceitam-se as AUC que abranjam áreas que se encontrem estabilizadas em termos de morfologia urbana e de infraestruturação e também as áreas nos limites da delimitação das AEREHS e AEIPRA (franjas), deixando as mesmas de integrar a proposta de delimitação da REN, com exceção das áreas abrangidas por RAN.</i> (...) <i>Encontram-se abrangidos integralmente ou parcialmente por RAN os seguintes aglomerados – AED03, AED04, AED08, AED13, AED16, AED17, AED21, AED28, AED29, AED30, AED31, AED33, AED49, AED50, AED62, AED65, AED68, AED71, AR02, AR06, AR12, AR13, PU04, PU06, PU16, PU17, PU20, PU21, PU23, PU26, PU30, PU33, PU41, PU42.</i>	A aferição das tipologias AEREHS e AEIPRA às AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram dos pareceres ao Ordenamento e às propostas de exclusão de áreas da RAN. O regulamento do PDM, nomeadamente nos artigos 7.º e 16.º, determinam que a disciplina de uso, ocupação e transformação do solo se regem pelas disposições definidas para cada categoria de espaço e pelo regime legal vigente da servidão ou restrição de utilidade pública, aplicando-se sempre o regime mais restritivo. Face ao exposto e considerando que a CCDR Centro admite, na análise à proposta de exclusões da RAN, a compatibilidade da RAN com todas as categorias de solo rústico parece haver alguma contradição na proposta de revisão dos AED e dos AR por motivo de sobreposição com RAN. Sem prejuízo, serão revistos os limites das AED e dos AR assinalados pela CCDR Centro e ajustados, o mais possível, aos limites da RAN bruta aprovada, de maio de 2024. Nas situações em que esse ajuste comprometa a qualificação como AED ou AR, manter-se-á a sobreposição da RAN e/ou da REN, sendo que, nas exclusões da REN, não são propostas exclusões em áreas coincidentes com RAN. No que respeita aos perímetros urbanos identificados, serão revistos todos os limites e apresentada fundamentação das propostas de exclusão de áreas da RAN por sobreposição parcial com edificado, com referência à cartografia de base ou por coerência de desenho do polígono.	Recomendação acolhida



N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REN. 05	64 / 65	<p>3. Áreas urbanas consolidadas (AUC) (...) <i>Relativamente às AUC localizadas no PNSE, a sua aceitação fica condicionada à pronúncia do ICNF sobre a proposta de perímetro urbano/aglomerado rural – PU09, PU10, PU41 (parcial), PU42, PU37, PU08, PU05, PU06, PU07, AR04, AR05 (parcial), AR06 (parcial), AR16 (parcial), AR17 (parcial), AR25, AR26 (eventualmente pode ser eliminada a mancha de AIV), AR27, AED45 (parcial).</i></p>	<p>As AUC são ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram do parecer ao Ordenamento e às propostas de exclusão de áreas da RAN.</p> <p>Como referido anteriormente, no processo de aferição das tipologias AEIPRA e AEREHS às AUC, na delimitação das AUC, não foram consideradas (removidas das tipologias) as áreas coincidentes com RAN (proposta).</p> <p>Observe-se ainda que, na delimitação das AUC, não foram considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As AEDs: Quinta do Castanheiro das Merendas (AED 09), Aradinhas (AED 10), Erada (Poente) (AED 11), Quinta da Feiteira (AED 37), Quinta do Carrapatelo (AED 61); - E AR: Quinta do Tapado (AR 01) (63,42% de consolidação) e Sernadas (AR 31); - E o PU São Miguel (PU 27). <p>Note-se, ainda, que das AEDs e ARs referidas, uma vez que não são integradas na delimitação de AUC, em algumas áreas destas, há a necessidade de propor áreas de exclusão. Destas exclusões assegurou-se que as mesmas não abrangiam áreas de RAN (proposta)</p> <p>Relativamente à correção da exclusão de AIV, nos pontos (abaixo) relativos à ponderação às exclusões, apresenta-se a devida justificação. Neste âmbito, importa salientar que, genericamente, foram acolhidas as indicações da Entidade. Para algumas manchas de AIV, foram reformuladas as Exclusões (inclusão da totalidade da AIV) ou propostas novas Exclusões.</p>	Recomendação acolhida
REN. 06	65	<p>4. Proposta de exclusão de áreas de REN <i>Alerta-se que para as propostas de exclusão que tenham por objetivo a integração em perímetro urbano de áreas legalmente comprometidas ou com edificações anteriores à entrada em vigor do PDM/Carta da REN, tanto mais que as mesmas não devem ser concebidas como meio de possibilitar a legalização de obras clandestinas, devem apresentar uma Declaração da CM a comprovar a situação urbanística das edificações existentes ou as respetivas licenças de construção, conforme estipulado na alínea c) do n.º3 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º80/2015, de 14 de maio (RJIGT), de modo a comprovar a legalidade das operações em causa.</i></p>	Regista-se resposta, ponto por ponto, no quadro seguinte e acrescentam-se comprovativos da legalidade das construções existentes, relativamente às áreas identificadas com essa condição.	Recomendação acolhida
REN. 07	67	<p>5. Carta da proposta de delimitação da REN do município da Covilhã <i>A Carta da REN prevista no artigo 9.º do RJREN deve ser apresentada à escala do Plano e vai integrar todas as áreas a incluir e a excluir da REN, devidamente identificadas e diferenciadas, elaborada de acordo com todas as especificações da “Norma Técnica para a Produção e Reprodução das Cartas de Delimitação da REN”, aprovada pelo Aviso n.º 9282/2021, de 17/05.</i></p>	<p>A carta da delimitação da REN apresenta-se segundo escala e folhas do Ordenamento.</p> <p>Esta, além de apresentar as tipologias da REN, polígonos de exclusões e carta base, será complementada com a respetiva tabela de exclusões.</p>	Recomendação acolhida


N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REN. 08	67/68	<p>6. Processo digital</p> <p>Para efeitos de normalização da estrutura da informação geográfica de suporte à dinâmica dos procedimentos REN e de acordo com as orientações da Direção Geral do Território (DGT), a estrutura dos ficheiros deve dar cumprimento às especificações da 'Norma Técnica para a produção e reprodução das cartas de delimitação da REN', respeitando também as orientações da DGT expostas no Manual SSA.IGT, disponíveis no sítio da internet da DGT.</p> <p>O processo digital deve apresentar a seguinte estrutura (Nome das pastas e os respetivos documentos):</p> <ul style="list-style-type: none"> “0503_MDJ_REN” – esta pasta deve integrar a MDJ, os respetivos anexos e os pareceres das entidades já emitidos, se aplicável; “0503_REN_SHP” – nesta pasta devem constar subpastas com a informação vetorial referente às tipologias de REN; às AUC e acertos à delimitação da REN (áreas inferiores a 500m2); e à proposta de exclusão de áreas da REN (após estabilização da delimitação da REN e decorrente da proposta de ordenamento), cuja estrutura da tabela de atributos deve respeitar as especificidades do Anexo II A daquela Norma Técnica; “0503_REN_Intermedios” – esta pasta deve conter as subpastas com os resultados intermédios calculados em cada tipologia de REN; “0503_Cart_Base” – nesta pasta devem ser inseridos todos os ficheiros referentes à cartografia de base, oficial ou homologada, utilizada na delimitação da REN, conforme ponto I. Objeto da mesma Norma Técnica; “0503_REN_TIFF” – nesta pasta deve estar a carta da REN em formato matricial, georreferenciado no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89 com as seguintes características: TIFF uncompressed - resolução a 300dpi, resolução espectral RGB e resolução radiométrica de 8 bits (256 tons) por cada banda espectral - e respetivo TFW, gerado a partir da informação vetorial; “0503_Cartograma” – quando a carta de delimitação da REN municipal é formada por mais do que uma folha, deve ser produzido um Cartograma contendo o esquema de seccionamento das folhas, devendo cada folha ser identificada com um número ou letra, em formato pdf; “0503_Outros_elem” – quaisquer outros elementos utilizados nos trabalhos de delimitação da REN. 	Será apresentada a informação conforme indicado pela Entidade.	Recomendação acolhida
REN. 09	68	<p>7. Conclusão (...) Relativamente à proposta de delimitação da REN, a CCDRC emite parecer favorável à proposta de delimitação da tipologia AIV. Quanto às restantes tipologias, a CM deve acolher o parecer da APA, enquanto entidade que detém a respetiva tutela.</p>	A tipologia AIV considera-se estabilizada e finalizada. Relativamente às restantes tipologias, ver respetivo quadro de ponderação ao parecer da APA/ARH-TO	Recomendação acolhida
REN. 10	68	<p>7. Conclusão (...) As AUC não validadas poderão ser ponderadas como propostas de exclusão de áreas de REN.</p>	As AUC serão ajustadas em função das alterações ao Ordenamento – Qualificação do Solo (nomeadamente AEDs, ARs e PUs), que decorram do parecer ao Ordenamento. Como indicado anteriormente, foram asseguradas as propostas de exclusão da REN, em AUC não validadas, caso se verificasse essa necessidade. Sendo que em áreas de REN sobrepostas com RAN não foram propostas exclusões à REN.	Recomendação acolhida
REN. 11	68	<p>7. Conclusão (...) Sobre a proposta de exclusão de áreas de REN decorrente da proposta de ordenamento da Revisão do PDM, em cumprimento dos n.os 5 e 7 da Secção II das OENR em articulação com o n.º2 do artigo 9.º do RJREN, deve a mesma ser reformulada de acordo com a posição assumida pela APA e pela CCDR Centro.</p>	A proposta de Exclusões de áreas da REN é analisada/corrigida, segundo as indicações da CCDR-C, salientando-se que a APA/ARH-TO não se pronunciou, quanto às mesmas, no respetivo parecer, emitido no âmbito da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva.	Recomendação acolhida
REN.12	ANEXO 2	Quadro Síntese do parecer CCDRC à proposta de áreas de exclusão da delimitação da REN municipal – identificado no ponto III.4.1.	Ver quadro abaixo	-

Exclusão	Superfície (m2)	Tipologia(s) REN	Fim a que se destina / Uso proposto	Fundamentação	CCDR Centro			Município/equipa técnica	
					Parecer	Critério	Observações	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
C1	26 443,43	AEIPRA AEIPRA+ZAC	Espaços de Atividades Industriais	Área ocupada por agroindústria, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	1	<p>condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p> <p>RAN - não pedem a exclusão - devem ponderar e pedir a exclusão da RAN</p>	<p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Para comprovar a legalidade das construções existentes, apresentam-se extratos de imagens disponibilizadas no Geoportal do Município da Covilhã (https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm), correspondentes a ortofotomapas e/ou cartografia antiga com informação georreferenciada sobre a existência de processos de obras nos arquivos municipais.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Salienta-se, ainda, que o limite da exclusão será atualizado, reduzindo a sua abrangência. Considera-se assim, a área edificada (sujeita a RERAE) e a área total impermeabilizada (com base em levantamento topográfico da CMC), tendo posteriormente sido ajustada ao edificado e caminhos que constam da cartografia homologada.</p> <div></div>	Recomendação acolhida



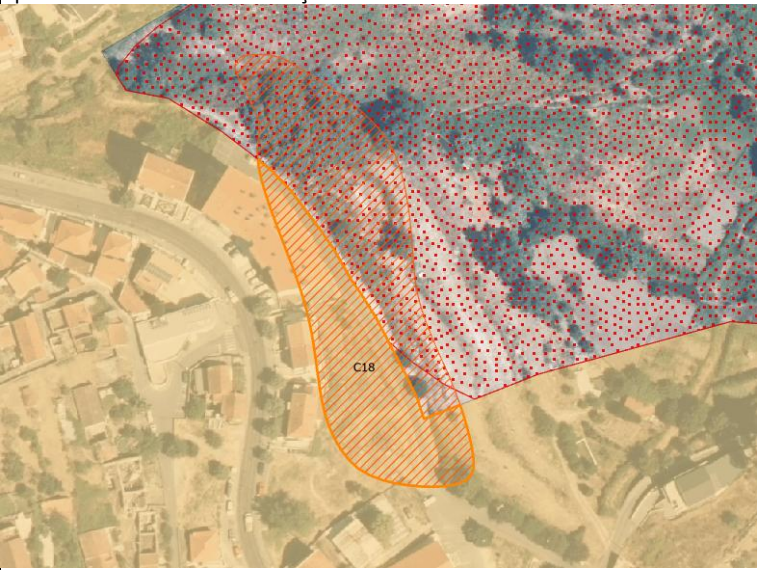
C2	12 121,37	ZAC	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por edificado com funções industriais, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis - atualmente não integra a Planta de Ordenamento - Salvaguardas/Riscos	As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”	Recomendação acolhida
C3	8 043,38	AEREHS	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por cemitério e turismo, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	3	PNSE	Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM. Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE. Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina a exclusão pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.	Recomendação acolhida
C4	10 543,16	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por equipamento educativo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	-	-	-
C5	9 693,98	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por equipamento educativo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	-	-	-
C6	1 111,10	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C06, corresponde à C08 (proposta para Discussão Pública (DP)). Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  	Recomendação acolhida




								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C7	1 000,98	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 3.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 6977, no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agrícola sita na freguesia de Orjais (RERAE).	Favorável condicionado	1	reformular a mancha de modo a incluir a totalidade do edificado	<p>Note-se que a C07, corresponde à C09 (proposta para DP).</p> <p>A exclusão proposta abrange o edificado principal (instalações da “Sociedade Agrícola do Rio Velho Lda.”), área já desafetada no âmbito de RERAE.</p> <p>Sem prejuízo, procede-se à inclusão do edificado cartografado, na mancha a excluir, conforme indicado pela Entidade.</p> <p>Foi considerada a área edificada incluída na exclusão aceite pela Entidade, assim como o restante edificado e a área envolvente, com ajuste à mancha RAN e aos caminhos que constam da cartografia homologada.</p> <p>(versão anterior (esquerda) e versão atualizada (direita))</p> 	Recomendação acolhida
C8	1 119,88	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C8, corresponde à C10 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C9	1 344,37	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C9, corresponde à C11 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C10	5 219,35	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C10 + C11, corresponde à C12 (proposta para DP).</p> <p>A C10, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C11.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

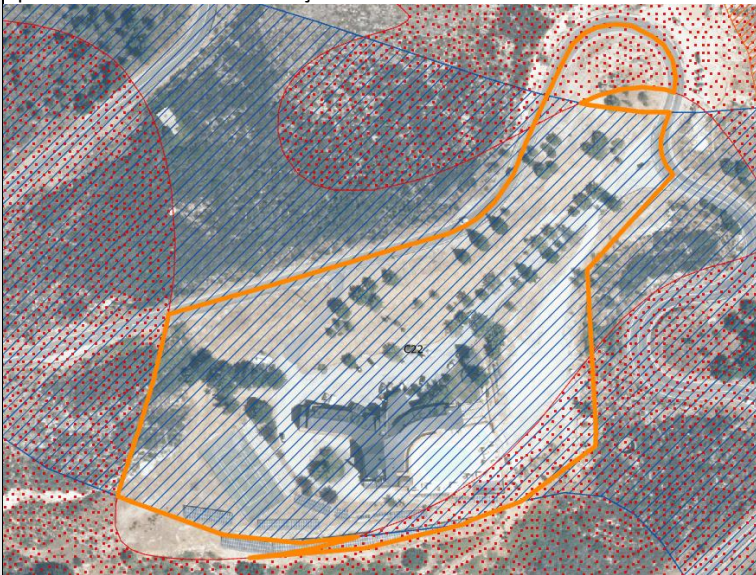
									
								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C11	11 251,08	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C10 + C11, corresponde à C12 (proposta para DP).</p> <p>A C10, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C11.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida
C12	1 157,37	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C12, corresponde à C13 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida

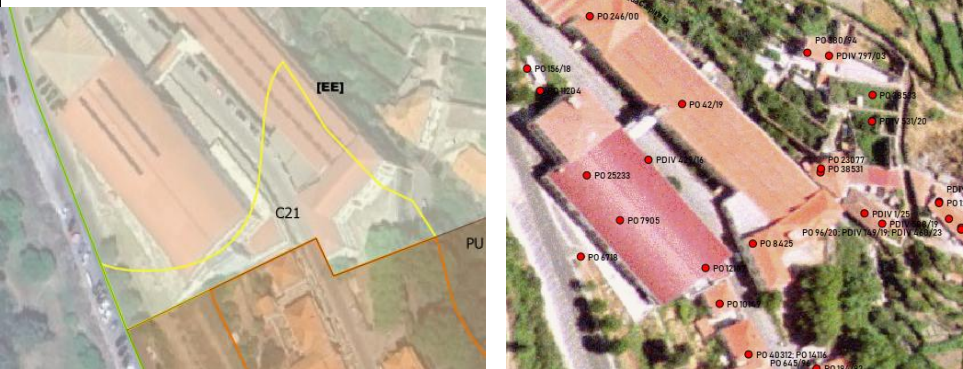
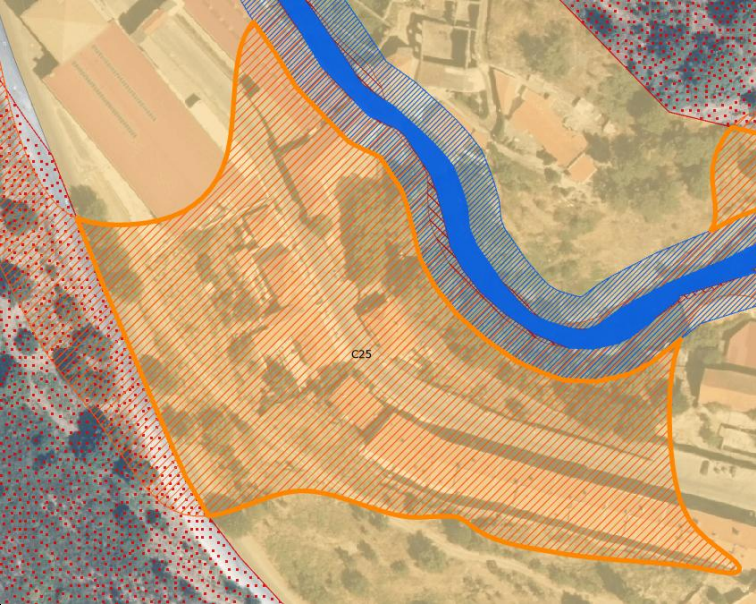
C13	1 044,95	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelos loteamentos (nº 36 e 43), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, condicionada à integração em Z.Inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheia.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C13, corresponde à C14 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C14	80,08	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C14, corresponde à C15 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C15	545,13	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelo loteamento de 31/08/1995 (nº 43), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	Note-se que a C15, corresponde à C16 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.	Recomendação acolhida
C16	2 971,96	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C16, corresponde à C17 (proposta para DP). Face à existência de vertente de curso de água (ribeiro de Flandres) não integrado em CALM, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. 	Recomendação parcialmente acolhida

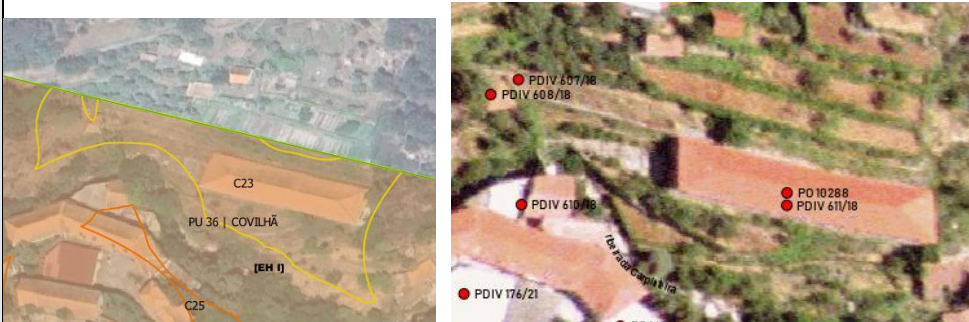

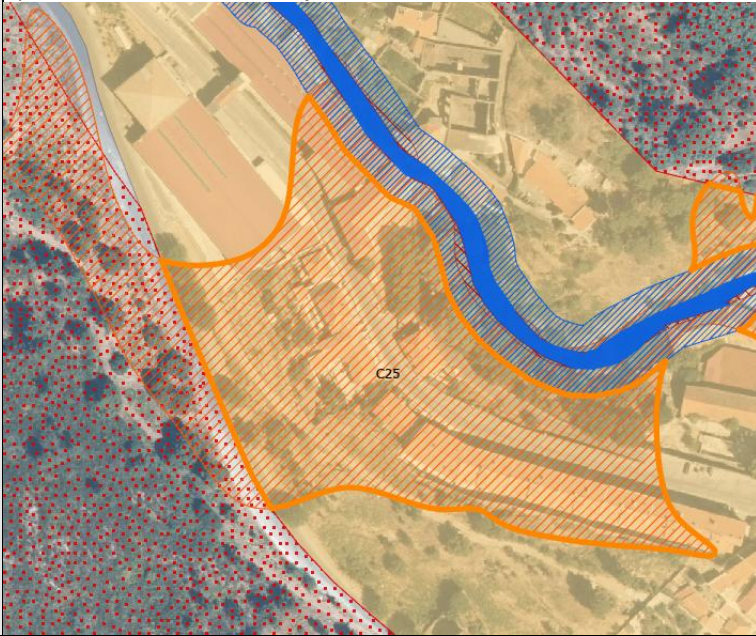
Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.



C17	498,22	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C17, corresponde à C18 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>   <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C18	513,80	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN e eliminar da REN a pequena mancha isolada condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C18, corresponde à C19 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Atendendo que na delimitação de AIV, não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão da pequena mancha de AIV isolada (localizada no lado este à C18), numerada agora (proposta para DP) como C20.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

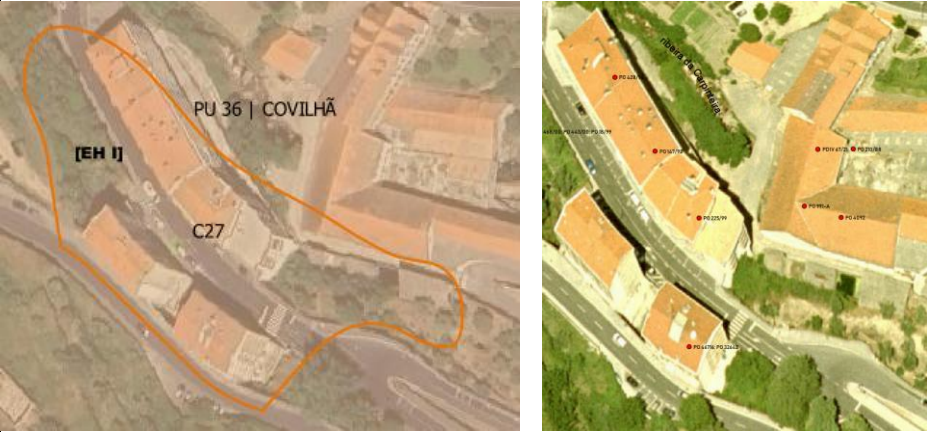

								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão e nova Exclusão (C20):</p> <div></div>	
C19	19 651,38	AEIPRA	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico da Pousada da Serra da Estrela, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C19, corresponde à C21 (proposta para DP).</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Recomendação acolhida





C20	30 877,53	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico do Lam Hotel dos Carqueijais, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C20, corresponde à C22 (proposta para DP).</p> <p>O limite da Exclusão sofreu ligeiros ajustes, conformando-se às áreas impermeabilizadas, estradas e edificações do empreendimento turístico.</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.ª ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C21	2 311,09	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por equipamento educativo, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C21 + C24, corresponde à C25 (proposta para DP).</p> <p>A C24, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C21.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

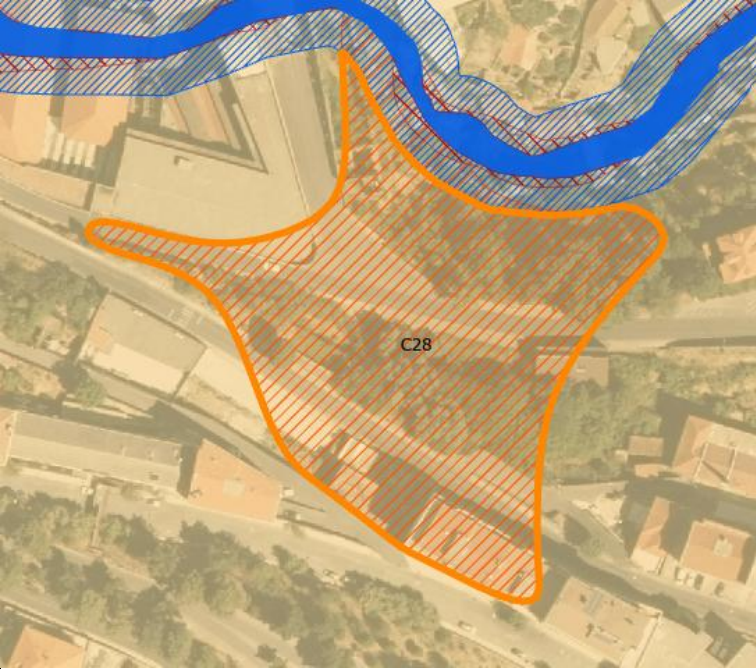


								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão C25 (proposta para DP):</p> 	
C22	4 314,20	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área ocupada pelo Empreendimento Turístico do Parque de Campismo do Pião, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual.	Favorável condicionado	3	PNSE	<p>Note-se que a C22, corresponde à C23 (proposta para DP).</p> <p>Nos termos do artigo 25.º do POPNSE, as áreas não abrangidas por regimes de proteção coincidem com perímetros urbanos e aglomerados rurais, pelo que as restantes qualificações de solo rústico não integram essas áreas.</p> <p>Os usos e atividades executados ou a levar a efeito em qualquer área do POPNSE, incluindo na área proposta como exclusão da REN, estão sujeitos ao cumprimento do regime definido no POPNSE e, cumulativamente, ao regime definido no Regulamento do PDM.</p> <p>Acresce que essa compatibilização é reforçada na nova redação do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento do PDM (que resulta do acolhimento/aceitação da ref.º ORD.02 do parecer do ICNF) que estabelece que em caso de conflito normativo prevalecem as normas do POPNSE.</p> <p>Face ao exposto, considerando que o fim a que se destina pode ser admitido no POPNSE e que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre a área em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Recomendação acolhida
C23	4 165,15	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C23, corresponde à C24 (proposta para DP).</p> <p>Face à existência de vertente, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados</p>	Recomendação parcialmente acolhida



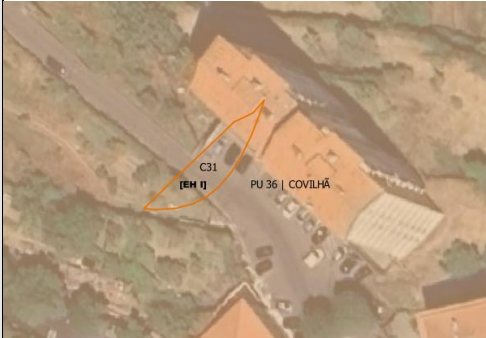
								<p>nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	
								<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C24	8 793,43	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C21 + C24, corresponde à C25 (proposta para DP).</p> <p>A C24, seguindo o exemplo de indicações da Entidade, em outras situações de Exclusão similar a esta, foi agregada à C21.</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	<p>Recomendação acolhida</p>
								<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	

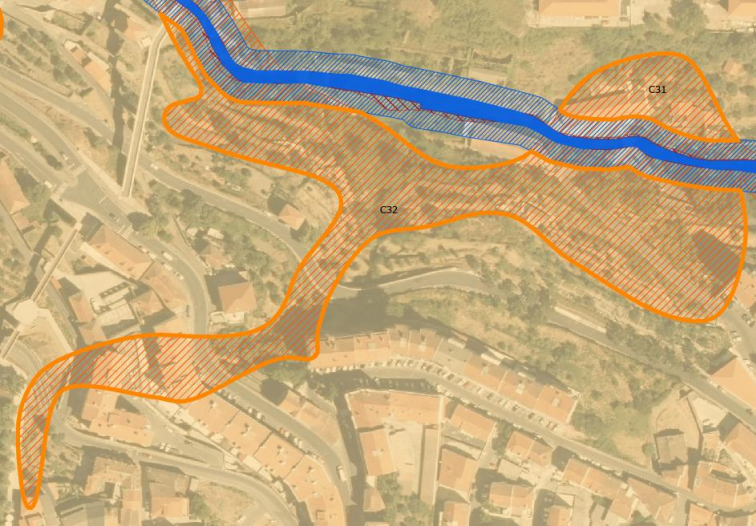
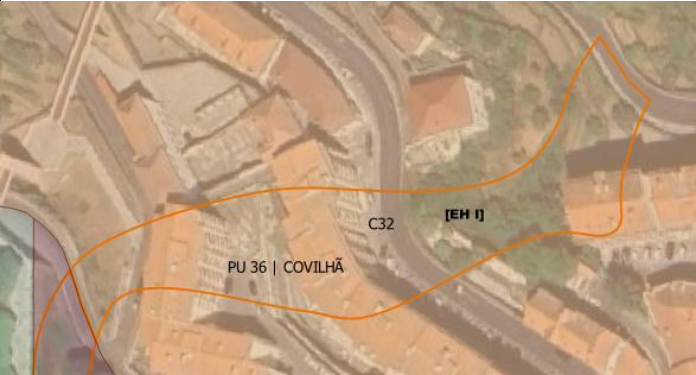

C25	1 046,18	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C25, corresponde à C26 (proposta para DP).</p> <p>Face à sobreposição da restante área com a tipologia CALM e considerando que não há exclusões de áreas desta tipologia, não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Nesta área observa-se ainda a existência de vertente, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida
C26	65,91	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C2, corresponde à C27 (proposta para DP).</p> <p>Face à sobreposição da restante área com a tipologia CALM e considerando que não há exclusões de áreas desta tipologia, não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Acresce que as áreas de ZAC, incluídas em exclusões do tipo C, integrarão a planta de Zonas Inundáveis.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida

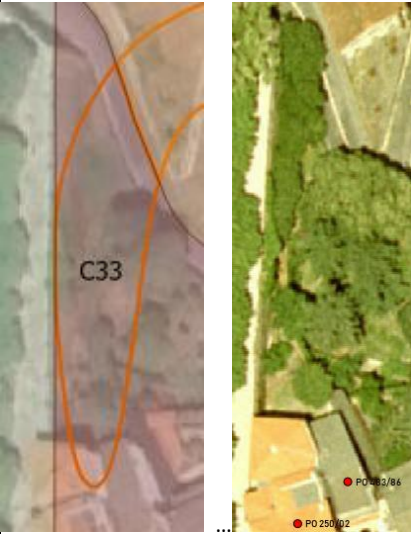
C27	5 846,78	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C27, corresponde à C30 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C28	7 433,31	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelos licenciamentos de 05/06/24 (nº 54/18) e 17/06/24 (nº 108/20), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C28, corresponde à C29 (proposta para DP).</p> <p>Acresce referir que a proposta de exclusão já abrangia a totalidade da mancha de AIV em apreço.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida



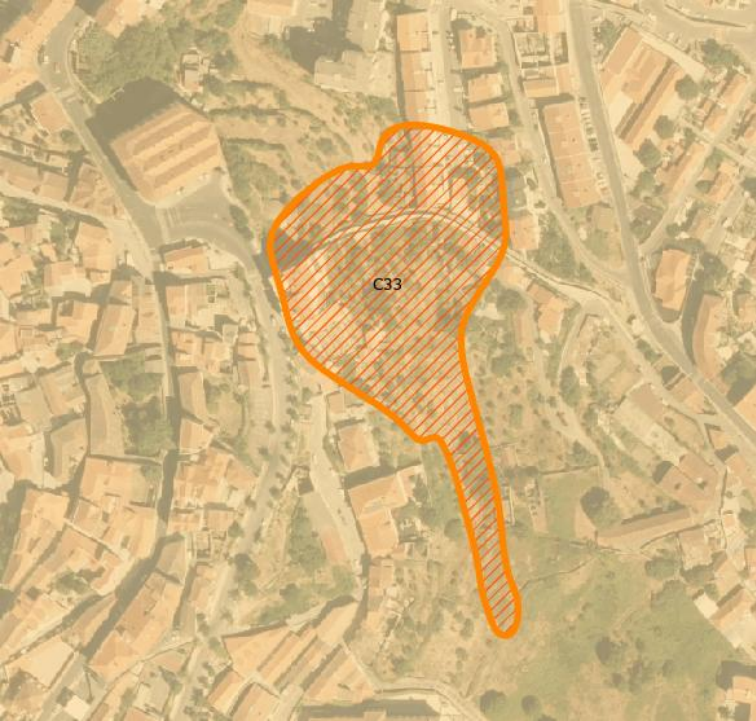
							<div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div>	
C29	1 756,18	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, comprometida pelo loteamento de 09/02/2020 (nº 74), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<div><div>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</div><div>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</div></div> <div></div> <div>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</div> <div>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</div>	<div>Recomendação parcialmente acolhida</div>



									
C30	2 286,59	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por edificado com funções industriais, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C30, corresponde à C31 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão já abarca a totalidade da área de AIV, contudo, face à existência de vertente e sobreposição parcial da restante área com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  	Recomendação parcialmente acolhida




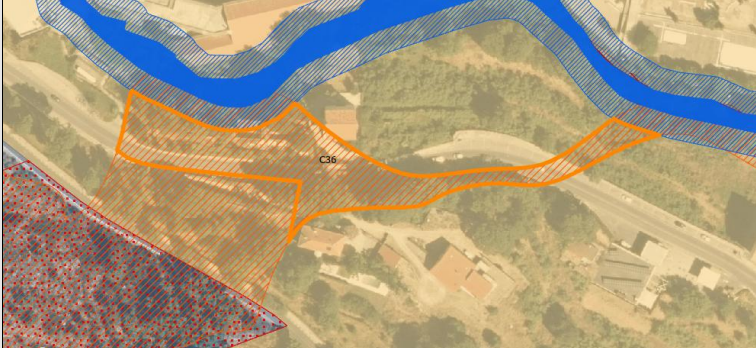
									
								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Cartografia da Grande Covilhã referente ao ano de 1929.	
C31	134,98	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitação e estacionamento, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C31 - dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões, corresponde à C32 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Contudo, face à existência de vertente e sobreposição parcial da restante área com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida


									
C32	3 805,35	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C32 (dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões), corresponde à C32 (proposta para DP). Ver justificação anterior.</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>   <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C33	681,53	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por edificado com funções comerciais, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do	<p>Note-se que a C33 (dado a atualização do limite da C31, e esta se mostrar contígua à C32 e C33, procedeu-se à união das três exclusões), corresponde à C32 (proposta para DP). Ver justificação anterior.</p>	Recomendação acolhida



				urbana, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p>	
C34	3 624,17	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C34 + C35, corresponde à C33 (proposta para DP).</p> <p>A ponderação efetuada considerou também a proposta de exclusão C35, concluindo-se que, de facto, pela reduzida dimensão da área que resulta da aceitação destas exclusões, se justifica excluir toda a mancha.</p> <p>Acresce que a área remanescente das duas exclusões aprovadas corresponde a espaços verdes de utilização coletiva, pelo que representa impacto reduzido face à restantes áreas (C34 e C35), considerando-se ainda que a exclusão da totalidade da mancha não compromete os objetivos programáticos definidos para a UOPG 03 – São João.</p> <p>Face ao exposto, propõe-se que as exclusões C34 e C35 sejam agregadas numa única exclusão que inclua toda a mancha abrangida pela tipologia AIV, conforme proposta da CCDRC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

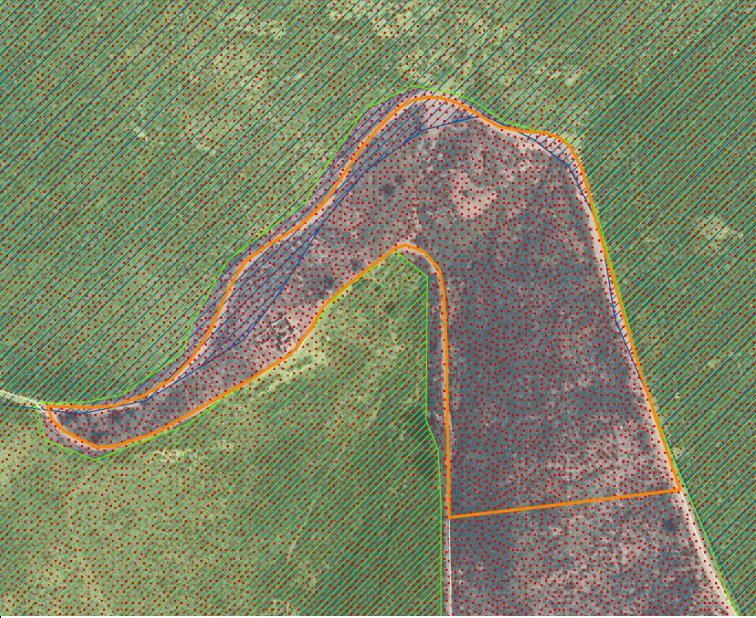
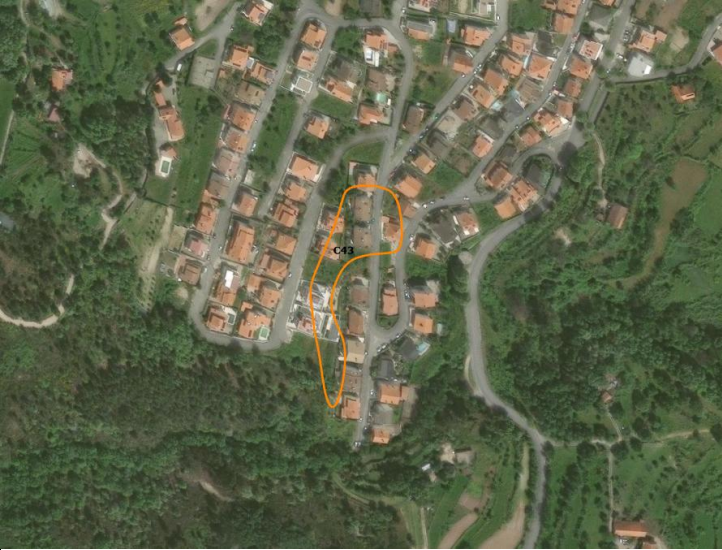
								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C35	3 005,33	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C34 + C35, corresponde à C33 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Conforme ponderação efetuada à exclusão C34, propõe-se que as exclusões C34 e C35 sejam agregadas numa única exclusão que inclua toda a mancha abrangida pela tipologia AIV, conforme proposta da CCDRC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida

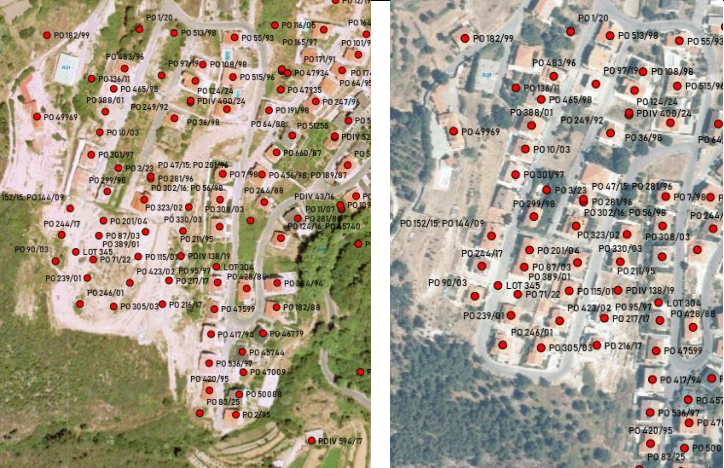

									
Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.									
C36	485,57	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por habitações, comprometida pelo licenciamento de 25/09/2024 (nº 65/24) para habitação, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C36, corresponde à C35 (proposta para DP).</p> <p>Face à existência de vertente (a montante das habitações existentes), não se perspetivando a expansão urbana nesse sentido, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação parcialmente acolhida

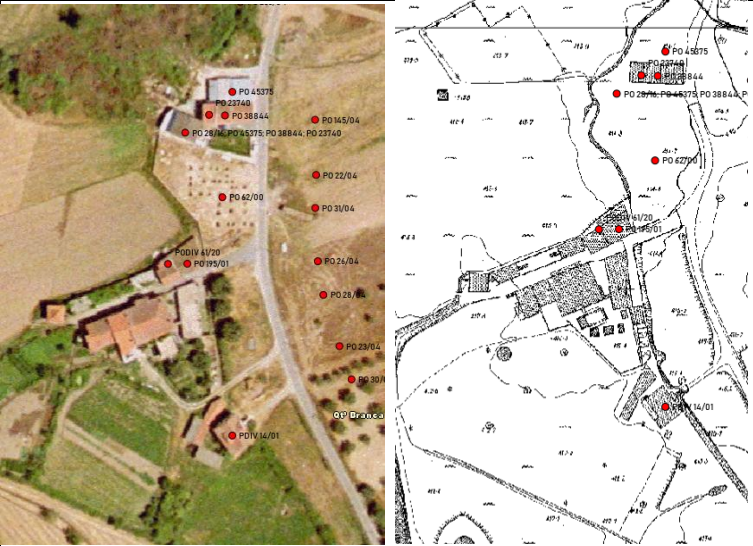
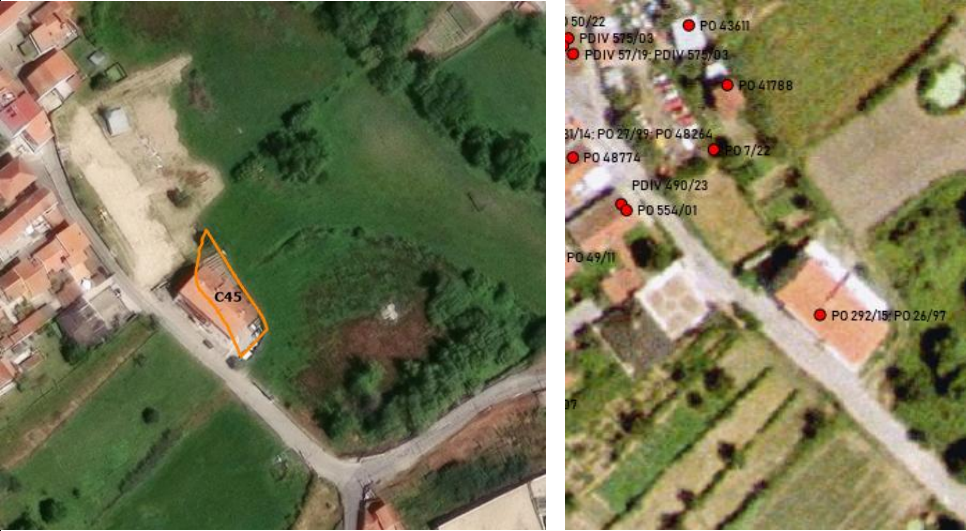
C37	2 505,48	AIV	Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C37, corresponde à C36 (proposta para DP).</p> <p>O limite da exclusão foi corrigido segundo indicação da Entidade (reformulação da exclusão até o limite CALM).</p> <p>Note-se que a área de AIV, presente a montante da estrada, é mantida sem exclusão, privilegiando a proteção dos riscos naturais presentes.</p> <p>Ainda, face à existência de vertente e sobreposição parcial com a tipologia CALM, sem que haja exclusões de áreas desta tipologia, entende-se que deve privilegiar-se a proteção dos riscos naturais nestas áreas, pelo que não se encontra justificada a consideração de toda a área da mancha REN como exclusão.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2010.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	Recomendação parcialmente acolhida
-----	----------	-----	------------------------------	--	------------------------	---	---	--	------------------------------------



C38	8 318,26	AEIPRA	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 6.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 77/2024 no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agropecuária sita na Quinta das Almas e Morgada (RERAE).	Favorável	1	RAN - OEA 12 DESFAVORÁVEL - NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	<p>Note-se que a C38+C39, corresponde à C37 (proposta para DP).</p> <p>Embora não indicado pela entidade, procede-se à junção das exclusões C38 e C39, uma vez que incidem sobre a mesma qualificação de solo (Espaços agrícolas de produção).</p> <p>Salienta-se ainda que o limite da Exclusão sofreu um ligeiro ajuste (limite norte), uma vez que, por lapso, na anterior versão se delimitou a Exclusão além da área REN abrangida.</p> <p>Matérias relativas à RAN são abordadas em quadro de ponderação próprio. Contudo, verifica-se que a Exclusão REN não incide sobre área RAN (proposta).</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Contributo registado
C39	45,78	AEIPRA+ZAC	Espaços Agrícolas de Produção	Área desafetada pela 6.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 77/2024 no âmbito do pedido de regularização e ampliação de uma exploração agropecuária sita na Quinta das Almas e Morgada (RERAE).	Favorável	1	RAN - OEA 12 DESFAVORÁVEL - NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	<p>Note-se que a C38+C39, corresponde à C37 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Embora não indicado pela entidade, procede-se à junção das exclusões C38 e C39, uma vez que incidem sobre a mesma qualificação de solo (Espaços agrícolas de produção).</p> <p>Matérias relativas à RAN são abordadas em quadro de ponderação próprio. Contudo, verifica-se que a Exclusão REN não incide sobre área RAN (proposta).</p>	Contributo registado
C40	34,13	AEIPRA	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	eliminar	6	<500m2	<p>Exclusão é eliminada segundo indicação da Entidade.</p> <p>Na prática, corresponde a uma pequena área de AEIPRA sobreposta com o aglomerado rural (Quinta do Tapado). Atendendo que este aglomerado não apresentava a taxa de consolidação necessária à sua inclusão em AUC, a área de AEIPRA não é excluída nem aferida. Dado à sua área reduzida, esta área é mantida em REN.</p>	Recomendação acolhida
C41	37 250,06	AEIPRA	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada condiciona as funções de infiltração e	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C41, corresponde à C38 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	



				recarga de aquíferos.				 	
C42	70 813,89	AEIPRA+AER EHS	Espaços de Ocupação Turística	Área desafetada pela 4.ª Alteração da delimitação da REN, aprovada e publicada pelo Despacho n.º 3170/2023, no âmbito de empreendimento turístico no espaço rural, sob a forma de hotel rural.	Favorável condicionado	3	PNSE apenas se aceita a exclusão das áreas aprovadas pelo Despacho 3170/2023	<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.</p> <p>Note-se que a C42, corresponde à C39 (proposta para DP).</p> <p>A exclusão é retificada de modo a não intersetar o limite do PNSE.</p> <p>Refira-se, no entanto, que o Despacho citado procedeu à exclusão de um conjunto de polígonos circunscritos aos edifícios, que não se coadunam com o desenvolvimento que se pretende em termos de ocupação turística, nem com a própria coerência/continuidade da mancha REN.</p> <p>Assim, a nova proposta de exclusão circunscreve-se pelos caminhos existentes e abarca a totalidade das áreas anteriormente excluídas (E12 a E16) pelo Despacho n.º 3170/2023.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida


									
C43	5 837,94	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelos loteamento de 18/12/2000 (nº 345) e de 18/02/1997 (nº 304), urbanizada, cuja exclusão visa a compat. com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C43, corresponde à C42 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida




								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2021.	
C44	1 071,35	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C44, corresponde à C43 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida

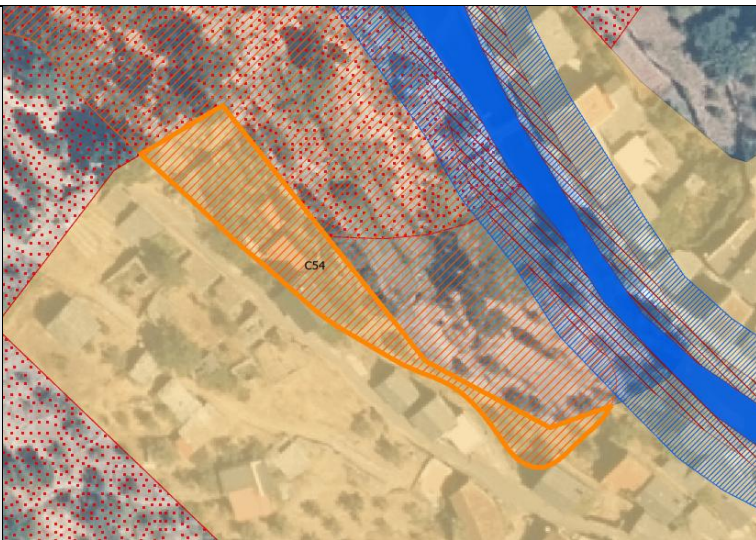


								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000; 3) Extrato de cartografia referente ao ano de 1970.</p>	
C45	461,98	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C45, corresponde à C44 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C46	25 304,75	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por ETAR, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação construída condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Desfavorável	5	ETAR	<p>Exclusão a eliminar.</p> <p>A ETAR estabelece-se como uso e ação compatível com a REN</p>	Recomendação acolhida

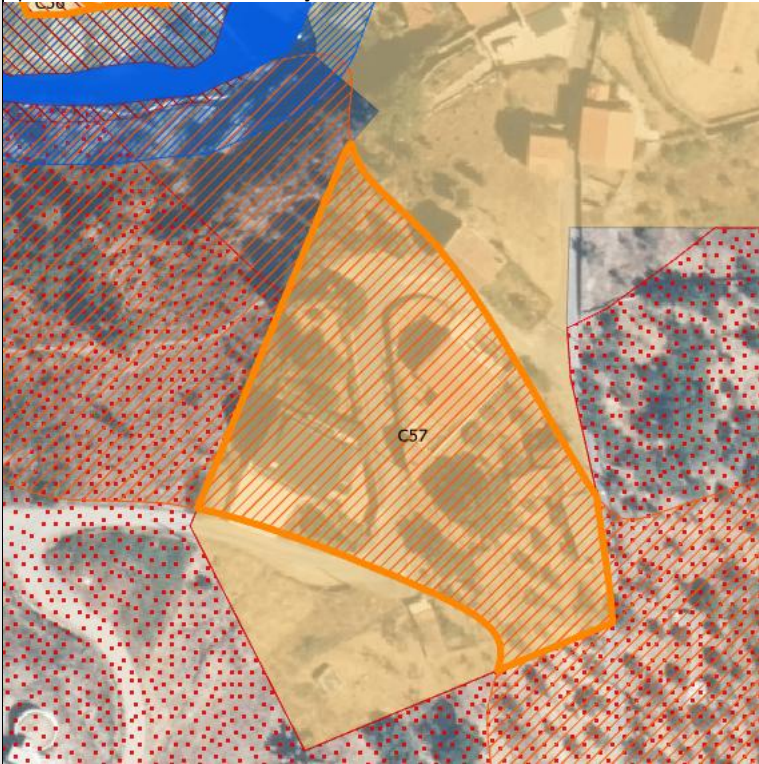
C47	1 459,55	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Área comprometida pelo PIP (Loteamento) de 18/01/2024 (nº 560), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação urbana condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	PIP válido	Note-se que a C47, corresponde à C45 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C48	77 935,68	AEIPRA	Espaços Habitacionais Tipo II	Área comprometida pelo PIP (Loteamento) de 18/01/2024 (nº 560), urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação urbana condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1	PIP válido	Note-se que a C48, corresponde à C46 (proposta para DP). Embora com parecer favorável, o limite da Exclusão foi ajustado (diminuição) com referência ao edificado (compromisso - loteamento 560), reduzindo-se assim a área REN (AEIPRA) excluída. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão: 	Contributo registado
C49	3 318,42	ZAC	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na PO salvaguardas e riscos e à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C49, corresponde à C47 (proposta para DP). As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	Recomendação acolhida


C50	44 634,15	AEIPRA	Espaços destinados a Equipamentos Infraestruturas e Outras Estruturas ou Ocupações	Área ocupada por subestação elétrica, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação construída condiciona as funções de infiltração e recarga de aquíferos.	Favorável	1		Note-se que a C50, corresponde à C48 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C51	601,13	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por edificado com funções agrícolas, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C51, corresponde à C49 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C52	3 830,88	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área comprometida pelo PIP de 22/07/2024 (nº 86/24) para turismo, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	PIP válido	Note-se que a C52, corresponde à C51 (proposta para DP). Sem alterações.	Contributo registado
C53	4 549,52	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C53, corresponde à C51 (proposta para DP).</p> <p>Foi feito um ligeiro ajuste do limite da Exclusão ao limite da RAN, de modo a não haver exclusão da REN em área RAN.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	Recomendação acolhida

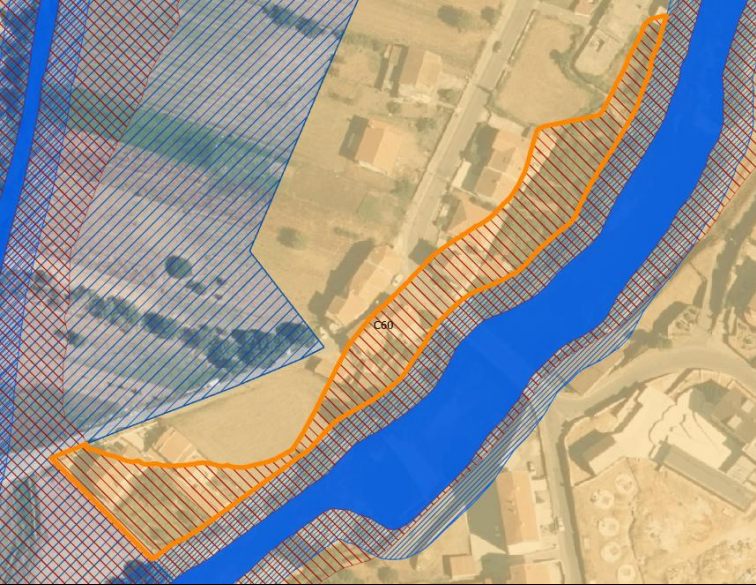

								<p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2018.</p> <p>Note-se, ainda, que o limite da exclusão é circunscrito até a área RAN presente.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C54	1 851,28	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	<p>reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN</p> <p>condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes</p>	<p>Note-se que a C54, corresponde à C53 (proposta para DP).</p> <p>A delimitação da Exclusão será reformulada, de modo a abarcar o território artificializado existente (zonas habitacionais e equipamento desportivo). Contudo, note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes, e prolonga-se para além do PU. Nestas áreas, mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação parcialmente acolhida




									
C55	1 457,39	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão até ao limite da RAN/AH RAN - Ua 01 - DESFAVORÁVEL – AH condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C55, corresponde à C54 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada consoante as correções advindas da redefinição do PU e redefinição da RAN (proposta). Note-se, ainda, que a Exclusão contempla, exclusivamente a área AIV - não inclui as áreas sobrepostas com a tipologia CALM e RAN (proposta)).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

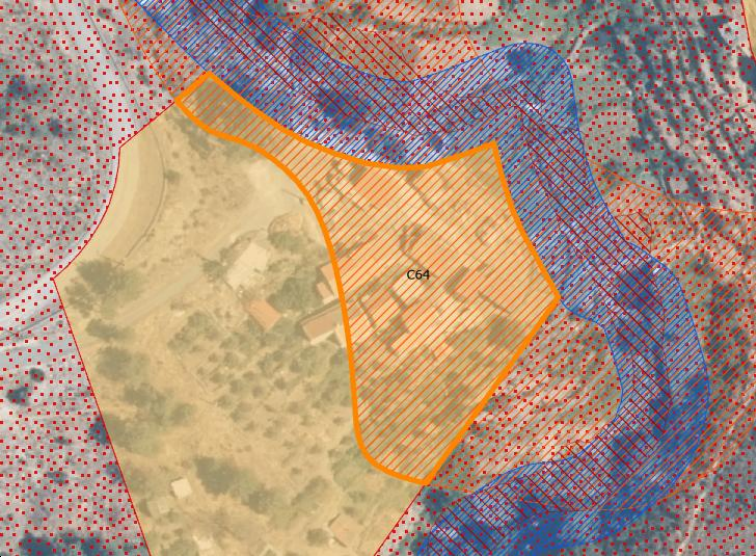


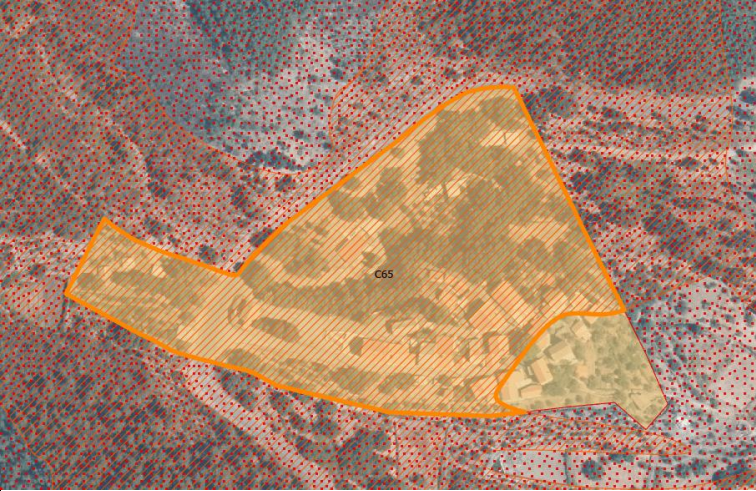
									
C56	38,22	ZAC	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C6, corresponde à C55 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C57	40,39	ZAC	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C57, corresponde à C56 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C58	3 514,21	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C58, corresponde à C57 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão já abarca a totalidade da mancha AIV em PU. Contudo, derivado da atualização do limite do PU o limite da exclusão é devidamente ajustado.</p> <p>Note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes, e prolonga-se para além do PU. Mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas. As AIV fora de PU são mantidas, sendo que, parte destas se sobrepõem a CALM, tipologia onde não há lugar a exclusões.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div>   </div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação parcialmente acolhida


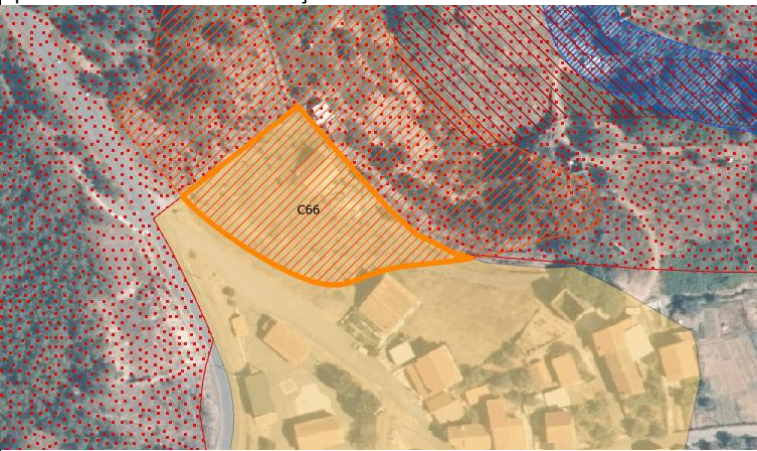
								<p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C59	2 937,62	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C59, corresponde à C58 (proposta para DP).</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C60	919,26	ZAC	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C60+C61, corresponde à C59 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão, em consequência das correções da QS, a exclusão é reformulada em função do ajuste do desenho do PU/Qualificação do Solo (limite norte e sul).</p> <p>Note-se ainda que, dada a contiguidade à Exclusão C61, procede-se à sua união.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

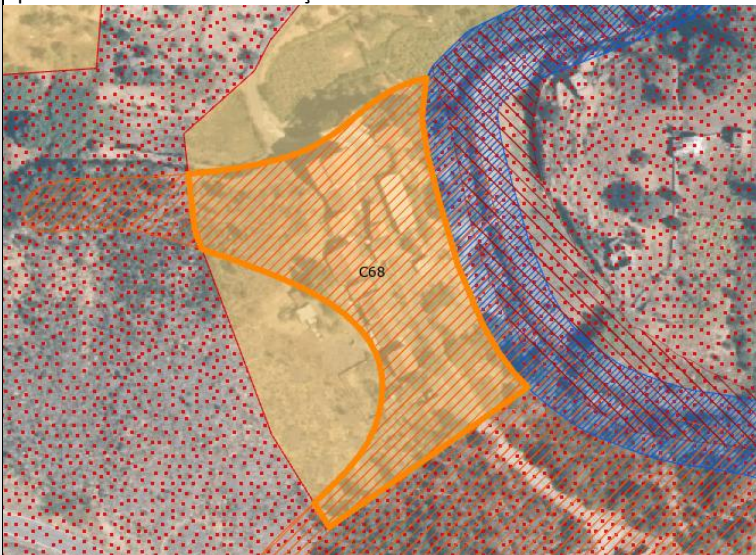

									
C61	9 646,49	ZAC	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por equipamento educativo, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C60+C61, corresponde à C59 (proposta para DP). Ver também justificação anterior.</p> <p>Esta Exclusão, em consequência das correções da QS, a exclusão é reformulada em função do ajuste do desenho do PU/Qualificação do Solo (limite norte e sul).</p> <p>Note-se ainda que, dada a contiguidade à Exclusão C61, procede-se à sua união.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p>	Recomendação acolhida
C62	4 144,70	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C62, corresponde à C60 (proposta para DP).</p> <p>Procedeu-se a uma ligeira correção (inclusão de um pequeno vazio) até ao limite do CALM-Margem, observando-se um limite da Exclusão mais coerente.</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida



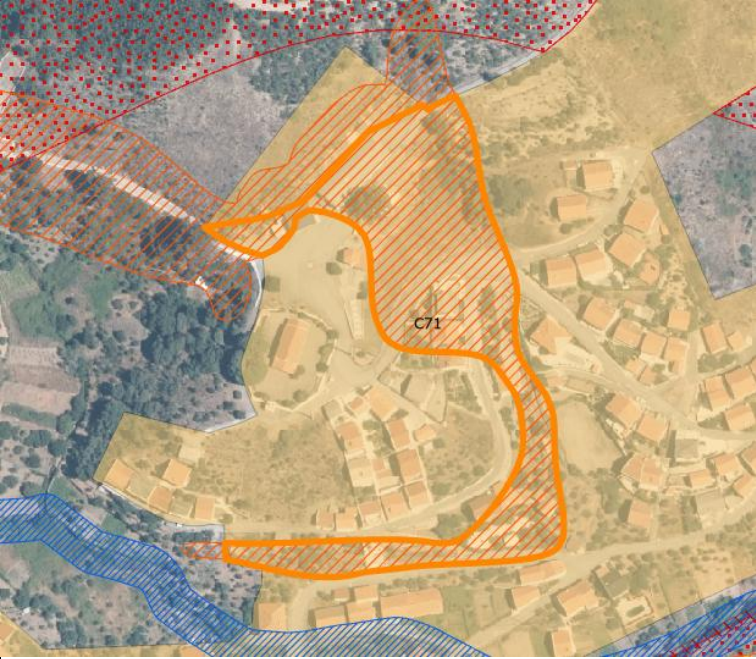


									
C63	2 559,87	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	RAN - não pedem a exclusão da RAN reformular a mancha até ao limite da RAN	<p>Note-se que a C63, corresponde à C62 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consonante as correções ao limite do AR (AR15) Assegurando-se, ainda, que esta se circunscreva até ao limite da RAN (proposta).</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C64	1 722,39	AIV ZAC+AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por hab. pertencentes ao aglo., cuja exclu. visa a compat. com o uso atual, não agrav. o risco e a exp. à ocorrência de mov. de massa e de cheias, condic. à integr. em Z.Inundável para min. das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C64, corresponde à C63 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consonante as correções ao limite do AR (AR15)</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida


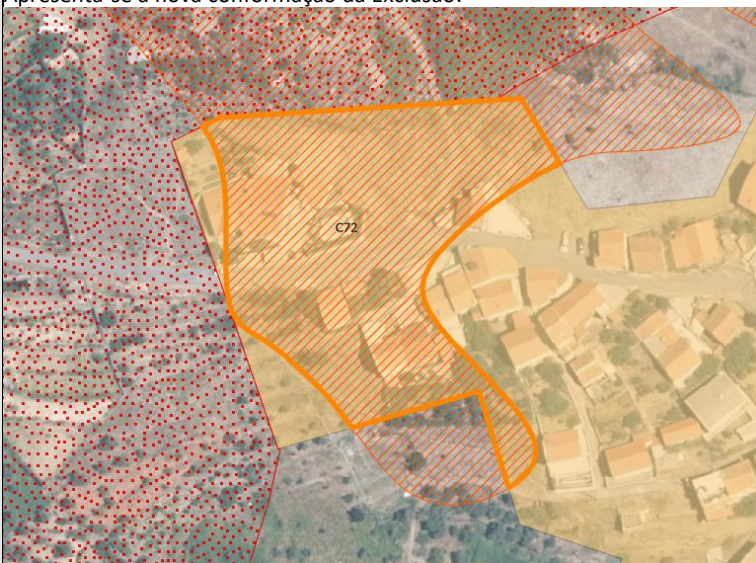
								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C65	3 447,91	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que o grau de consolidação do aglomerado atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C65, corresponde à C64 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consoante as correções ao limite do AR (AR16).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p>	Recomendação acolhida

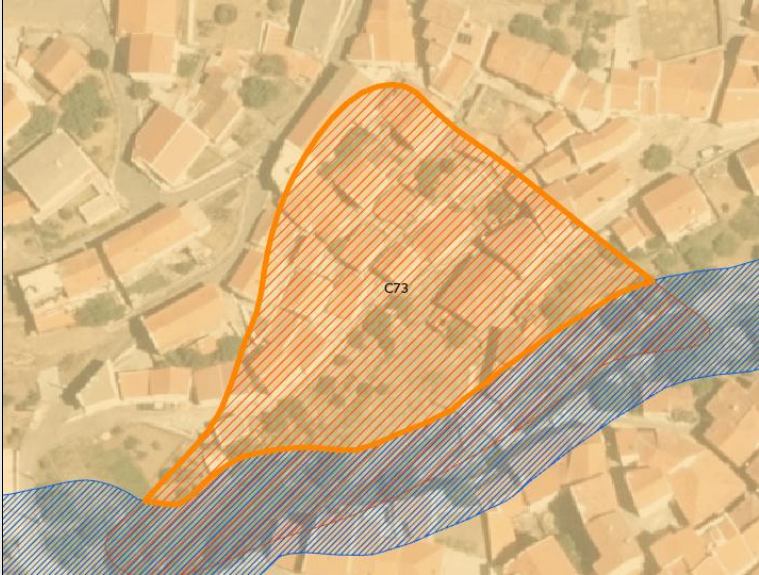


									
C66	18 878,40	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C66, corresponde à C65 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida



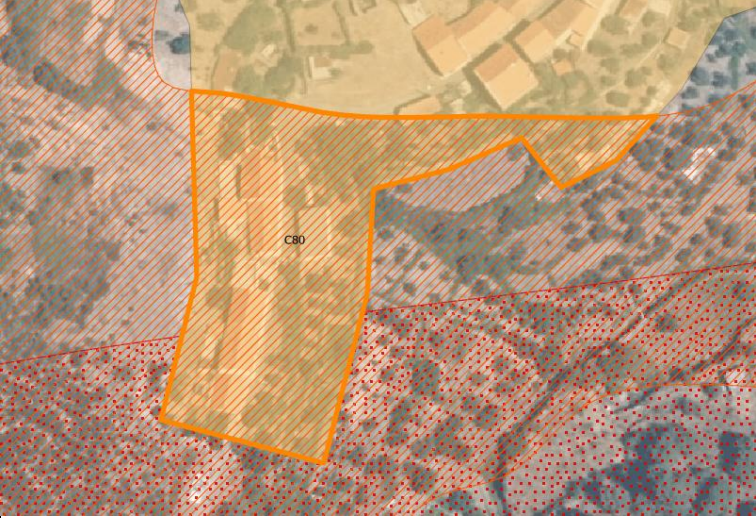
C67	1 969,59	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C67, corresponde à C66 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C68	919,25	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações pertencentes ao aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C68, corresponde à C67 (proposta para DP).</p> <p>Relativamente à apresentação do comprovativo de legalidade, ver justificação à exclusão C67.</p>	Recomendação acolhida
C69	4 211,91	AIV	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C69, corresponde à C68 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão é retificada consoante as correções ao limite do AR (AR13).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida

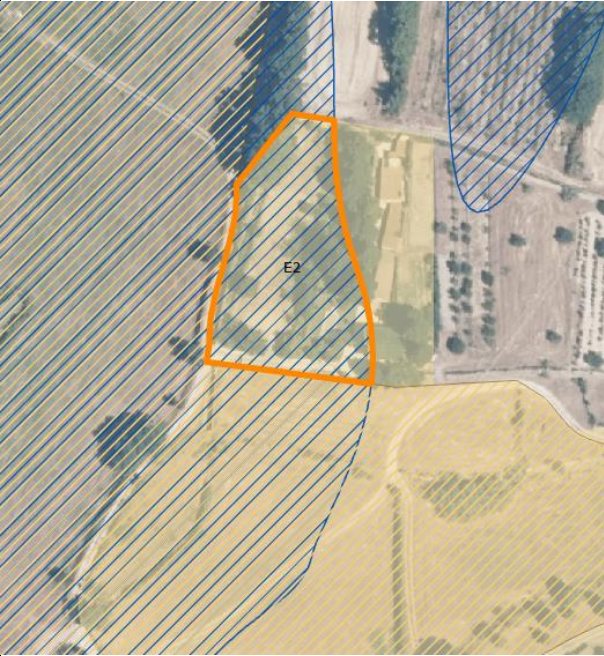
								<p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C70	2 543,82	ZAC	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.	Favorável condicionado	1	condicionado à sua integração na planta de zonas inundáveis	<p>Note-se que a C70, corresponde à C69 (proposta para DP).</p> <p>Esta Exclusão, é corrigida em conformidade da atualização do limite do PU,</p> <p>As áreas de ZAC abrangidas por exclusões do tipo C, integrarão a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguardas/Riscos, como “Zonas Inundáveis”.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C71	961,63	AIV	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	Área ocupada por edifícios com uso coletivo, parcialmente infraestruturada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN, incluindo a mancha C73 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C71+C73, corresponde à C71 (proposta para DP).</p> <p>O limite da Exclusão é reformulado, unindo-se à C73, segundo a indicação da Entidade. Contudo, note-se que a restante mancha de REN (AIV), a montante das edificações (localizadas já no limite do PU) corresponde a zonas de vertentes. Mantem-se a opção de privilegiar a proteção aos rios naturais nestas áreas.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação parcialmente acolhida


								<div></div> <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> <div></div>	
C72	411,13	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C72, corresponde à C70 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> <div></div>	Recomendação acolhida


								Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C73	4 287,81	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN, incluindo a mancha C71 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C71+C73, corresponde à C71 (proposta para DP). O limite da Exclusão é reformulado, unindo-se à C71, segundo a indicação da Entidade. Ver justificação à exclusão C71.	Recomendação acolhida
C74	4 780,53	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C74, corresponde à C72 (proposta para DP). Esta Exclusão é retificada (ligeiras correções) de modo a abranger uma pequena área de AIV que, por lapso, não tinha sido incluída. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.  Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000. Apresenta-se a nova conformação da Exclusão: 	Recomendação acolhida
C75	2 603,10	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, comprometida pelo licenciamento de 05/04/2024 (nº 143/23) para armazém, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, não agravando o risco e a exp. à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN até ao limite da CALM condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	Note-se que a C75, corresponde à C73 (proposta para DP). A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, abrangendo a restante área de AIV circunscrita até à área CALM. Parte das áreas AIV, sobrepostas com CALM, tipologia onde não há lugar a exclusões não são incluídas na Exclusão. Note-se que a restante mancha de REN (AIV) corresponde a zonas de vertentes bastante íngremes. Mantém-se a opção de privilegiar a proteção aos ricos naturais nestas áreas. Relativamente ao comprovativo de legalidade das construções existentes, ver justificação à C74.	Recomendação parcialmente acolhida

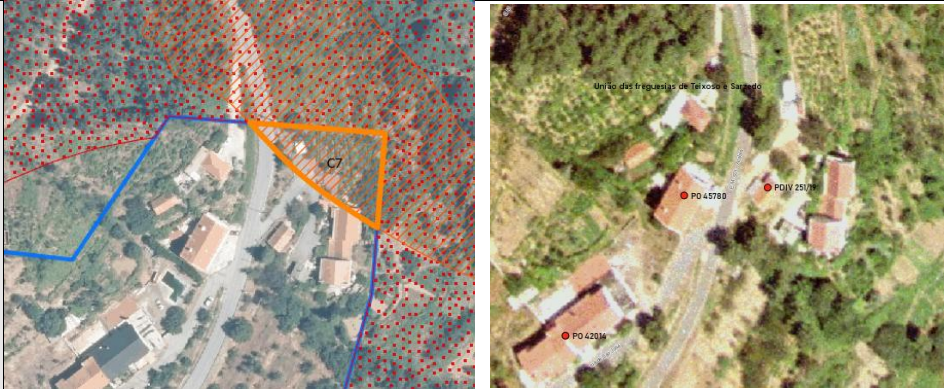
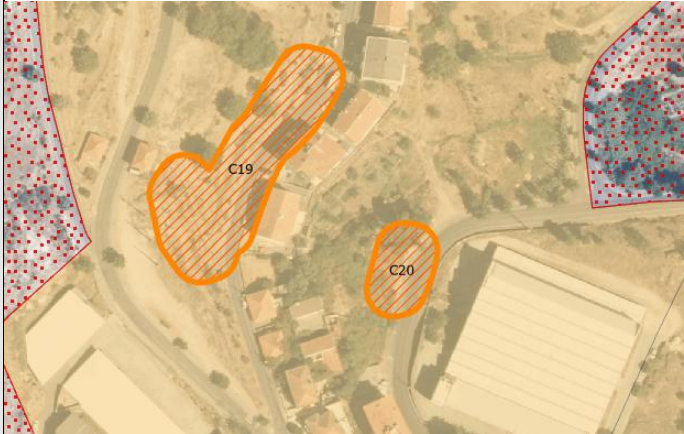

								Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:	
									
C76	2 693,98	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>   <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	Recomendação acolhida
C77	2 637,98	AIV	Espaços Centrais	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C77, corresponde à C79 (proposta para DP).</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	Recomendação acolhida


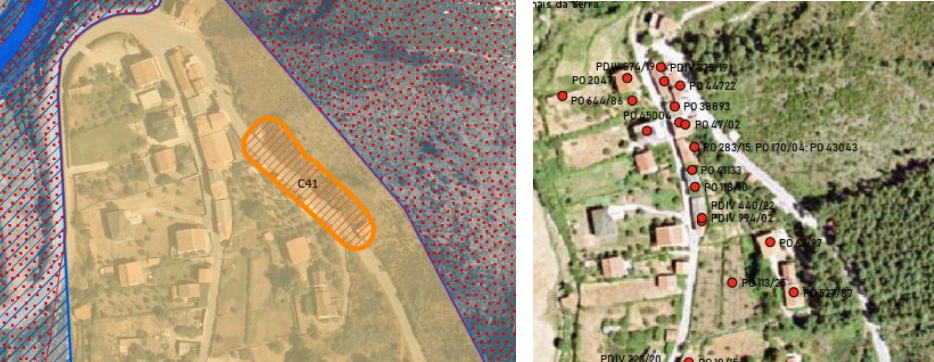
								 <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C78	327,93	AIV	Espaços Centrais	Área sem ocupação edificada, urbanizada, cuja exclusão visa a preservação e regeneração urbana, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.	Favorável condicionado	1	agrupar as duas manchas C78 e C79 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C78+C79, corresponde à C80 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, sendo unidas as Exclusões C78 e C79</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto QGIS; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
C79	2 863,58	AIV	Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.	Favorável condicionado	1	agrupar as duas manchas C78 e C79 condicionado à apresentação do comprovativo de legalidade das construções existentes	<p>Note-se que a C78+C79, corresponde à C80 (proposta para DP).</p> <p>A Exclusão é retificada segundo o indicado pela Entidade, sendo unidas as Exclusões C78 e C79 Ver justificação anterior.</p>	Recomendação acolhida



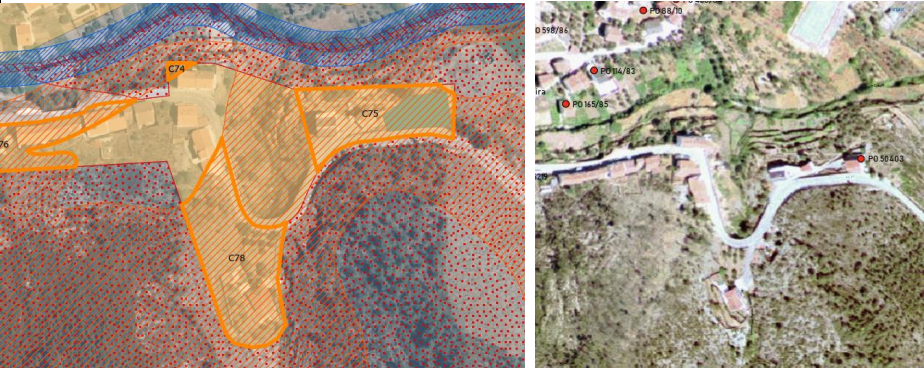
E1	25 849,37	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a preservação e consolidação do aglomerado, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável condicionado	2	condicionado à pronúncia do ICNF sobre a proposta de aglomerado rural	<p>Não será alterada a delimitação da Exclusão.</p> <p>É mantida a proposta de Aglomerado Rural. Uma vez que o ICNF não se pronunciou desfavoravelmente sobre o AR em apreço, o cumprimento da condição resulta em pronúncia favorável à exclusão apresentada.</p>	Contributo registado
E2	7 348,77	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2	RAN - não pedem a exclusão da RAN devem ponderar a exclusão da RAN	<p>Embora a exclusão se apresente com parecer favorável, a mesma é retificada, circunscrevendo-se ao lote edificado a norte e, consequentemente, ao limite da RAN (proposta).</p> <p>Mantem-se a proposta da RAN sem exclusão nesta área (ver Notas e Comentários ORD.CQS.49 ao quadro de ponderação da CCDRC_PDM (Plano))</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Contributo registado
E3	928,90	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E4	997,22	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado


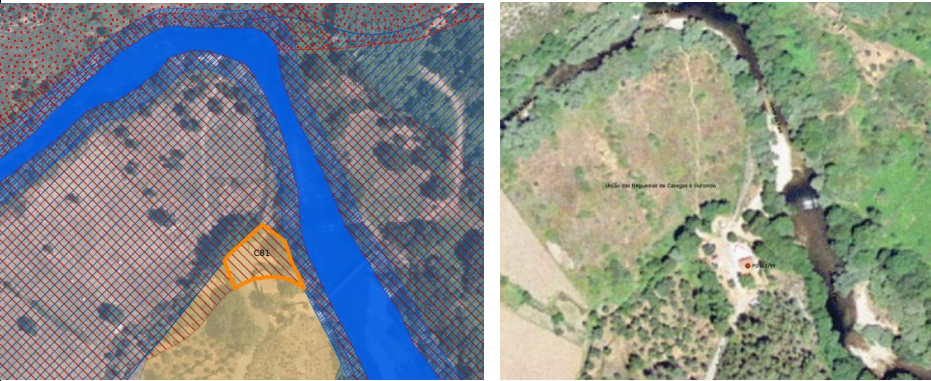
E5	52 357,14	AEIPRA AEIPRA+AER EHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E6	5 976,98	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, com infraestruturação programada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável	2			Contributo registado
E7	42 226,25	AEIPRA	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por habitações, com infraestruturação programada, cuja exclusão visa a regeneração e consolidação urbana, contribuindo para a satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementares.	Favorável	2			Contributo registado
E8	92 725,29	AEIPRA	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável condicionado	4	reformular a mancha a sul para minimização dos impactos na tipologia em presença, conforme parecer do ordenamento	<p>A Exclusão será retificada segundo a nova delimitação da AED (AED09) (diminuição da profundidade, na zona sul). Procede-se ainda à retificação até ao limite da RAN (proposta) de modo a não haver Exclusão da REN em área RAN.</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	Recomendação acolhida
E9	934,47	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado

E10	48 980,07	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
E11	1 016,39	AEREHS	Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações e edificado à atividade agrícola, pecuária e florestal, cuja exclusão visa a qualificação das construções existentes ou novas construções para satisfação de carências habitacionais e de outros usos complementar	Favorável	2			Contributo registado
Apresentação e justificação de Novas Exclusões									
C6			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AR 22 Amieiral, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C7			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AR 25 Quintas da Atalaia (norte), sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	

								
							Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C20			Espaços Habitacionais Tipo I	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			<p>Exclusão proposta recorrente da indicação da Entidade à ponderação da exclusão C18: <i>“reformular a exclusão de modo a abranger toda a mancha de REN e eliminar da REN a pequena mancha isolada”</i></p> <p>Atendendo que na delimitação de AIV, não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão desta área de AIV.</p> <p>Ver justificação à Exclusão C18 (Note-se que a C18, corresponde à C19 (proposta para DP))</p> <p>Apresenta-se a nova conformação da Exclusão:</p> 	
C34			Espaços Habitacionais Tipo I, Espaços de Equipamentos	Área ocupada por habitação, cuja exclusão visa a preservação, regeneração urbana e colmatação do PU, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa			<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 36 Covilhã, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	
							Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	

C40			Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços Verdes de Enquadramento	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 44 Unhais da Serra, sobrepostos com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C41			Aglomerado Rural	Área ocupada por habitações, pertencente ao núcleo do aglomerado, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.				<p>Atendendo à indicação da Entidade, relativamente à eliminação de pequenas manchas de AIV, e uma vez que não existe nenhum passo metodológico que possibilite a eliminação de manchas isoladas, é proposta a exclusão desta AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>  <p>Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.</p>	
C50			Área de Edificação Dispersa	Área ocupada por habitações, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, dado que a ocupação edificada, não agravando significativamente o risco de erosão por escoamento superficial.				<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no AED 11 Erada (ponte), sobrepostos com AEREHS.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p>	

									
								Fonte: 1) Extrato do projeto SIG; 2) Extrato de ortofotomapa referente ao ano de 2000.	
C61		Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificação, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, condicionada à integração em zona inundável para minimização das consequências da ocorrência de cheias.					<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN.</p> <p>Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU Paul sobrepostos com ZAC.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	
C74		Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.					<p>Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN.</p> <p>Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV.</p> <p>Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1.</p> 	

C75			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, comprometida pelo lic. de 26/10/2024, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV. Ver justificação à C74.	
C77			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por edificações, cuja exclusão visa a preservação, regeneração urbana e colmatação do PU, dado que o seu grau de consolidação atenua o risco ao movimento de massas.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas de AIV, com presença de edificações e que a sua exclusão privilegia a colmatação do PU 23 São Jorge da Beira. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. 	
C78			Espaços Habitacionais Tipo II	Área ocupada por habitações, urbanizada, cuja exclusão visa a compatibilização com o uso atual, não agravando o risco e a exposição à ocorrência de movimentos de massa.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 23 São Jorge da Beira com AIV. Ver justificação à C74.	
C81			Espaços Urbanos de Baixa Densidade	Área ocupada por edificações, cuja exclusão visa a preservação, regen. urbana e colmatação do PU, e compatib. com o uso atual, condicionada à integração em ZI para minim. das consequências da ocorrência de cheias.			Exclusão, por lapso, não contemplada na anterior proposta de delimitação da REN. Esta área é relativa às áreas ocupadas com habitações, presentes no PU 34 Ourondo, sobrepostas com ZAC. Apresenta-se comprovativo da legalidade das construções existentes, nos mesmos moldes utilizados nas Notas e Comentários da exclusão C1. 	

Ponderação do parecer da CCDRC

(matéria de RAN)

17/09/2025

QUADRO 4

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO – UNIDADE DE AGRICULTURA E PISCAS (CCDR-CUAP)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva¹

DELIMITAÇÃO DA RAN

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.001	Exclusão	Solo Urbano	Ev 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Espaço verde	-	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	27011	2,7	DESFAVORÁVEL	ESPAÇO VERDE ENTRE URBANO E SOLO RÚSTICO - COM MUITA AREA POR EXECUTAR A POENTE DA VIA	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.002	Exclusão	Solo Urbano	Ev 02	Aje 01	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Espaço verde	Ajuste cartográfico	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	34943	3,49	DESFAVORÁVEL	LINHA DE ÁGUA - REN - ESPAÇO VERDE ENTRE URBANO E SOLO RÚSTICO - COM MUITA AREA POR EXECUTAR A POENTE DA VIA	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.003	Exclusão	Solo Urbano	Ev 02	Ue 04	Espaços Urbanos/ Espaços Urbanizáveis/ Espaços Agrícolas - AGAA/ ABAHA CB/ Esp Nat e Cult - APV	Espaço verde	Expansão urbana	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	310624	31,06	DESFAVORÁVEL	ESPAÇO COM CULTURAS AGRÍCOLAS PERMANENTES	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.004	Exclusão	Solo Urbano	Ev 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Espaço verde	-	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	3194	0,32	DESFAVORÁVEL	MANTER CONTINUIDADE DA RAN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.005	Exclusão	Solo Urbano	Ev 04	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Espaço verde	-	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	2270	0,23	DESFAVORÁVEL	MANTER CONTINUIDADE DA RAN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.006	Exclusão	Solo Urbano	Ev 04	-	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Espaço verde	-	PU 33	PU 03	Boidobra	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	10105	1,01	DESFAVORÁVEL	LINHA DE ÁGUA - REN - ESPAÇO VERDE ENTRE URBANO E SOLO RÚSTICO - COM MUITA AREA POR	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida

¹ Acrescentadas, também na informação geográfica, as colunas identificadas a verde.

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
															EXECUTAR A POENTE DA VIA		
RAN.007	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	Aje 02	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	Ajuste cartográfico	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	2898	0,29	DESFAVORÁVEL	COM REN - COM PROFUNDIDADE SUFICIENTE	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.008	Exclusão	Solo Urbano	Ua 02	-	Espaços Urbanos	Acerto urbano	-	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Centrais	416	0,04	DESFAVORÁVEL	COM REN - COM PROFUNDIDADE SUFICIENTE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.009	Exclusão	Solo Urbano	Uc 02	Aje 01	Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatação	Ajuste cartográfico	PU 03	PU 06	Bairro dos Freixos (Boidobra)	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	4682	0,47	DESFAVORÁVEL	MANTER CONTINUIDADE DA RAN	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.010	Exclusão	Solo Urbano	Uc 03	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatação	-	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	5405	0,54	DESFAVORÁVEL	MANTER CONTINUIDADE DA RAN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.011	Exclusão	Solo Urbano	Uc 04	Aje 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatação	Ajuste cartográfico	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1653	0,17	DESFAVORÁVEL	COM REN	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.012	Exclusão	Solo Urbano	Ue 02	Aje 03	Espaços Urbanos/ Espaços Urbanizáveis/ Espaços Agrícolas - AGAA	Expansão urbana	Ajuste cartográfico	PU 03	PU 03	Boidobra	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1227	0,12	DESFAVORÁVEL	ABRANGE ÁREA AGRÍCOLA COM CULTURAS PERMANENTES	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.013	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 04	PU 07	Quinta Branca	Espaços Habitacionais -	957	0,1	DESFAVORÁVEL	JÁ DELIMITADO PELO CADASTRO	Eliminar proposta de	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
											Espaços Habitacionais Tipo II					exclusão. Alterar qualificação para EAP.	
RAN.014	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Acerto urbano	-	PU 06	PU 09	Cortes de Baixo	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	4518	0,45	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO A EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.015	Exclusão	Solo Urbano	Ua 03	Aje 03	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Acerto urbano	Ajuste cartográfico	PU 06	PU 09	Cortes de Baixo	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1327	0,13	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO AO EDIFICADO PELO CADASTRO	Alterar qualificação para EAC. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.016	Exclusão	Solo Urbano	Uc 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Colmatção	-	PU 06	PU 09	Cortes de Baixo	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1024	0,1	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO AO EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.017	Exclusão	Solo Urbano	Ue 01	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Expansão urbana	-	PU 06	PU 09	Cortes de Baixo	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	4576	0,46	DESFAVORÁVEL	RAN JÁ AJUSTADA AO EDIFICADO - COM ALTERNATIVA FORA DA RAN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.018	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE/ Espaços Naturais e Culturais - AEP PNSE	Acerto urbano	-	PU 07	PU 10	Cortes do Meio	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	3170	0,32	DESFAVORÁVEL	PU COM MUITA ÁREA DISPONIVEL	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.019	Exclusão	Solo Urbano	Ua 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 12	PU 15	Erada	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	2509	0,25	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO A EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.020	Exclusão	Solo Urbano	Aje 01	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 13	PU 16	Ferro	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	2049	0,2	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO A EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.021	Exclusão	Solo Urbano	Aje 02	-	Espaços Urbanizáveis/ Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 13	PU 16	Ferro	Espaços Habitacionais - Espaços	1015	0,1	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
											Habitacionais Tipo II					qualificação para EAP.	
RAN.022	Exclusão	Solo Urbano	Aje 03	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Ajuste cartográfico	-	PU 13	PU 16	Ferro	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	344	0,03	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.023	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatção	-	PU 13	PU 16	Ferro	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1986	0,2	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO A EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.024	Exclusão	Solo Urbano	Aje 01	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	913	0,09	DESFAVORÁVEL	JÁ COM ACERTO CONSTR	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.025	Exclusão	Solo Urbano	Ev 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Espaço verde	-	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	68820	6,88	DESFAVORÁVEL	LIN ÁGUA - AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.026	Exclusão	Solo Urbano	Ua 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	485	0,05	DESFAVORÁVEL	JÁ RETIRADO O EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.027	Exclusão	Solo Urbano	Ua 05	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	196	0,02	DESFAVORÁVEL	JÁ AJUSTADO AO EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.028	Exclusão	Solo Urbano	Uc 02	Uc 02	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatção	Colmatção	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	16671	1,67	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de área a norte por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.029	Exclusão	Solo Urbano	Uc 05	Aje 04	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Colmatção	Ajuste cartográfico	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	9581	0,96	DESFAVORÁVEL	LIN AGUA - REN	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de	Recomendação parcialmente acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																pequena área por acerto ao PU.	
RAN.030	Exclusão	Solo Urbano	Uc 06	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatação	-	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	5920	0,59	DESFAVORÁVEL	JÁ COM ACERTO AO EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.031	Exclusão	Solo Urbano	Uc 09	Aje 03	Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatação	Ajuste cartográfico	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1029	0,1	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Manter proposta de exclusão por existência de edificado e coerência de desenho do PU.	Recomendação não acolhida
RAN.032	Exclusão	Solo Urbano	Ue 01	Aje 02	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Expansão urbana	Ajuste cartográfico	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	2648	0,26	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.033	Exclusão	Solo Urbano	Ue 02	Ua 06 e 07	Espaços Agrícolas - AGAA	Expansão urbana	Acerto urbano	PU 16	PU 19	Paul	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	35424	3,54	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de duas áreas por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.034	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Acerto urbano	-	PU 17	PU 20	Castanheira de Cima	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1007	0,1	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.035	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Colmatação	-	PU 18	PU 21	Peraboa	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	3559	0,36	DESFAVORÁVEL	JÁ COM ACERTO CONSTR	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.036	Exclusão	Solo Urbano	Aje 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 20	PU 23	São Jorge da Beira	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	372	0,04	DESFAVORÁVEL	LIN ÁGUA - REN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.037	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Colmatação	-	PU 20	PU 23	São Jorge da Beira	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1883	0,19	DESFAVORÁVEL	LIN ÁGUA - REN	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.038	Exclusão	Solo Urbano	Aje 01	-	Espaços Urbanos	Ajuste cartográfico	-	PU 21	PU 24	Sobral de São Miguel	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	170	0,02	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.039	Exclusão	Solo Urbano	Ev 01	-	Espaços Urbanos	Espaço verde	-	PU 21	PU 24	Sobral de São Miguel	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	2583	0,26	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.040	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Urbanos	Acerto urbano	-	PU 21	PU 24	Sobral de São Miguel	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	360	0,04	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.041	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	-	Espaços Urbanos/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Colmatação	-	PU 21	PU 24	Sobral de São Miguel	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	3084	0,31	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.042	Exclusão	Solo Urbano	Uc 02	-	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Colmatação	-	PU 21	PU 24	Sobral de São Miguel	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	355	0,04	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.043	Exclusão	Solo Urbano	Ue 02	Aje 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Expansão urbana	Ajuste cartográfico	PU 25	PU 28	Tortosendo	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	42959	4,3	DESFAVORÁVEL	URBANO COM MUITO ESPAÇO DISPONIVEL - CULTURAS PERMANENTES	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao edificado.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.044	Exclusão	Solo Urbano	Aje 01	Aje 02	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	229	0,02	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área	Recomendação parcialmente acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																por acerto ao edificado.	
RAN.045	Exclusão	Solo Urbano	Aje 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Ajuste cartográfico	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	573	0,06	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.046	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1625	0,16	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.047	Exclusão	Solo Urbano	Ua 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	927	0,09	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.048	Exclusão	Solo Urbano	Ua 03	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	3293	0,33	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.049	Exclusão	Solo Urbano	Ua 04	Aje 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	Ajuste cartográfico	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	786	0,08	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao edificado.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.050	Exclusão	Solo Urbano	Ua 05	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1562	0,16	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.051	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	-	Espaços Urbanos	Colmatção	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	3801	0,38	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.052	Exclusão	Solo Urbano	Uc 02	Ua 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatção	Acerto urbano	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	4472	0,45	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de	Recomendação parcialmente acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																exclusão de pequena área por acerto ao PU.	
RAN.053	Exclusão	Solo Urbano	Uc 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Colmatção	-	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1208	0,12	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.054	Exclusão	Solo Urbano	Uc 04	Uc 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Colmatção	Colmatção	PU 26	PU 29	Barco	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	3335	0,33	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.055	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	Aje 01	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatção	Ajuste cartográfico	PU 30	PU 33	Casegas	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	2845	0,28	DESFAVORÁVEL	QUAL O INTERESSE? - JÁ AJUSTADO PELO EDIFICADO	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.056	Exclusão	Solo Urbano	Ev 03	Aje 02	Espaços Urbanos/ Espaços Urbanizáveis/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais	Espaço verde	Ajuste cartográfico	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	27638	2,76	DESFAVORÁVEL	DELIMITAR PU PELO LIMITE DA RAN	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao arruamento.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.057	Exclusão	Solo Urbano	Ev 05	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Espaço verde	-	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	43109	4,31	DESFAVORÁVEL	LINHA DE ÁGUA - REN - ESPAÇO VERDE ENTRE URBANO E SOLO RÚSTICO - COM MUITA AREA POR EXECUTAR A POENTE DA VIA	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.058	Exclusão	Solo Urbano	Ev 06	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Espaço verde	-	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Utilização Coletiva	1265	0,13	DESFAVORÁVEL	LIGAÇÃO CHARCA COM AREA REGA	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.059	Exclusão	Solo Urbano	Ev 07	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Espaço verde	-	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	2649	0,26	DESFAVORÁVEL	URBANO COM MUITO ESPAÇO DISPONIVEL LIN ÁGUA	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.060	Exclusão	Solo Urbano	Ev 08	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Espaço verde	-	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	7459	0,75	DESFAVORÁVEL	URBANO COM MUITO ESPAÇO DISPONIVEL LIN ÁGUA	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.061	Exclusão	Solo Urbano	Ua 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Acerto urbano	-	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	433	0,04	DESFAVORÁVEL	PATAMARES??	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.062	Exclusão	Solo Urbano	Ua 04	Ua 04	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Acerto urbano	Acerto urbano	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	1386	0,14	DESFAVORÁVEL	JÁ DELIMIT PELO EDIFICADO	Manter proposta de exclusão. Área isolada e sem continuidade.	Recomendação não acolhida
RAN.063	Exclusão	Solo Urbano	Ue 04	Aje 03 e 04	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Expansão urbana	Ajuste cartográfico	PU 33	PU 36	Covilhã	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	18963	1,9	DESFAVORÁVEL	URBANO COM MUITO ESPAÇO DISPONIVEL LIN ÁGUA	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de duas pequenas áreas por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.064	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	Aje 04	Espaços Agrícolas - AGAA	Colmatção	Ajuste cartográfico	PU 35	PU 38	Vales do Rio	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	777	0,08	DESFAVORÁVEL	LIN ÁGUA REN	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.065	Exclusão	Solo Urbano	Aje 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 38	PU 41	Teixoso	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	736	0,07	DESFAVORÁVEL	PU COM PROFUND SUFICIENTE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.066	Inclusão	Solo Rústico	RAji 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	PU 38	PU 41	Teixoso	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	252	0,03	DESFAVORÁVEL	JÁ DELIMITADO PELO CADASTRO	Eliminar proposta de inclusão.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.067	Exclusão	Solo Urbano	Ua 03	Aje 02/03/04	Espaços Agrícolas - AGAA	Acerto urbano	Ajuste cartográfico	PU 38	PU 41	Teixoso	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	2983	0,3	DESFAVORÁVEL	APRESENTAR LICENÇ CONSTRU	Alterar qualificação para EAP. Manter proposta de exclusão de três pequenas áreas por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.068	Exclusão	Solo Urbano	Uc 04	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE/ Espaços Naturais e Culturais - AEP PNSE	Colmatção	-	PU 41	PU 44	Unhais da Serra	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	490	0,05	DESFAVORÁVEL	JÁ DELIMIT PELO EDIFICADO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.069	Exclusão	Solo Urbano	E 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Equipamento	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços de Uso Especial - Espaços de Equipamentos	2719	0,27	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.070	Exclusão	Solo Urbano	Ev 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Espaço verde	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	7761	0,78	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.071	Exclusão	Solo Urbano	Ev 02	-	Espaços Urbanos/ Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Espaço verde	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Verdes - Espaços Verdes de Enquadramento	1635	0,16	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.072	Exclusão	Solo Urbano	Ua 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Acerto urbano	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	3794	0,38	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.073	Exclusão	Solo Urbano	Ua 04	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Acerto urbano	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	1686	0,17	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.074	Exclusão	Solo Urbano	Ua 05	Aje 01	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Acerto urbano	Ajuste cartográfico	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	817	0,08	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificação para EAC. Manter proposta de exclusão de pequena área	Recomendação parcialmente acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																por acerto ao edificado.	
RAN.075	Exclusão	Solo Urbano	Uc 01	Uc 01	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Colmatção	Colmatção	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	6073	0,61	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificção para EAC. Manter proposta de exclusão de área por acerto ao PU.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.076	Exclusão	Solo Urbano	Uc 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Colmatção	-	PU 42	PU 45	Verdelhos	Espaços Habitacionais - Espaços Habitacionais Tipo II	771	0,08	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificção para EAC.	Recomendação acolhida
RAN.077	Exclusão	Solo Rústico	Rco 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Contenção	-	AED 03	AED 03	Monturos e Ronção	Áreas de Edificação Dispersa	3250	0,33	DESFAVORÁVEL	COMPATIVEL COM SOLO RUSTICO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificção para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.078	Exclusão	Solo Rústico	RAJe 01	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Ajuste cartográfico	-	AED 13	AED 13	Lameiros	Áreas de Edificação Dispersa	563	0,06	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificção para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.079	Exclusão	Solo Rústico	Rco 01	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Contenção	-	AED 16	AED 16	Rasas	Áreas de Edificação Dispersa	1595	0,16	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificção para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.080	Exclusão	Solo Rústico	Rco 02	Rco 01	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE/ Espaços Naturais e Culturais - AEP PNSE	Contenção	Contenção	AED 28	AED 28	Ameixeira	Áreas de Edificação Dispersa	658	0,07	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Alterar qualificção para EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto à AED.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.081	Exclusão	Solo Rústico	RAJe 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	-	AED 38	AED 39	Quinta de Vale das Donas	Áreas de Edificação Dispersa	493	0,05	DESFAVORÁVEL	COMPATIVEL COM SOLO RUSTICO	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificção para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.082	Exclusão	Solo Rústico	Rco 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Contenção	-	AED 49	AED 51	Vales do Rio	Áreas de Edificação Dispersa	2422	0,24	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
															- JÁ DELIMITADO PELO EDIFICADO	Manter qualificação como AED.	
RAN.083	Exclusão	Solo Rústico	Rco 02	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Contenção	-	AED 62	AED 64	Ribeira dos Poucos	Áreas de Edificação Dispersa	1457	0,15	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE - COM CULTURAS PERMANENTES	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.084	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA PNSE	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	565	0,06	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.085	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 02	-	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	1281	0,13	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.086	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	299	0,03	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.087	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 04	-	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	540	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.088	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 05	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	758	0,08	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.089	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 06	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	508	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.090	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 07	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	533	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.091	Exclusão	Solo Rústico	EFPd 08	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental/Espaços agrícolas complementares e de proteção e enquadramento	Para inserção em EFPd	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Produção	14290	1,43	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPd.	Recomendação acolhida
RAN.092	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 01	EFPt 01	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPt	Para inserção em EFPt	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	12324	1,23	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Área com ocupação florestal densa e sem continuidade da RAN.	Recomendação não acolhida
RAN.093	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	18790	1,88	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.094	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	252	0,03	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.095	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 04	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	596	0,06	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.096	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 05	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	378	0,04	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.097	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 06	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	869	0,09	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.098	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 07	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	508	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.099	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 08	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	1012	0,1	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.100	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 09	-	Espaços Naturais e Culturais - AEP PNSE	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	1231	0,12	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.101	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 09	RAJe 06	Áreas especiais de protecção (PNSE)	Para inserção em EFPt	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	120	0,01	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão por acerto à cartografia. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação não acolhida
RAN.102	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 10	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	14102	1,41	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.103	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 11	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	156	0,02	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.104	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 12	-	Áreas de Grande Aptidão Agrícola/Áreas de Proteção e Valorização Ambiental	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	1091	0,11	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.105	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 13	-	Áreas a Beneficiar pelo Aproveitamento Hidro-Agrícola da Cova da Beira	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	1351	0,14	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EFPt.	Recomendação acolhida
RAN.106	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 14	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Florestais de Proteção	511	0,05	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.107	Exclusão	Solo Rústico	EFPt 15	-	Áreas de Grande Aptidão Agrícola	Para inserção em EFPt	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços	393	0,04	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
											Florestais de Proteção					Alterar qualificação para EAP.	
RAN.108	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 01	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	3123	0,31	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.109	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	1380	0,14	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.110	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 03	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	3678	0,37	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.111	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 04	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	720	0,07	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.112	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 05	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	2838	0,28	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.113	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 06	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	1783	0,18	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.114	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 07	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	2684	0,27	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Manter qualificação como EMUSA.	Recomendação acolhida
RAN.115	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 08	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	840	0,08	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.116	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 09	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaços Agrícolas - EACPE	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	1120	0,11	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.117	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 10	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	1509	0,15	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.118	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 11	-	Espaços Agrícolas - EACPE/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	915	0,09	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.119	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 12	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	8479	0,85	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.120	Exclusão	Solo Rústico	EMUSA 13	-	Áreas de Proteção e Valorização Ambiental/Espaços agrícolas complementares e de proteção e enquadramento	Para inserção em EMUSA	-	-	-	-	Espaços Florestais - Espaços Mistos de Uso Silvícola e Agrícola	4610	0,46	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.121	Exclusão	Solo Rústico	OEA 02	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	324	0,03	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.122	Exclusão	Solo Rústico	OEA 03	RAJe 05	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	3811	0,38	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Ajuste a limites físicos.	Recomendação não acolhida
RAN.123	Exclusão	Solo Rústico	OEA 04	RAJe 03	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	504	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Ajuste a limites físicos.	Recomendação não acolhida
RAN.124	Exclusão	Solo Rústico	OEA 05	RAJe 04	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	5129	0,51	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Ajuste a limites físicos.	Recomendação não acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
RAN.125	Exclusão	Solo Rústico	OEA 06	-	Espaços Agrícolas - EACPE	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	323	0,03	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação como EAP.	Recomendação acolhida
RAN.126	Exclusão	Solo Rústico	OEA 07	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	507	0,05	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação como EAP.	Recomendação acolhida
RAN.127	Exclusão	Solo Rústico	OEA 08	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	615	0,06	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.128	Exclusão	Solo Rústico	OEA 09	-	Espaços Agrícolas - AGAA	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	7355	0,74	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.129	Exclusão	Solo Rústico	OEA 10	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - ABAHA CB	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	347	0,03	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.130	Exclusão	Solo Rústico	OEA 11	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaço Agrícola - EACPE	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	6434	0,64	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.131	Exclusão	Solo Rústico	OEA 12	OEA 02	Espaços Urbanizáveis/ Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Para inserção em OEA	Para inserção em OEA (compatibilização com REN)	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	19028	1,9	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão da área coincidente com exclusão da REN. Manter área excluída como OEA e alterar a qualificação da área restante para EAP.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.132	Exclusão	Solo Rústico	OEA 13	-	Espaços Agrícolas - AGAA/ Espaços Agrícolas - EACPE	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	11311	1,13	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Eliminar proposta de exclusão. Alterar	Recomendação acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																qualificação para EAP.	
RAN.133	Exclusão	Solo Rústico	OEA 14	-	Espaços Urbanos/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	883	0,09	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.134	Exclusão	Solo Rústico	OEA 15	-	Espaços agrícolas complementares e de proteção e enquadramento	Para inserção em OEA	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	34	0	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.135	Exclusão	Solo Rústico	OEA 16	OEA 03	Áreas de Grande Aptidão Agrícola	Para inserção em OEA	Para inserção em OEA	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	894	0,09	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Manter qualificação como OEA.	Recomendação não acolhida
RAN.136	Exclusão	Solo Rústico	OEA 17	OEA 04	Áreas de Grande Aptidão Agrícola	Para inserção em OEA	Para inserção em OEA	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	2011	0,2	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão. Manter qualificação como OEA.	Recomendação não acolhida
RAN.137	Exclusão	Solo Rústico	RAje 01	RAje 01	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	396	0,04	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão por existência de edificado.	Recomendação não acolhida
RAN.138	Exclusão	Solo Rústico	RAje 02	RAje 08	Espaços Agrícolas - EACPE/ Espaços Naturais e Culturais - APVA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	1613	0,16	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Manter qualificação como EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao edificado.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.139	Exclusão	Solo Rústico	RAje 03	-	Espaços Agrícolas - ABAHA CB/ Espaço Agrícola - EACPE	Ajuste cartográfico	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Outros Espaços Agrícolas	737	0,07	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida
RAN.140	Exclusão	Solo Rústico	RAje 04	RAje 09	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	558	0,06	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Manter qualificação como EAP. Manter proposta de exclusão de	Recomendação parcialmente acolhida

N.º REF.ª	RAN	CLASS_SOLO	CODIGO	CODIGO_DP	USO_ATUAL	JUSTIFICAC	JUSTIF_DP	COD_PU_AR	COD_PU_DP	PU_AR_AED	USO_PROPOS	AREA (m²)	AREA (ha)	CCDR CENTRO		MUNICÍPIO DA COVILHÃ	
														PARECER	JUSTIFICAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
																pequena área por acerto ao edificado.	
RAN.141	Exclusão	Solo Rústico	RAJe 05	RAJe 10	Espaços Agrícolas - AGAA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	346	0,03	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Manter qualificação como EAP. Manter proposta de exclusão de pequena área por acerto ao edificado.	Recomendação parcialmente acolhida
RAN.142	Exclusão	Solo Rústico	RAJe 06	RAJe 02	Espaços Naturais e Culturais - APVA	Ajuste cartográfico	Ajuste cartográfico	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	80	0,01	DESFAVORÁVEL	NÃO EXISTE INCOMPATIBILIDADE	Manter proposta de exclusão por existência de edificado.	Recomendação não acolhida
RAN.143	Exclusão	Solo Rústico	RAJe 07	-	Espaços agrícolas complementares e de proteção e enquadramento	Ajuste cartográfico	-	-	-	-	Espaços Agrícolas - Espaços Agrícolas de Produção	289	0,03	DESFAVORÁVEL	POR ABRANGER AH	Eliminar proposta de exclusão. Alterar qualificação para EAP.	Recomendação acolhida

Ponderação do parecer da CCDRC

(matéria de RAN)


28/01/2026



QUADRO 1


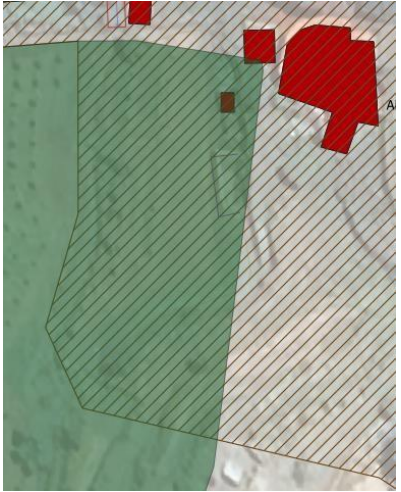
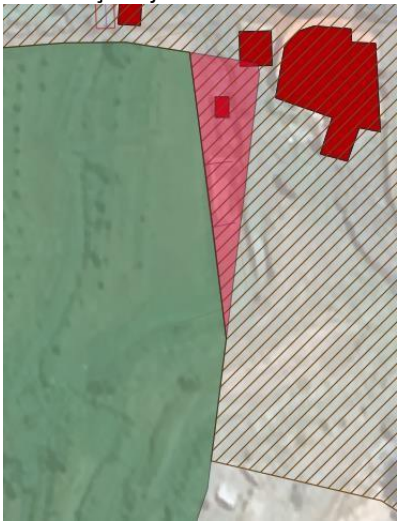
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO I.P. (CCDRC)




Proposta de Perímetros urbanos, Aglomerados Rurais e Áreas de Edificação Dispersa, reformulada após parecer final, em matéria de Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Aproveitamentos Hidroagrícolas (AH).


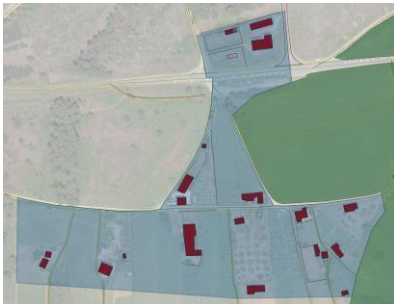

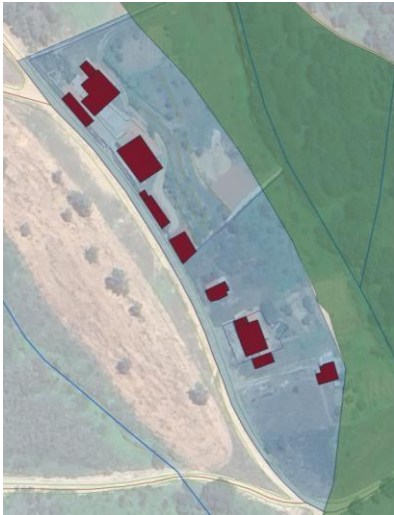
- Ponderação do parecer UOT-DOT 1087/2025 (Processo PDM-CB.03.00/3-20), de 23/12/2025 - Informação n.º UAP/DIGRH 461/2025 – MEF n.º 150.10.400 -

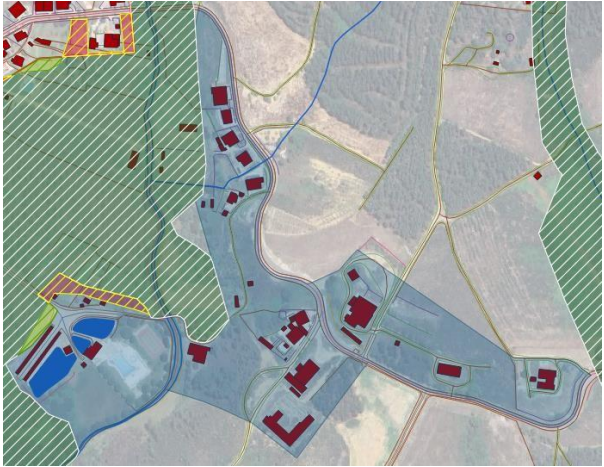

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PLANTA DE ORDENAMENTO							
PLANTA DE ORDENAMENTO – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO							
AR.06		<p>AR 06_ <i>Sítio das Naves</i> <i>Verifica-se que foi reformulado e significativamente reduzido o perímetro em atenção ao parecer emitido por esta CCDRC na reunião plenária final, que havia sido desfavorável por se tratar de áreas consideráveis em RAN e com edificações dispersas em parte da área.</i> <i>Aceita-se a nova proposta de AR, reformulado, integrando uma pequena faixa de RAN ao longo da linha de água de atravessamento do lugar, com a qual se articula. Aceite a área de exclusão da RAN, cf. parecer.</i></p>	2	Delimitação do AR aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite

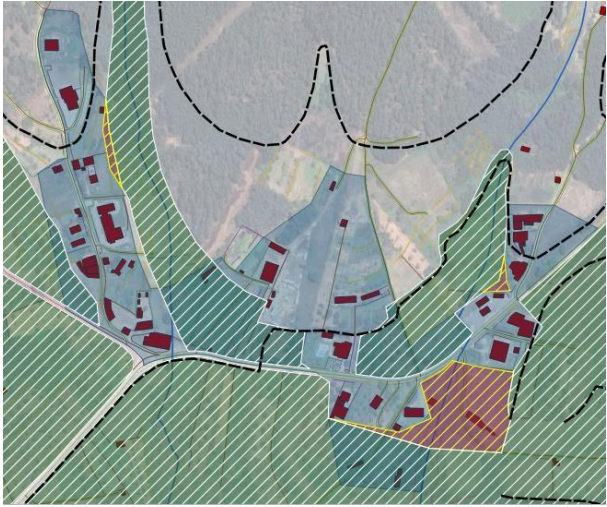
N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AR 12		<p>AR 12_ Vale da Cerdeira <i>Verifica-se que foi reformulado e reduzido o perímetro, passando a dois AR, em atenção ao parecer emitido na reunião plenária final, devidamente corrigido, acautelando a área em RAN/AH. Aceitam-se, assim, os novos AR.</i></p>	2	Delimitação do AR aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite
AR 24 (AR 27)		<p>AR 24_ Ribeira dos Poulos (passa a AR 27) <i>Aceita-se o AR, já expurgado da pequena área de RAN.</i></p>	2	Delimitação do AR aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite

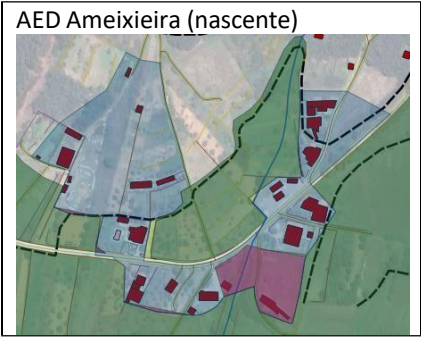
AR 26 (AR 29)		<p>AR 26_Bairro da Arxada (nascente) (passa a AR 29) Acertar o limite do AR pela RAN – em conformidade com o parecer sobre a RAN.</p>	2	<p>A delimitação do aglomerado seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>Sem prejuízo, atento à análise da CCDRC, comunicada em 23/12/2025, e verificando-se sobreposição parcial da RAN com as construções existentes, propõe que o limite do aglomerado seja aferido com referência à cartografia de base, seguindo a metodologia adotada no procedimento de revisão do PDM, o que resulta na alteração do limite do AR e proposta de exclusão da área assinalada no segundo recorte cartográfico apresentado no quadro infra:</p> <div><p>Proposta - setembro de 2025</p></div> <div><p>Ponderação - janeiro de 2026</p></div>	Parcialmente acolhido (situação a abordar em reunião setorial)	Acolhida a nova proposta da Câmara Municipal.	Aceite
------------------	--	---	---	---	---	--	--------


N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 04	<p>a</p> 	<p>AED 04_ Quinta da Gafeira <i>Verifica-se que é mantida a proposta de AED apresentada na reunião plenária final, sobre a qual esta CCDRC havia emitido o seguinte parecer desfavorável: «Verificando-se a existência de área considerável em RAN e um número reduzido de edificações, de carácter isolado, que não sustentam a delimitação como AED, não se encontra fundamentação para delimitação como AED».</i> <i>Uma vez que não é apresentada nova fundamentação nem reformulação da AED, mantêm-se os pressupostos e o parecer desta CCDRC, pelo que apenas se poderá aceitar reformulação da AED em duas, respeitando os limites da RAN.</i></p>	2	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>De acordo com a análise da CCDRC, comunicada em 23/12/2025, propõe-se que a AED seja dividida em duas, resultando da divisão a AED Quinta da Gafeira (nascente) e a AED Quinta da Gafeira (poente), e consequente renumeração de todas as AED.</p> <p>Sem prejuízo e seguindo a metodologia adotada no procedimento de revisão do PDM, propõe-se que os limites sejam aferidos em referência à cartografia base e que seja considerada a integração de parte das AED em RAN, conforme recortes infra – situação semelhante a outras AED (31, 49 e 59, por exemplo) aceites pela CCDRC:</p> <div> </div>	Parcialmente acolhido (situação a abordar em reunião setorial)	Acolhida a nova proposta da Câmara Municipal.	Aceite

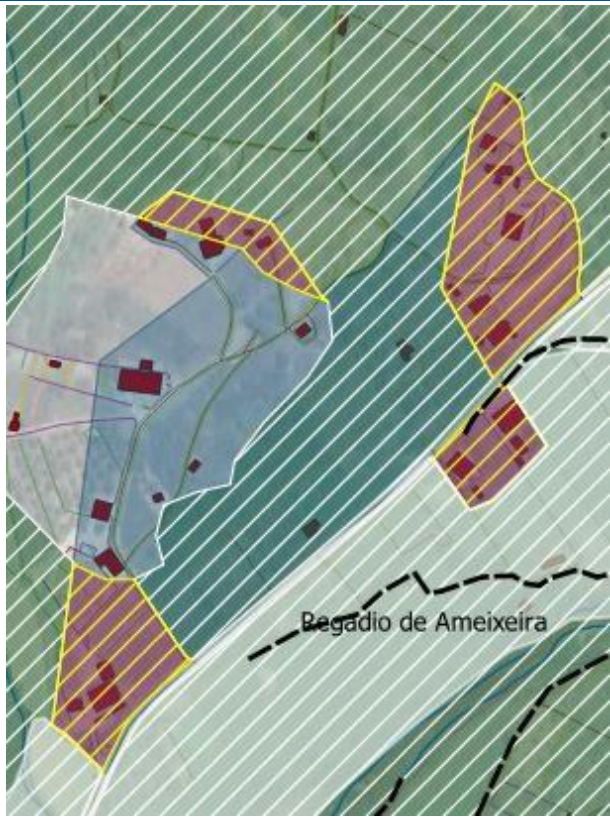
N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 09		<p>AED 09_ Quinta do Castanheiro das Merendas Verifica-se que foi reformulado o perímetro da AED a sul. Foi, contudo, mantida a proposta de área/bolsa a NE sobre a qual esta CCDRC havia indicado para reduzir por se tratar de área de RAN. Assim, a NE a AED deve ser redefinida pela área de RAN.</p>	2	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>Sem prejuízo, propõe-se que a AED seja retraída atendendo à mancha de RAN, nos termos informados pela CCDRC em 23/12/2025 e tendo como referência a cartografia de base, conforme recorte infra:</p> 	Acolhido	-	Aceite
AED 10		<p>AED 10_Aradinhas Redefinir o limite pela RAN.</p>	2	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>Sem prejuízo, propõe-se que a AED seja retraída atendendo à mancha de RAN, nos termos informados pela CCDRC em 23/12/2025 e tendo como referência a cartografia de base, conforme recorte infra:</p> 	Acolhido	-	Aceite



N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 12		<p>AED 12_Erada (nascente) <i>Verifica-se que foi reformulado o perímetro da AED. Nada mais a observar.</i></p>	3	Delimitação da AED aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite
AED 13		<p>AED 13_Lameiros <i>Verifica-se que o perímetro da AED foi reformulado, retraído numa bolsa/área a este de AH. Aceita-se a proposta de AED.</i></p>	3	Delimitação da AED aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite


<p>AED 28</p>		<p>AED 28_Ameixieira (mantém-se AED 28)</p> <p><i>Verifica-se que foi reformulado e reduzido o perímetro, passando a duas AED. Contudo, constatando-se a existência de diversas áreas de RAN e de AH, deve ser novamente reformulada a atual AED28:</i></p> <ul style="list-style-type: none">- Dividir em duas AED pela área de RAN (a norte), a qual não se aceita em AED nem como exclusão.- A sul, reduzir o limite, aferindo pelo AH redefinido nos elementos disponibilizados com o parecer sobre AH. <p><i>Reformular, assim, AED em conformidade com o parecer sobre RAN/AH.</i></p>	<p>3</p>	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>De acordo com a análise da CCDRC, comunicada em 23/12/2025, propõe que que a AED seja dividida em duas, resultando da divisão a AED Ameixieira (nascente) e a AED Ameixieira (poente), e consequente renumeração de todas as AED.</p> <p>Sem prejuízo da redução do limite da AED Ameixieira (nascente), a reformulação com referência ao desenho do AH (disponibilizado pela CCDRC) implicaria a divisão em três manchas, comprometendo a coerência de desenho da AED e “deixando de fora” áreas ocupadas com edificação/habitação, que não detêm ocupação agrícola, pelo que se propõe manter a proposta de exclusão das áreas identificadas a vermelho, por motivos de acerto cartográfico.</p> <p>No que respeita à AED Ameixieira (poente), procede-se à aferição dos limites com referência à cartografia de base, mantendo-se a proposta de exclusão da área que foi aceite pela CCDRC, sem mais alterações.</p>	<p>Parcialmente acolhido</p> <p>(Situação a abordar em reunião setorial)</p>	<p>Acolhida a nova proposta da Câmara Municipal.</p>	<p>Aceite</p>
---------------	--	--	----------	--	--	--	----------------------






				<div>AED Ameixeira (poente)</div> 			
--	--	--	--	--	--	--	--



N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 28 (AED 29)		<i>AED 28_Ameixeira (passa a AED 29_Quinta da Ribeira da Goia) Pelo facto de a área se encontrar maioritariamente em RAN e/ou AH e com reduzido número de edificações e de carácter isolado, não se encontra fundamentação para definir AED. Pelo exposto, não se aceita esta AED, devendo ser tido em atenção o parecer e elementos disponibilizados sobre a RAN/AH.</i>	3	De acordo com informação (shp.) revista e remetida pela CCDRC em 23/12/2025, a AED proposta não interfere com AH, tendo sido aceites as propostas de exclusão de RAN, pelo que se considera aceite a AED, não havendo nada a observar, nesta fase.	Acolhido (entendimento a confirmar em reunião setorial)	Acolhida a nova proposta da Câmara Municipal.	Aceite


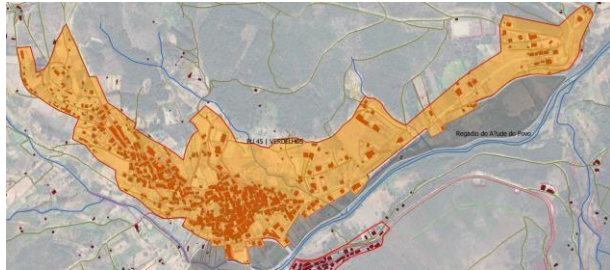
N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 29 (AED 30)		<p>AED 29_Quinta das Boiças (passa a AED 30_Taliscas)</p> <p>Verifica-se que foi reformulado e significativamente reduzido o perímetro, em atenção ao parecer emitido por esta CCDRC na reunião plenária final, que havia sido desfavorável por se tratar de área totalmente em RAN e parcialmente em AH, com edificações dispersas em parte da área. Aceita-se maioritariamente a nova proposta de AED, reformulada pela área edificada, mas não se aceita a área/bolsa a sul, por se tratar de edificado disperso a manter em RAN. Conformar com o parecer emitido e elementos disponibilizados sobre a RAN/AH.</p>	3	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>Sem prejuízo, propõe-se que a AED seja retraída atendendo à mancha de RAN, nos termos informados pela CCDRC em 23/12/2025 e tendo como referência a cartografia de base, conforme recorte infra, mantendo-se as propostas de exclusão que foram aceites pela CCDRC, sem mais alterações.</p> 	Acolhido	-	Aceite

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 31 (AED 32)		<p>AED 31_ <i>Souto da Serra</i> (passa a AED 32) Verifica-se que o perímetro da AED foi reformulado, retraído numa bolsa/área a NE em RAN. Aceita-se a proposta de AED, a qual integra e se articula com pequena área em RAN.</p>	3	Delimitação da AED aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 49 (AED 51)		<i>AED 49_ Vales do Rio (passa a AED 51) Aceita-se a proposta de AED, a qual integra e se articula com pequena área em RAN.</i>	3	Delimitação da AED aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite
AED 50 (AED 52)		<i>AED 50_ Almoinhas (passa a AED 52) Verifica-se a existência de uma faixa de RAN a atravessar a AED, sem solicitação de exclusão, sendo neste caso aceite que a RAN integre a AED, uma vez que contribui para a coerência/identidade do lugar.</i>	3	Delimitação da AED aceite pela CCDRC. Nada a observar.	Acolhido	-	Aceite

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
AED 59 (AED 61)		<p><i>AED 59_Quinta do Carrapatelo (passa a AED 61)</i> <i>Verifica-se que é mantido o perímetro da AED. Não se encontra fundamentação para que a área/bolsa a norte seja AED, por conflituar com grande área em RAN. Reformular o limite da AED pela RAN.</i></p>	3	<p>A delimitação da AED seguiu a metodologia descrita no relatório e respeita os critérios definidos no DR 15/2015, de 19 de agosto, entendendo-se que não prejudica os objetivos da RAN.</p> <p>A reformulação do limite da AED pela RAN implicaria que a AED fosse dividida, comprometendo a coerência de desenho, pelo que se propõe manter a proposta de delimitação da AED com integração parcial em RAN – situação semelhante a outras AED (31, 49 e 59, por exemplo) aceites pela CCDRC.</p>	Não acolhido (situação a abordar em reunião setorial)	A área de RAN ocupada com a proposta de AED representa um conjunto de terras com maior aptidão agrícola, pelo que não pode ser qualificada como AED.	Aceite, condicionado à redução da AED, a norte, de forma a não ocupar RAN

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PU 16 (PU 19)		<p><i>16_Paul (passa a 19)</i> <i>Verifica-se que o perímetro foi reformulado e reduzido em áreas limítrofes, em atenção ao parecer emitido na reunião plenária final, desfavorável quanto às áreas em AH/RAN, as quais não podem integrar perímetro urbano face ao RJRAN. A presente proposta deve, contudo, ser ainda redefinida e aferido o perímetro em conformidade com o parecer e elementos disponibilizados sobre a RAN/AH em anexo à presente pronúncia desta CCDRC.</i></p>	4	<p>Constata-se que a informação (shp.) revista e remetida pela CCDRC em 23/12/2025 já considerou a proposta de delimitação do perímetro urbano apresentada pela CMC, verificando-se, contudo, duas situações de conflito, em resultado da delimitação pelo eixo de via e acerto com referência ao edificado cartografado (critérios seguidos desde o início da proposta de perímetros e anuídos/aprovados pela comissão consultiva), evitando sobreposição de RAN/AH.</p> <p>Face ao exposto, propõe-se manter a delimitação do PU apresentada pela CMC e coloca-se à consideração que a RAN/AH seja aferida nas áreas de sobreposição, identificadas nos recortes infra.</p> 	Acolhido (entendimento em relação aos acertos da RAN a confirmar em reunião setorial)	Está em causa um acerto topológico.	Aceite

N. REF.ª	EXTRATO DA PROPOSTA	EXTRATO DO PARECER	PÁG. DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS DA EQUIPA TÉCNICA	RESULTADO DA PONDERAÇÃO	NOTAS E COMENTÁRIOS (REUNIÃO SETORIAL)	RESULTADO DA 2.ª PONDERAÇÃO
PU 26 (PU 29)		<p><i>26_Barco (passa a 29)</i> Verifica-se que o perímetro foi reformulado e reduzido em áreas limítrofes, em atenção ao parecer emitido na reunião plenária final, desfavorável quanto às áreas em AH/RAN, as quais não podem integrar perímetro urbano face ao RJRAN. A presente proposta deve, contudo, ser ainda redefinida e aferido o perímetro em conformidade com o parecer e elementos disponibilizados sobre a RAN/AH em anexo à presente pronúncia desta CCDRC.</p>	4	De acordo com informação (shp.) revista e remetida pela CCDRC em 23/12/2025, o PU proposto não interfere com RAN/AH, pelo que se considera aceite pela CCDRC, não havendo nada a observar, nesta fase.	Acolhido (entendimento a confirmar em reunião setorial)	Está em causa um acerto topológico.	Aceite
PU 42 (PU 45)		<p><i>42_Verdelhos (passa a 45)</i> Verifica-se que o perímetro foi reformulado e reduzido em áreas limítrofes, em atenção ao parecer emitido na reunião plenária final, desfavorável quanto às áreas em AH/RAN, as quais não podem integrar perímetro urbano face ao RJRAN. CM deve atender aos elementos disponibilizados sobre a RAN/AH em anexo à presente pronúncia desta CCDRC.</p>	4	De acordo com informação (shp.) revista e remetida pela CCDRC em 23/12/2025, o PU proposto não interfere com RAN/AH, pelo que se considera aceite pela CCDRC, não havendo nada a observar, nesta fase.	Acolhido (entendimento a confirmar em reunião setorial)	Está em causa um acerto topológico.	Aceite